

of International American Studies

Review

(E)VENTOS

Alice Áurea Penteado Martha
e Márcio Roberto do Prado
(organizadores)

(E)VENTOS

Alice Áurea Penteado Martha
e Márcio Roberto do Prado
(organizadores)



EDITORS

Editor-in-Chief: Cyraina Johnson-Roullier
Associate Editors: Paweł Jędrzejko, Giorgio Mariani, György 'George' Tóth
Senior copyeditor: Meghan McKinney

TYPOGRAPHIC DESIGN Hanna Traczyk / M-Studio s. c.

ISSN 1991-2773

PUBLICATION REALIZED BY



University of Silesia Press in Katowice
 ul. Bankowa 12b
 40-007 Katowice
 Poland

EDITORIAL BOARD

Amy Kaplan, Maureen Montgomery, Enikő Bollobás, Ulf Hannerz, Sun Youzhong, Jørn Brøndal, Amanda Lagerkvist, Christopher Saunders, Theo D'Haen, Liam Kennedy, Sieglinde Lemke, Ian Tyrell, Helmbrecht Breinig, Rosario Faraudo, Djelal Kadir, Anders Olsson.

ABOUT RIAS

Review of International American Studies (RIAS) is the double-blind peer-reviewed, electronic/print-on-demand journal of the International American Studies Association, a worldwide, independent, non-governmental association of American Studies. RIAS serves as agora for the global network of international scholars, teachers, and students of America as a hemispheric and global phenomenon. RIAS is published twice a year: Fall-Winter and Spring-Summer by IASA. RIAS is available in the Open Access Gold formula and is financed from the Association's annual dues as specified in the 'Membership' section of the Association's website. All topical manuscripts should be directed to the RIAS Editors. General correspondence and matters concerning the functioning of RIAS should be addressed to RIAS Editor-in-Chief.

CONTACT INFORMATION

Cyraina Johnson-Roullier	Postal address
University of Notre Dame	Department of English
260 Decio Faculty Hall	356 O'Shaughnessy
(001) 574-631-7069	Notre Dame, IN 46556
johnson.64@nd.edu	USA

HARD COPIES e-mail your order to johnson.64@nd.edu

WEBSITE www.rias-journal.org

COVER ART Mariusz Bartosik – 'Ventos/Eventos'



Attribution-NonCommercial-NoDerivatives
 4.0 International

(E)VENTOS

ED/NOTE

Paweł Jędrzejko
RIAS Associate Editor

5 DISTÂNCIAS...

FEATURES

Alice Áurea Penteado Martha

7 MISTÉRIOS DA ÁGUA:

O remorso em Guimarães Rosa e Autran Dourado

Elizabete Sanches Rocha

19 VISÕES DE ALÉM-MAR:

A compreensão das identidades culturais latino-american
e brasileira pela literatura e pelo teatro

Ricardo Portella de Aguiar

43 PERGRINAÇÕES TRANSCIBERNÉTICAS

Virna Ligia Fernandes Braga

65 O ESTADO DE MINAS GERAIS E A POBREZA (1898–1920)

Márcio Roberto do Prado

**99 NOS MARES DAS TRADUÇÕES,
NOS MARES DAS TRAIÇÕES:**

Leminski, os diálogos com a cultura estrangeira
e questões de poética e identidade

END/NOTES

115 NOTAS SOBRE LIVROS/NOTES ON BOOKS

117 RESUMOS /ABSTRACTS

121 NOTAS BIOGRÁFICAS/NOTES ON CONTRIBUTORS

125 RIAS EDITORIAL POLICY/STYLESHEET



DISTÂNCIAS...

*não possa tanta distância
deixar entre nós
este sol
que se põe entre uma onda
e outra onda
no oceano dos lençóis*

*Paweł Jędrzejko
RIAS Associate Editor
University of Silesia
in Katowice, Poland*

Paulo Leminski

Eu não escolhi abrir a presente nota editorial com um poema de Paulo Leminski porque sou polonês; e, para ser sincero, tampouco o fiz devido ao fato de ele ser brasileiro. Fiz isso porque a sensibilidade profundamente empática de Leminski, pulsando na linguagem, parece ressoar com perfeição o teor desse inovador número da *Review of International American Studies*. Feito por eminentes colegas, intelectuais excelentes e cuidadosos como Alice Áurea Penteadó Martha, Elizabete Sanches Rocha, Ricardo Portella de Aguiar, Virna Lígia Fernandes Braga e Márcio Roberto do Prado, essa edição da *RIAS* aborda aquele que talvez seja o valor mais importante nesse mundo sempre dilacerado pelos desumanos vendavais da História: nosso potencial para entender.

A inefável palpabilidade da experiência corriqueira daquilo que Martin Heidegger descreveu como *Sorge* transcende os oceanos. O distante, o longínquo, torna-se estranhamente familiar quando visto através da delicada tessitura dos textos entrelaçados. A metáfora ondulante de Leminski, tão 'têxtil', captura-nos em sua teia cuidadosamente tecida: os *lençóis*, no fim das contas, remetem tanto ao contexto hídrico quanto à roupa de cama. Em ambos repousamos nossos amores, medos e desejos; enredadas entre os lençóis todas as aporias naufragam e se rendem. Os lençóis brancos tornam-se confidentes de nossas sensações inefáveis. Remorso *e pánta rei*. A raiva da conquista sem fim e o nascimento de mitologias que resistem à imposição de paradigmas (neo)coloniais. Nossos traumas

de passados violentos, presentes esperançosos, futuros incertos. Nossa perplexidade frente à experiência quântica do real fundindo-se sem pudor no virtual para, no fim das contas, desafiar o *continuum* espaço-temporal. Nosso egoísmo e nossa solidariedade, nossa ganância e nossa responsabilidade cívica, nosso medo e nossa coragem. Nossos diálogos sobre intraduzibilidade. Tudo isso, visto através da lente do discurso do Brasil, costura a riquíssima textura do tecido cultural do nosso mundo, que, através desse discurso, torna-se tangível. O tom quente e aveludado do português brasileiro oferece um (pre)texto mais que bem-vindo para que todos nós possamos submergir em uma mútua, thoreauiana, experiência de escuta. Ouvindo atentamente, para não perder nenhuma palavra dita por um amigo do outro lado da lagoa. Uma lagoa muito maior, embora, talvez, muito menor do que a lagoa de Walden jamais poderia ser.

A *RIAS*, mais uma vez, oferece-nos uma chance de nos surpreendermos ouvindo. Existência encarnada: estética e essência casadas em um ato de poesia silenciosa que não se limita a comentar sobre os (e)ventos contra os quais a bondade humana pode ser o único escudo, farol e porto seguro. Abraçando o Brasil de Alice Áurea Penteado Martha, Elizabete Sanches Rocha, Ricardo Portella de Aguiar, Virna Ligia Fernandes Braga e Márcio Roberto do Prado, nós nos sintonizamos com um comprimento de onda para além da dialética de semelhança e diferença. Vemos nossos próprios rostos refletidos no espelho do mar, entre os lampejos de sol, virando as páginas, o leito do papel em branco. A poesia de Leminski tem muito a ver com ouvir o que sussurra do outro lado da lagoa: torna toda distância minúscula, ainda que reconheça sua importância. Tudo que ecoa na distância é um convite.

Vamos ouvir.

Distâncias Mínimas
um texto morcego
se guia por ecos
um texto texto cego
um eco anti anti anti antigo
um grito na parede rede rede
volta verde verde verde
com mim com com consigo
ouvir é ver se se se se se
ou se se me lhe te sigo?

Paweł Jędrzejko

(E)ventos

RIAS VOL. 9, SRPING-SUMMER Nº 1/2016



MISTÉRIOS DA ÁGUA:

O remorso em Guimarães Rosa e Autran Dourado¹

As personagens, tanto o filho de 'A terceira margem do rio', de Guimarães Rosa, como o de 'Assunto de família', episódio de *O risco do bordado* (1970), de Autran Dourado, encontram-se em situação de fronteira, momento difícil da existência, em razão do remorso que sentem em relação à morte dos respectivos pais. A manifestação e o reconhecimento desse sentimento, em 'A terceira margem do rio', de Guimarães Rosa, traduzem maior complexidade para o receptor, uma vez que a culpa se configura no plano existencial; em Autran Dourado, o conflito é mais facilmente concretizado pelo leitor, já que o filho empurra, literalmente, o pai; joga-o nas águas do rio, apressando, com a ação, sua morte. O rio, espaço ambivalente, gerador da vida e da morte, cumpre sua função criadora e destruidora no estabelecimento das relações entre os protagonistas de cada narrativa.¹

Alice Áurea
Penteado Martha
Universidade Estadual
de Maringá,
Brasil

O reconhecimento de tais aspectos no mundo narrado parte da observação sobre o modo como os textos articulam seus repertórios às experiências dos leitores, e pode consolidar-se tanto no plano sintagmático como no paradigmático. O primeiro responsabiliza-se pela incorporação e conexões dos segmentos das perspectivas textuais, mas não se manifesta sobre as alterações sofridas pelo conteúdo submetido a tal interação; o paradigmá-

¹ Artigo publicado anteriormente na *Revista Desenredo*, do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo - v. 5 - n. 1 - jan./jun. 2009.

tico, por sua vez, tem efeito sobre possibilidades de combinação de sentido a ser produzido pelo leitor (Iser, 1999).

Ainda com base nas considerações de Iser, observamos que as principais perspectivas nos textos em questão são perspectivizadas, caso do narrador que se divide em múltiplas visões e das personagens que também se fragmentam em protagonistas e secundárias. Esse processo de múltiplos olhares promove relações diferentes com o objeto em pauta e, em conseqüência, nenhum deles pode representar integralmente o objeto estético, que somente se constitui graças às relações estabelecidas entre as diferentes perspectivas. O que parece fundamental na construção das narrativas é o modo como seus narradores instauram, na estrutura e organização do mundo narrado, o sentimento de remorso, pois, a partir dessa estratégia, atitudes e sentimentos de protagonistas e narradores enredam-se e, constituindo a constelação de perspectivas da narrativa, possibilitam a emersão do objeto estético, como propõe Iser:

O objeto estético emerge da interação dessas 'perspectivas internas' do texto; ele é um objeto estético à medida que o leitor tem de produzi-lo por meio da orientação que a constelação dos diversos pontos de vista oferece. (Iser, 1996: 180)

No que se refere à concepção do remorso e da culpa, Nicola Abbagnano, citando Heidegger em seu *Dicionário de filosofia* (1970), observa que, para o filósofo alemão, a culpa é um modo de ser do Ser-aqui, ou seja, é sentimento inerente à natureza humana, podendo o homem ser culpado tanto por estar em dívida com alguém como por ser causa ou razão de culpa. Assim, o ser humano pode ser culpado sem que esteja em dívida com alguém e pode dever algo a alguém sem ter culpa dessa dívida. Para Nietzsche, o sentimento de culpa origina-se da mais antiga relação entre os homens, a de compra e venda, que estabelece os dois sujeitos primordiais do processo, credor e devedor (Nietzsche, 1983).

A água, outro elemento importante para a observação de relações intertextuais nas narrativas, em todas as culturas, desempenha funções primordiais, articulando-se em sentidos variados como Vida, Pureza, Origem e Criação, principalmente. Na tradição judaica cristã, esse elemento, fonte de todos os outros,

(E)ventos

RIAS VOL. 9, SRPING-SUMMER Nº 1/2016

simboliza em primeiro lugar a origem da criação: em hebraico, é mãe e matriz, útero e fonte de todas as coisas. Como todos os símbolos, porém, concentra dois planos ambivalentes, uma vez que, criadora e destruidora, pode ser vista como possibilidade de vida e de morte. Na Bíblia, livro-síntese dos mitos cristãos, os rios carregam de significado e coerência a busca humana da energia divina pelos caminhos d'água, denominados Jordão, Eufrates, Egito, para citar apenas alguns. Assim, se a imersão do homem na água, ao apagar a história, regenera e promove o renascimento do ser em novo estado, o desencadeamento de grande quantidade dela, como o dilúvio, pode simbolizar catástrofes, conferindo também poderes maléficos a esse elemento.

No conto 'A terceira margem do rio', o leitor tem à disposição a perspectiva do narrador/personagem que, ao indagar 'de que era que eu tinha tanta culpa?' (Rosa, 1988: 36), reconhece que é culpado, embora sem saber exatamente de quê ('do que nem sei'). Walnice Nogueira Galvão, em estudo clássico sobre o conto, publicado em *Mitológica rosiana* (1978), já apontava a culpa e o amor como sentimentos responsáveis pela união entre o narrador, o filho e a personagem paterna, à deriva entre as margens do rio. Sob tal perspectiva, a culpa do filho advém do fato de ter sido ungido como o sucessor do pai no eterno ir-e-vir entre as margens possíveis da existência humana e não ter embarcado na canoa, interrompendo, dessa forma, o modo escolhido pelo progenitor para dar continuidade ao fluir da existência. Ao desatar os laços sucessórios, que deveriam levá-lo a tomar o lugar do pai, pode ser responsabilizado pelo rompimento do pacto familiar, assumido pelo homem cristão, desde o Gênesis.

Desse modo, o pai, personagem sem nome em 'A terceira margem do rio', pode ser identificado com Abraão, reconhecido como ancestral por três grandes religiões monoteístas: judaísmo, cristianismo e islamismo. Como o Patriarca bíblico – aventureiro de Deus que recebe ordens divinas para abandonar sua pátria e partir para Canaã, terra destinada a toda sua descendência -, 'nosso pai' (expressão usada para nomear a personagem e que parece acentuar seu caráter de ancestralidade), 'homem cumpridor, ordeiro, positivo [...] certo dia, [...] mandou fazer para si uma canoa' (Rosa, 1988: 32). Seria loucura? Com quem teria tramado tal temeridade?

As atitudes do pai, serenas e marcadas por firme decisão, revelam crença absoluta no significado da empreitada e confiança inabalável nos termos de uma aliança firmada. O narrador, embora oriente a perspectiva do relato, desconhece as razões que o conduziram a empreender semelhante viagem, mas deixa bastante evidente que a atitude paterna não foi tomada a esmo, de afogadilho, sem qualquer tempo para amadurecimento:

Era a sério. Encomendou a canoa especial, de pau de vinhático, pequena, mal com a tabuinha da popa, como para caber justo o remador. [...].

Sem alegria nem cuidado, nosso pai encalçou o chapéu e decidiu um adeus para a gente. Nem falou outras palavras, não pegou matula e trouxa, não fez a alguma recomendação. (Rosa, 1988: 32)

Segundo concepções cristãs, a firmeza com que o pai assumiu seu lugar na canoa é traduzida como fé. Em nome desse mesmo sentimento, no livro de Gênesis, ao firmar o pacto com Deus, Abraão é contemplado com a bênção de um filho com Sara, a esposa, além da posse de terras situadas entre dois grandes rios, o Egito e o Eufrates. As águas bíblicas configuram a aliança entre Deus e o homem, estabelecendo limites para a existência da família na terra prometida. No plano psicológico, o pai, em Guimarães Rosa, necessita de desarraigamento do meio habitual, social e familiar, para realizar uma vocação única, de modo semelhante ao ancestral bíblico:

Ele não tinha ido a nenhuma parte. Só executava a invenção de se permanecer naqueles espaços do rio, de meio a meio, sempre dentro da canoa, para dela não saltar, nunca mais. (Rosa, 1988: 33)

Assim, se Abraão consolidou, através de Isaac e entre margens de dois rios, a descendência na terra prometida, no conto rosiano, o pai, na transcendência de uma terceira margem, perde, no rio, metáfora do fluir da existência na terra prometida, a possibilidade de continuidade de sua geração. A presença eterna do rio, que, 'pondo perpétuo', contrapõe-se à ausência permanente do pai, encarrega-se de lembrar ao filho o dever não cumprido e a velhice do pai, refletida em seu próprio envelhecimento, provocando o reconhecimento, ainda que inconsciente, de seu papel na manutenção do pacto:

(E)ventos

RIAS VOL. 9, SRPING-SUMMER Nº 1/2016

De tão idoso, não ia, mais dia menos dia, fraquejar do vigor, deixar que a canoa emborcasse, ou que bubuiasse sem pulso, na levada do rio, para se despenhar horas abaixo, em tororoma e no tombo da cachoeira, brava, com o fervimento e morte. (Rosa, 1988: 36)

Para Gaston Bachelard, no livro *A água e os sonhos*, a simples referência a um barqueiro é, inevitavelmente, simbólica, leitura que reforça a hipótese de que o pai, qual Caronte, cruzava a fronteira entre a morte e a vida e pedia um sucessor:

Em particular, a função de um simples barqueiro, quando encontra seu lugar numa obra literária, é quase fatalmente tocada pelo simbolismo de Caronte. Por mais que atravesse um simples rio, ele traz o símbolo de um além. O barqueiro é guardião de um mistério. (Bachelard, 1998: 81)

O filho, ungido pela escolha do pai desde o primeiro instante, deveria tomar assento na canoa e não o faz, promovendo o rompimento da aliança e a conseqüente instauração do sentimento que o aniquilará como homem, o remorso:

Ele me escutou. Ficou em pé. Manejou remo n'água, proava para cá, concordado. E eu tremi, profundo, de repente: [...] fugi, me tirei de lá. [...] E estou pedindo, pedindo, pedindo um perdão. Sou homem depois desse falimento? (Rosa, 1988: 37)

No que se refere à presença do remorso na narrativa de Autran Dourado, o escritor, em *Uma poética de romance* (1973), depondo sobre seu modo de fazer ficção, observa a importância do sentimento na estrutura de *O risco do bordado* (1970). Ao rebater a visão da crítica que considera o capítulo 'Assunto em família' um conto, solto no interior da narrativa maior, afirma que João, o narrador, como sujeito oculto, cria elos entre o capítulo e o plano geral da narrativa. E, segundo ainda o autor, um dos motivos responsáveis pelo estabelecimento de laços entre o episódio e a organização da estrutura narrativa é, justamente, o motivo do remorso, diferente da culpa, pois o remorso, 'fino e coleante' (Dourado, 1973: 26), manifesta-se primorosamente por meio da ambigüidade e da nuance, ao contrário da culpa declarada, que é gritante.

O sentimento ganha significado no mundo narrado quando Vovô Tomé, em longa confissão, relata ao neto o que se passou

Alice Áurea
Penteado Martha
Universidade Estadual
de Maringá
Brasil

entre ele e o pai, o velho Zé Mariano, e sua grande preocupação, nesse momento, é entender se 'o pecado é só do homem que mexe com os bonecos na ópera, se os bonecos não têm o seu tanto de culpa' (Dourado, 1970: 122). Esse questionamento passa a persegui-lo depois que, seguindo a sugestão da mãe, empurra o pai para dentro do rio, precipitando, com a ação, a morte de Zé Mariano.

O relato dos acontecimentos cumpre a função de reconhecimento, pois Vovô Tomé ao conduzir o ponto de vista nesse momento, procura aliciar o leitor, de modo que este possa ajudá-lo a encontrar uma saída para seu remorso, concluindo, ao final do episódio, que ele, o boneco da ópera, tem tanta culpa quanto a mãe, que mexe com os bonecos.

Em 'Assunto de família', se a relação entre pai e filho é mais cristalina, não é menos significativamente ligada ao mito cristão anteriormente considerado, ainda que seja vista a contrapelo, pelo avesso. O velho Zé Mariano, além de Vovô Tomé, o filho nascido de seu casamento com D. Pequetita, tem um filho espúrio chamado Teodomiro, tal como Abraão concebe Ismael com Hagar. Como o próprio Vovô Tomé reconhece, o pai faz com ele uma aliança, à semelhança do que ocorre entre Abraão e Isaac, filho do Patriarca com Sara: 'O pai lhe passava o bastão, que nem Abraão a Isaac, Isaac a Jacó, Jacó a José. [...] E sentiu um nó na garganta ao receber a solene bênção do pai' (Dourado, 1970: 136).

De fato, o velho deixa ao filho os bens e o comando da família, a herança material; no entanto, a aliança espiritual é estabelecida apenas com Teodomiro, o filho pardo, já que passa a viver com ele em sua terra prometida, o Sítio da Barra, que tem suas fronteiras delimitadas pelo riacho, cujas águas terão papel decisivo no desfecho da narrativa.

O rio, se não é mencionado todo o tempo na narrativa, como metáfora *in absentia*, constitui-se também em motivo no texto de Autran Dourado, conforme podemos observar no momento em que Vovô Tomé, remoendo sua culpa, considera que deveria ter ficado ao lado do pai, pois um 'homem sozinho se perde à toa'. Se outros elementos já apontavam a intertextualidade com o texto de Guimarães Rosa, a imagem que Tomé formula do pai acentua a sobreposição de imagens e significados: 'Um homem sozinho tem de se agarrar nas coisas, do contrário a barca se extravía, quando

vê está de bubuia no rio do nada, afundado no vazio das brumas' (Dourado, 1970: 141).

Ao jogar o pai nas águas do rio, Vovô Tomé rompe definitivamente o pacto estabelecido, impregnando-se, a partir desse acontecimento fatídico, do sentimento de remorso, concretizado pela visão que o perseguirá para sempre:

A gente carece de acalmar a alma para fazer aquilo que tem mesmo de fazer, para agüentar depois aquilo que fez. Carece muito de esquecer, dizia vovô Tomé; eu por exemplo só quero é não lembrar. De noite, antes de se deitar, pedia a Deus que lhe desse a graça do esquecimento. Mas tem sempre o punho no sonho, vovô Tomé quase gritava. Aquela mão ameaçando, maldizendo. (Dourado, 1970: 125)

Outros aspectos podem ser considerados no que se refere ao reconhecimento da intertextualidade entre as duas narrativas, não só semelhanças e diferenças nas atitudes e na personalidade de cada uma das personagens paternas, mas, também, observações similares em relação às figuras maternas, ambas criaturas fortes, que exercem decisiva influência nas atitudes dos filhos no mundo narrado, mundo difícil, áspero e bruto.

Em 'A terceira margem do rio', a figura da mãe, na perspectiva do narrador, se constrói pela oposição às atitudes do pai; assim, se a imagem paterna, aos olhos do narrador, o filho adulto, se marca pela quietude, serenidade e decisão sem alarde, a materna revela o comando, o controle da situação na margem tangível da existência. Já no primeiro parágrafo da narrativa, essa oposição é explicitada pelo narrador: 'Só quieto [o pai]'. 'Nossa mãe era quem regia' (Rosa, 1988: 32). O controle de emoções torna-se mais evidente no momento em que o pai embarca na canoa, e ela profere sua sentença: 'alva de pálida, mascou o beijo e bramou: - Cê vai, ocê fique, você nunca volte!' (Rosa, 1988: 32). A construção primorosa da fala materna, em discurso direto, o único concedido pelo narrador em toda narrativa, reforça, pelo modo de compor, o poder de controle das emoções da personagem: a recorrência à aférese, ainda que de forma inversa, já que inicia a fala pela unidade menor ('ce'), confere à fala a autoridade e a incontestabilidade da decisão; o emprego do tríptico verbal, constituído por formas imperativas ('vai', 'fique' e 'volte'), com o acréscimo, no último elemento, da negativa 'nunca'.

A partir desse ponto, na narrativa, todas as decisões são tomadas por ela, mesmo as mais brandas, como a de fingir que não percebe que o filho desrespeita o consenso familiar de não fornecer alimento ao pai, para forçar seu retorno, permitindo que ele continue com a tarefa: 'Nossa mãe muito não se demonstrava' (Rosa, 1988: 34). A escolha lexical para indicar as ações da personagem ('mandou vir'; 'incumbiu') recai sobre verbos que valorizam sua determinação, inclusive, com a ocorrência de anáfora no início dos dois primeiros segmentos sintáticos:

Mandou vir o tio nosso, irmão dela, para auxiliar na fazenda e nos negócios. *Mandou vir* o mestre, para nós, os meninos. Incumbiu ao padre que um dia se revestisse, em praia de margem, para esconjurar e clamar a nosso pai o dever de desistir da tristonha teima. De outra, por arranjo dela, para medo, vieram os dois soldados. (Rosa, 1988: 34, grifos nossos)

No que se refere à força e ao poder de decisão, as atitudes da mãe guardam semelhanças com Sara, esposa de Abraão, que, em situações extremas, como a da decisão que será a escrava Hagar a conceber um filho com o patriarca, mantém o controle e não se deixa abater. Contudo, mesmo reconhecendo a força materna, em nenhum momento, o narrador, ao retroceder o olhar ao passado, responsabiliza a mãe por qualquer atitude do pai. Mas parece evidente que percebe a insatisfação paterna no que se refere às relações conjugais; nos intervalos do texto, é possível entrever que o silêncio do pai, além de traço de sua personalidade, anuncia dificuldades de relacionamento com a mulher autoritária.

Em 'Assunto de família', o leitor não despende muito esforço para sentir as relações difíceis entre pai, mãe e filho, pois acompanha o relato a partir da perspectiva do narrador, perspectivizada, principalmente, pelo ponto de vista de Vovô Tomé, personagem que procura todo tempo avaliar seu grau de culpabilidade nos acontecimentos que precipitaram a morte do velho Zé Mariano: 'Culpa maior cabia à mãe dele, vovô Tomé tinha sido apenas a mão estendida' (Dourado, 1970: 122). E ao aquilatar seu quinhão de culpa, ressaltando a força materna em oposição a sua própria fraqueza – 'Porque podia ter deixado de fazer, podia ter desobedecido a mãe' (Dourado, 1970: 122) –, observamos semelhanças com a imagem de força e domínio da mãe, na perspectiva do filho, em Guima-

(E)ventos

RIAS VOL. 9, SRPING-SUMMER Nº 1/2016

rães Rosa. Em 'Assunto de família', a mãe aparenta mansidão e bondade, mostrando obediência ao marido. Entretanto, o filho revela seus sentimentos mais íntimos:

Mas a mãe não era nada disso, a mãe era uma onça de braba. Quem conheceu dona Pequetita podia dizer, ele que era filho dela, mais chegado, podia contar. [...] A brabeza da mãe era que nem ela mesma: em tom baixo e miúdo, de meias palavras e compridos silêncios, de cenho cerrado e olhos no chão. (Dourado, 1970: 126)

Zé Mariano, 'homem de portas abertas', trava luta contínua e desigual com Dona Pequetita, 'songamonga', que ganha terreno dia a dia, de modo semelhante ao pai que, em Guimarães Rosa, sempre quieto, intenta chegar à terceira margem, libertando-se da mesmice cotidiana, na qual inclui o reger da mãe. Decidido, também procura 'um remanso bom na casa de seu outro filho'. (Dourado, 1970: 136)

Ao contrário da mãe que, em Rosa, finge não perceber que o filho abastece a canoa com a comida furtada em casa, a mulher de Zé Mariano, ao ter certeza de que o marido não voltará, continua empenhada em comandar o destino dele, por intermédio do filho, boneco da ópera por ela regida: 'Cada dia a mãe inventava uma idéia, era uma lançadeira, não esquentava lugar, de noite nem dormia, a chinela chapte-chapte no corredor' (Dourado, 1970: 148). Tendo jogado o pai no rio, consumando o ato arquitetado pela mãe, Vovô Tomé aproxima-se do filho que, em Rosa, não toma o lugar do pai na canoa e consome-se em remorso:

E viu o que nunca cuidou de ver, viu o que o seu coração mais tinha medo. Viu o braço do pai se levantar para o ar, na sua direção. O pai gritava nomes, amaldiçoava. Vovô Tomé não ouvia, não queria, não podia ouvir. (Dourado, 1970: 150)

Vovô Tomé aceitou sem tugar nem mugir a canga daquela culpa. (Dourado, 1970: 152)

Assim, em síntese, se é possível apontarmos um sentimento semelhante de remorso como fio condutor em ambas as narrativas, podemos afirmar que, em 'Assunto de família', o sentimento é mais facilmente percebido e compreendido pelo leitor, uma vez que há uma ação concreta do filho, que empurra o pai, jogando-o nas águas do rio, ainda que a intenção não tenha sido dolosa;

em 'A terceira margem do rio', o remorso se configura no plano existencial, pois há maior dificuldade de reconhecimento da culpa, já que não se verifica ação explícita do filho que, de algum modo, possa atingir fisicamente o pai; ele apenas se recusa a tomar o lugar paterno porque não consegue compreender de imediato o significado do ir-e-vir perpétuo entre as possibilidades da vida e da morte. Quando, finalmente, percebe a gravidade de sua recusa e que não há como assumir o pacto com pai desaparecido, instaura-se o remorso. Entretanto, a extensão do sentimento só poderá ser perfeitamente medida se for entendido o débito de cada filho, oriundo do estabelecimento de um pacto primordial, como no mito cristão, quando se firmou a aliança entre Jeová e o Patriarca.

A compreensão sobre o modo como se configura o remorso na estrutura das narrativas parece-nos fundamental para que percebamos também como a reação provocada pelas perspectivas das personagens pode ser observada a partir do que Jauss denomina 'categorias de recepção' (Jauss, 1974), elementos fundamentais no reconhecimento da interação entre leitores e texto, desejada por todos que se debruçam sobre questões relativas à leitura do literário. Acreditamos que as reações adversas provocadas pela perspectividade, na estrutura da narrativa dos textos, convergem para a interação entre texto e leitor, uma vez que a atuação das personagens provoca duas modalidades de identificação, principalmente: a 'catártica', própria da tragédia, e a 'irônica', que se manifesta com reações antagônicas do leitor, de aproximação e de rejeição.

Tanto o texto de Rosa como o de Dourado podem exemplificar o cumprimento da função 'catártica', uma vez que, ao se dissiparem as angústias que assaltam as personagens, a partir da reflexão que finalmente fazem, os leitores podem reconhecer as emoções que experimentam no cotidiano das relações humanas, promovendo, ao mesmo tempo, a liberação de temores que os assaltam e angustiam; no caso da 'irônica', contraditória por natureza, a identificação ocorre, justamente, pelo reconhecimento de que as dúvidas e angústias das personagens são comuns aos leitores; a recusa, por sua vez, advém da reflexão propiciada pelo distanciamento.

A concepção de Iser, com a qual procuramos fundamentar esta leitura, tem como foco preferencial o leitor, uma vez que o 'ponto

de vista em movimento' busca, primordialmente, designar o modo como ele se apresenta como estrutura do texto. Sinteticamente, para o teórico alemão, a transferência do texto para a consciência do leitor decorre da estruturação narrativa, configurada pelo ponto de vista em movimento e como reside, justamente, na possibilidade reconhecer nos textos que lê aquilo que o preocupa e angustia, existe sempre a probabilidade de encontrar em tais textos soluções para seus problemas. Ocorre, então, a interação, configurada como o processo de comunicação, marcado, sobretudo, pelo confronto, uma vez que o leitor é instigado à compreensão dos embates entre as diferentes perspectivas: do narrador, das personagens, do próprio enredo e também do leitor fictício. O prazer da leitura só pode ser alcançado quando os textos permitem que os leitores exerçam a sua capacidade produtiva.

*Alice Áurea
Penteado Martha
Universidade Estadual
de Maringá
Brasil*

REFERÊNCIAS

- Abbagnano, Nicola. (1970). *Dicionário de filosofia*. São Paulo: Mestre Jou.
- Bachelard, Gaston. (1998). *A água e os sonhos*. São Paulo: Martins Fontes.
- Dourado, Autran. (1970). *O risco do bordado*. Rio de Janeiro: Expressão e cultura.
- (1973). *Uma poética de romance*. São Paulo: Perspectiva; Brasília: INL.
- Galvão, Walnice Nogueira. (1978). *Mitológica rosiana*. São Paulo: Ática.
- Iser, Wolfgang. (1999). *O ato da leitura*. Uma teoria do efeito estético (Vol.2). Trad. Johannes Kretschmer. São Paulo: Editora 34.
- Jauss, Hans Robert (1974). 'Levels of identification of hero and audience'. *New literary history*. Charlotte Ville, Virgínia (v.5, n.2).
- Nietzsche, Friedrich. (1983). *Obras incompletas*. São Paulo: Abril Cultural. (Os Pensadores).
- Rosa, João Guimarães. (1988). *Primeiras estórias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.



VISÕES DE ALÉM-MAR:

A compreensão das identidades culturais latino-american e brasileira pela literatura e pelo teatro

INTRODUÇÃO

A questão do etnocentrismo talvez seja uma das mais importantes abordagens, sob diferentes aspectos e em variadas áreas do conhecimento, à qual necessitamos nos reportar sempre que o objetivo é tratar das desafiadoras relações entre os diferentes – seja no âmbito dos Estados-Nação, dos grupos sociais, ou dos indivíduos em suas inter-relações cotidianas. O fato é que o desafio do Outro e, ao mesmo tempo, a necessidade da Alteridade na formação das identidades – entendidas em seus vários níveis – impõem reflexões difíceis contemporaneamente. Não que elas tenham sido fáceis no passado; entretanto, em um mundo em pedaços (Geertz, 2001: 191), parece ser ainda mais exigente a abordagem da diferença e da diversidade sem o risco de se sucumbir a preconceitos de um lado e a radicalismos de outro. Tal equilíbrio seria o mundo ideal, do qual guardamos grande distância. Na complexa organização social em que hegemonicamente se vive – ao menos no que se refere àquela parte do mundo que está sob os auspícios de uma cultura capitalista/consumista e predominantemente ocidentalizada – faz-se necessária uma reflexão acerca dos rumos que as sociedades estão a tomar, quando se trata de demarcações identitárias, que sempre trazem um importante componente da história cultural dos grupos envolvidos.

O desafio do nosso tempo, a dificuldade específica de nossa era, é justamente a aceitação consciente dos limites da racionalidade que conhecemos. Reconhecer suas fronteiras, porém, não significa

Elizabete Sanches Rocha
Universidade
Estadual Paulista
UNESP
Brasil

negá-la. Um paradigma de racionalidade técnica, mecanicista, de resultados, atinge hoje seu ápice com todo o avanço tecnológico incorporado em nosso cotidiano e, ao mesmo tempo, expõe sua fragilidade diante da complexidade humana, pois o homem não pode ser concebido apenas como ser pensante, ignorando suas dimensões intuitiva, emocional e espiritual, por exemplo (Coll, 2002). Portanto, não se trata de minimizar ou simplificar as capacidades humanas. Ao contrário: é preciso ampliá-las em todos seus domínios.

O racionalismo positivista e iluminista teve e continua tendo uma importância cabal para que as sociedades ocidentais, principalmente, atingissem objetivos almejados nas mais variadas áreas que sempre desafiaram o homem, tais como: medicina, transportes, comunicação, etc. Contudo, é inegável que cada vez mais sentimos a urgência de se buscar outras formas de entendimento do mundo e do Outro, do diferente. E este entendimento mútuo não pode se restringir ao lógico-racional. Nesse sentido, se tomarmos como exemplo o paradigma da violência, em suas mais variadas manifestações, podemos compreender melhor esta questão. Os ódios a tudo que desafia o padrão convencionalmente estabelecido são emanções de um pensamento lógico-racional, técnico, padronizado, que encontra muitas dificuldades em avaliar, reconhecer e aceitar o que não cabe em seus modelos pré-estabelecidos. As chamadas estruturas entram em pane quando algo novo desafia a ordem vigente. Desse modo, em um século cujo maior desafio é o reconhecimento da diversidade, é premente se realizar um debate constante em todas as esferas da sociedade, sobre como as famílias, as instituições educacionais, a sociedade civil organizada, os movimentos sociais, as universidades, enfim, todos estes setores estão agindo ou agirão para desconstruir padrões que não correspondem à demanda contemporânea e elaborar formas de convívio social e cultural mais atinentes ao apelo por liberdade e igualdade. Isso tudo precisa ser enfrentado, sem negligenciar as conquistas realizadas até agora, sob a égide da razão.

Pode-se afirmar que, desde Colombo, durante a conquista do Novo Mundo, já se iniciou um ciclo paradigmático que tem como principal vetor a valorização do 'civilizado' em detrimento do 'primitivo'. Tal dicotomia se traduz atualmente na valorização

(E)ventos

RIAS VOL. 9, SPRING-SUMMER Nº 1/2016

da lógica desenvolvimentista – uma corrida rumo a um suposto estágio econômico e cultural superior e conquistado por poucos países ao redor do globo. A premissa de tal raciocínio está na matriz do pensamento tecnocientífico. Quanto mais domínio tecnológico mais desenvolvimento. Não é de hoje que a oposição civilizado versus bárbaro já foi desconstruída pelos estudos antropológicos, sobretudo com a contribuição acerca do conceito de relativismo cultural, a partir de Boas (2004). Mas essa revisão teórica não suplantou divisões internacionais tais como os do Norte (considerados desenvolvidos) e os do Sul (considerados sub-desenvolvidos, em desenvolvimento ou emergentes).

Diante disso, a compreensão, ainda que imperfeita e contingencial, da formação das identidades latino-americana e brasileira face a um contexto global amparado predominantemente em valores como a razão instrumental, a eficiência laboral, a produtividade como fim, se apresenta como algo relevante. Nesse sentido, a ficção literária tem muito a contribuir, na medida em que estabelece um tipo de relação sensível com a realidade social e com suas contradições, pela fruição estética e, ao mesmo tempo, crítica, porque permanece iluminando debates politicamente atuais.

IDENTIDADES MÚLTIPLAS: CULTURA E PODER

Ao considerarmos a formação cultural como um processo constituído por uma inter-relação de significados compartilhados (Geertz, 2001), podemos refletir sobre as consequências desse pensamento no âmbito das relações internacionais, pois estas passam a incorporar nuances múltiplas sobre as configurações internas aos atores do sistema internacional, deixando de se restringir ao plano macro, ocupado pelos grandes atores internacionais. A abordagem cultural contribui imensamente para a elaboração de cenários, políticas públicas, e modelos de integração que tenham em sua base a consideração das múltiplas arestas possíveis de inserção em âmbito local. Nesse sentido, a América Latina se mostra como uma imensa região onde se pode verificar a pluralidade de perspectivas identitárias.

Quando as relações internacionais são analisadas pela perspectiva cultural, somos constantemente chamados a justificar esta escolha que, além de epistemológica, é também de foco

ontológico, pois a unidade de análise passa a abranger rincões muitas vezes inexplorados no campo dos estudos internacionais. Um deles é o da construção sociocultural de uma localidade, que será identificada externamente por meio de imagens exportadas pelos ‘altos’ poderes de decisão da mesma – como as instituições de Estado – ou por imagens construídas por atores externos. Ambos os processos citados não correspondem à completude da mencionada construção sociocultural interna, pelo fato de formarem representações estáticas das identidades locais, ou seja, não compreendem a multiplicidade que as (in)define e as faz estar em constante mutação. Assim, podemos caracterizar as identidades como constructos, por identificarmos sua permanente construção, que não se caracteriza por uma dinâmica temporal linear. Como afirma Arturo Escobar: ‘Sabemos que desde a conquista espanhola [...] o que se chamou América foi incorporado no universo conceitual europeu mediante uma multiplicidade de representações, discursos e práticas’ (2005: 12).¹

Nessa perspectiva, a nomeação da América foi efetivada primeiramente de maneira europeia por meio de discursos, essencialmente binários, como o de ‘civilização versus barbárie’. Assim afirma Todorov:

Fisicamente nus, os índios também são, na opinião de Colombo, desprovidos de qualquer propriedade cultural: caracterizam-se, de certo modo, pela ausência de costumes, ritos e religião (o que tem uma certa lógica, já que, para um homem como Colombo, os seres humanos passam a vestir-se após a expulsão do paraíso, e esta situa-se na origem de sua identidade cultural). Além disso, Colombo tem, como vimos, o hábito de ver as coisas segundo sua conveniência, mas é significativo que ele seja assim levado à imagem da nudez espiritual, ‘Pareceu-me que eram gente muito desprovida de tudo’, escreve no primeiro encontro, e ainda: ‘Pareceu-me que não pertenciam a nenhuma seita’ (11,10.1492). ‘Estas gentes são muito pacíficas e medrosas, nuas, como já disse, sem armas e sem leis’ (4,11,1492), ‘Não são de nenhuma seita, nem idólatras’ (27,11,1492). Já desprovidos de língua, os índios se veem sem lei ou religião [...]. (2003: 17)

O processo de formação discursiva determinou características de subalternidade, o que consiste ainda hoje em desigualdades ao redor do mundo (des)colonizado. Este controle sobre a nomeação

1 Tradução nossa.

da história reflete as dinâmicas de poder nas quais nossas sociedades estão inseridas. Segundo Edward Said, 'O poder de narrar, ou de impedir que se formem e surjam outras narrativas, é muito importante para a cultura e o imperialismo, e constitui uma das principais conexões entre ambos' (1995: 13).

Ao discutir o papel da cultura nas relações internacionais – tanto como área do conhecimento, quanto como a dinâmica relacional entre diferentes países e povos – Beate Jahn (2004) estabelece uma correlação, a fim de tornar mais claro o papel exercido simbolicamente pelos conquistadores europeus no Novo Mundo. Ao retomar a leitura de Todorov, a autora lembra que o chamado Estado de Natureza, condição atribuída pelo 'homem branco' e por seu pensamento moderno aos povos pré-colombianos, gerou uma epistemologia que conduz até hoje muitas das reflexões acerca do Outro, do periférico, do ex-cêntrico (Hutcheon, 1991: 84). É de se notar que, antes de mais nada, para um debate a respeito das identidades latino-americana e brasileira, é preciso salientar o poder que a cultura sempre exerceu como forma eficaz de dominação. Para a autora:

Cultura é 'parte e parcela' da teoria tradicional das relações internacionais e o que aparece como 'amnésia' não indica uma falta de conceito, mas ao invés disso, sua invisibilidade, ela constitui o 'outro' para o conceito central no qual a teoria das relações internacionais está fundamentada: o conceito do estado da natureza [...] Os autores clássicos apontam para um estado de natureza empírico secular representado pelos povos Ameríndios. Foi primeiramente definido, neste sentido, por autores espanhóis no contexto do descobrimento e conquistas das Américas. Desde a existência do Continente Americano e dos povos Ameríndios terem desafiado a visão de mundo dos espanhóis, estes foram forçados a lidar com uma questão não apenas política ou legal, mas ontológica: Qual era a natureza dos Ameríndios; foram eles seres humanos de alguma forma? (Jahn, 2004: 28)²

O controle sobre a narrativa histórica é um dos pilares da modernidade e se constitui como uma das formas mais violentas de exclusão de realidades que não correspondem ao modelo hegemônico. Sob este viés, as localidades são chamadas a uma inserção brusca na dinâmica internacional sem o devido respaldo às comunidades internas. Estas continuam a ser excluídas,

2 Tradução nossa.

por não acompanharem e/ou adotarem esta lógica, seja pela percepção de que o modelo imposto não compreende em seu interior suas demandas e seus modos de vivência – como fazem alguns movimentos sociais e iniciativas locais –, seja por desejarem a inserção mas não se adaptarem às solicitações de progresso da modernidade.

Para Castells, o poder ‘é aquela relação entre os sujeitos humanos que, com base na produção e na experiência, impõe a vontade de alguns sobre os outros pelo emprego potencial ou real de violência física ou simbólica’ (1999: 51); e se partirmos desse princípio, a condição de subalternidade da América Latina no sistema internacional pode ser melhor compreendida por se tratar de uma região caracterizada pela histórica influência de atores externos sobre suas dinâmicas internas (Rocha e Góes, 2013).

A história da região, marcada pelo projeto moderno de colonização e seus resquícios, representa a exacerbação da violência em suas três faces: a direta, a estrutural e a cultural. A direta está relacionada predominantemente aos conflitos físicos, enquanto a estrutural aglomera as condições sociais, econômicas, dentre outras, que impedem a plena construção de uma sociedade e de seus indivíduos em conformidade com o que se estabelece internacionalmente como dignidade da pessoa humana. São alguns exemplos da violência estrutural a fome, a desnutrição infantil, o analfabetismo, a falta de saneamento básico. Por sua vez, a violência cultural remete a mecanismos de formação e mediação simbólicas das visões de mundo e categorização do mesmo e possui em seu cerne processos discursivos. Ao compreendermos que a América Latina continua a possuir as três violências em suas realidades locais, é possível identificar os ‘regimes de representação’, aqueles que se formam historicamente com características de exclusão baseadas na categoria ‘diferente’, como um de seus processos constitutivos (Rocha e Góes, 2013).

Não é demais lembrar que, ao chegar ao Novo Mundo, os conquistadores traziam visões de além-mar construídas e alimentadas a partir de narrativas predominantes na Europa naquele momento de sua história. Narrativas dando conta da existência de ciclopes, de sereias, do éden terreno, da fonte da juventude compunham, por exemplo, o arcabouço visionário dos homens que aportaram nas

Américas Central e do Sul. É de se notar, por exemplo, conforme afirma Holanda (1963), o fato de correr à época a ideia segundo a qual não havia pecado ao sul do Equador, em uma alusão direta às supostas permissividade, sensualidade, promiscuidade em que viviam os então considerados povos bárbaros destas novas terras³.

No caso especificamente brasileiro, Souza (1986: 31–32) relata a dicotomia identitária que se instalou na visão europeia acerca do Brasil. De um lado, uma terra que perfeitamente poderia ser compreendida como um novo Portugal. De outro, porém, um espaço de perigo e de desafio a qualquer padrão do imaginário já estabelecido. O desafio de compreender a cor local, de apreender o humano que no Brasil se apresentava de forma tão instigante e peculiar, ocupou todos os escaninhos onde se poderiam criar visões de uma identidade a ser descoberta tanto pelos conquistadores quanto pelos conquistados. Segundo Souza:

Ora, para justificar a necessidade de cristianização, havia que denegrir os homens autóctones. Denegrindo-os, estava justificada a escravidão. Colombo inaugurou assim o movimento duplo que iria perdurar por séculos em terras americanas: a edenização da natureza, a desconsideração dos homens – bárbaros, animais, demônios. Esta tendência – associar os homens da colônia a animais ou a diabos – se agudizaria posteriormente; mas em Colombo é incontestável o interesse sempre renovado pelo exame da natureza e o desinteresse pelos homens que dela usufruem. (Souza, 1986: 36)

Nesse sentido, o discurso ficcional pode fornecer elementos, artisticamente elaborados, capazes de nos levar à fruição estética e, simultaneamente, ao aprofundamento da compreensão dos complexos processos histórico-culturais constitutivos tanto na experiência do Brasil quanto da América Latina de um modo geral, desde um olhar sobre a chegada dos europeus às Américas, até a avaliação de um passado recente que ainda permanece muito vivo na contemporaneidade.

3 A peça explora esteticamente essa questão, com a canção 'Não existe pecado ao sul do Equador', que é cantada pela prostituta Anna de Amsterdã, no início do segundo ato da peça, quando Maurício de Nassau chega ao Brasil. Junto dessa visão europeia sobre as terras brasileiras e sua gente, Nassau traz também um séquito de astrônomos, pintores, médicos, naturalistas, etc.

A peça *Calabar*: o elogio da traição, de Chico Buarque e Ruy Guerra, traz à luz reflexões acerca da chamada atitude heroica dos militantes contrários ao Regime Civil-Militar no Brasil e, simultaneamente, do esmaecimento de certos posicionamentos ideológicos a partir da década de 1970. A obra trata em seu enredo da figura histórica de Domingos Fernandes Calabar, um homem brasileiro, que viveu em Pernambuco no século XVII, período em que esta região do Brasil era disputada por holandeses e portugueses. Calabar foi um defensor dos interesses de Portugal, lutando na guerra pelas terras pernambucanas, mas a partir de um dado momento, passou a lutar em nome dos holandeses, sob o comando de Maurício de Nassau. A peça explora pelo menos duas temporalidades simultaneamente: esta que se relaciona ao Brasil Colonial e outra mais recente, que diz respeito ao Brasil dos anos de 1970, sob o Regime Civil-Militar. Calabar, alegoricamente, traduz o dilema de servir aos vencedores, aos dominadores, aos conquistadores, tendo sempre o papel subalterno como única opção. Conceitos como os de convicção pela causa política, traição, entre outros, são expostos na peça, a partir de personagens muito bem construídas dramaturgicamente, e que são capazes de representar vários setores da sociedade brasileira – tanto do período colonial quanto do século XX.

No bojo de tal debate, instaurado pela peça, muito se discutiu, sobretudo no início dos anos de 1980, no Brasil, acerca da atitude de alguns intelectuais e artistas que teriam tomado uma postura de ‘desbunde’, ou seja, teriam traído os princípios revolucionários tão vigentes na década de 1960, cedendo às ‘facilidades’ oferecidas pela sociedade de consumo. É precisamente este um dos pontos mais polêmicos que envolvem a peça *Calabar*. Trata-se de uma obra claramente disposta a denunciar as atrocidades cometidas pelo Regime Militar e, ao mesmo tempo, a relativizar este posicionamento de grupos politicamente engajados no Brasil pós-64. A perspectiva cética assumida por alguns grupos com relação às mudanças sociais e culturais no Brasil deste período histórico é alegoricamente trabalhada em *Calabar*, que elegera a História do Brasil-Colônia e a morte por enforcamento do considerado traidor da pátria, Domingos Fernandes Calabar, como alegoria

(E)ventos

RIAS VOL. 9, SPRING-SUMMER Nº 1/2016

do Brasil pós-64. O papel da literatura brasileira da década de 1970 é motivo de significativas polêmicas no meio acadêmico especializado, o que ativa ainda mais a discussão em torno da peça de Chico Buarque e Ruy Guerra.

Há de se notar nessa obra, por exemplo, como a questão da identidade brasileira é posta de um modo esteticamente articulado e elaborado, por meio, entre outros elementos, das canções que atravessam toda a peça, compondo o sentido de sua dramaturgia como um todo. *Fado Tropical* é um dos melhores exemplares dessa reflexão capaz de ironizar as 'origens' da identidade brasileira, comprometida com os signos de um poder cultural imposto de fora. Uma leitura pós-colonialista da canção exige a perspicácia de um enunciatório capaz de enxergar a história da colonização brasileira com as lentes irônicas de um enunciador cínico identificado com o poder colonial. Então, vejamos:

Oh, musa do meu fado,
 Oh, minha mãe gentil,
 Te deixo, consternado,
 No primeiro abril.
 Mas não sê tão ingrata,
 Não esquece quem te amou
 E em tua densa mata
 Se perdeu e se encontrou.
 Ai, esta terra ainda vai cumprir seu ideal,
 Ainda vai tornar-se um imenso Portugal.
 (Buarque e Guerra, 1993: 16)

Neste trecho da canção já é possível perceber que o tom irônico articula os significados do que seria considerado Brasil, como um espaço territorial, histórico, social e cultural tributário exclusivamente do domínio português. O ideal de nação seria o da 'civilização' europeia. Evidentemente, essa espécie de 'fardo do homem branco' é denunciada na canção – e na peça de um modo geral – a tal ponto que ela foi alvo da censura dos militares, em 1973, não podendo ir ao palco. Calabar também foi uma palavra proibida no disco de Chico Buarque, à época, que se intitularia *Chico Canta Calabar* e foi lançado simplesmente como *Chico Canta*. Vale lembrar que Calabar, no Brasil, é um signo que carrega uma carga semântica pejorativa, sendo associado a traidor – trata-se de uma espécie de xingamento, de pecha. Contemporaneamente, tal uso

linguístico se diluiu, mas foi muito presente nos anos de 1960 e de 1970. A narrativa histórica, contada a partir dos bancos escolares, elegeu por muito tempo Domingos Fernandes Calabar, personagem central da peça e muito importante também na História do Brasil, como o grande traidor da nação, por ter passado a servir os holandeses contra os portugueses, no século XVII, na luta pelo território brasileiro, onde hoje é o Estado de Pernambuco. Como se vê, várias temporalidades atravessam a discussão suscitada pela peça e, particularmente, por esta canção. Quem a canta, no contexto da obra dramática, é a personagem Mathias de Albuquerque, um português que está a serviço da Coroa, no Brasil Colonial; mas ele também representa a figura do torturador, do algoz, personagem que compõe o quadro político e histórico do contexto ditatorial brasileiro pós-64. Observemos com atenção a declaração de Mathias de Albuquerque diante de seu objeto de conquista/domínio/poder/jugo, ou seja, diante do território brasileiro/o corpo do torturado:

Meu coração tem um sereno jeito
E as minhas mãos o golpe duro e presto
De tal maneira que, depois de feito,
Desencontrado, eu mesmo me contesto.
Se trago as mãos distantes do meu peito,
É que há distância entre intenção e gesto.
E, se meu coração nas mãos estreito,
Me assombra a súbita impressão de incesto.
Quando me encontro no calor da luta
Ostento a dura empunhadura à proa,
Mas o meu peito se desabotoa
E, se a sentença se anuncia, bruta,
Mais que depressa a mão cega executa
Pois que senão o coração perdoa.
(Buarque e Guerra, 1993: 16-17)

(E)ventos

RIAS VOL. 9, SRPING-SUMMER Nº 1/2016

A ironia se estabelece com toda a força nesse monólogo da peça, capaz de descortinar o cinismo presente em uma espécie de ‘mea culpa’ que confirma, antagonicamente, a frieza e a sede de ‘cumprir as ordens’ e de ‘fazer o que precisa ser feito’, jargões tão caros aos que se prestaram a tal ‘serviço’ de torturar os considerados subversivos, a fim de conseguir informações, no contexto da Ditadura Civil-Militar no Brasil, bem como aos que assumiram o ‘fardo

de civilizarem' – ou 'sifilizarem' (Freyre, 1961: 441) – a América Latina, no período colonial.

Outro evento importante ao qual a canção nos remete é a Revolução dos Cravos, ocorrida em 25 de abril de 1974, marcando a retomada da democracia em Portugal, depois de anos sob o poder autoritário de Salazar e de Marcelo Caetano. Ironicamente, Mathias de Albuquerque anuncia sua consternação ao deixar o Brasil, no primeiro abril – mês emblemático da queda do poder ditatorial em Portugal.

A melodia, um fado português, conduz o leitor/espectador a uma imagem idílica, ironicamente posta no conjunto da peça, evidenciando o hibridismo⁴ cultural resultante das presenças portuguesa, africana e indígena no Brasil:

Com avencas na caatinga,
Alecrins no canavial,
Licores na moringa,
Um vinho tropical.
E a linda mulata,
Com rendas de Alentejo,
De quem, numa bravata,
Arrebato um beijo.
Ai, esta terra ainda vai cumprir seu ideal,
Ainda vai tornar-se um imenso Portugal.
(Buarque e Guerra, 1993: 16)

Elizabeth Sanches Rocha
Universidade
Estadual Paulista
UNESP
Brasil

O Brasil surge como elemento híbrido, produto de uma exploração vil dos conquistadores e da presença de elementos exógenos aos povos que habitavam suas terras antes da chegada dos europeus. E como objetivo de fundo se mantém sempre o ideal de se tornar o Outro, o civilizado, como a canção expõe. É nesse sentido que a peça sugere uma reflexão muito atual sobre as diversas formas de opressão e de colonização. A dizimação dos povos pré-colombianos nas Américas não se resume ao genocídio, tão bem descrito por Todorov, em *A conquista da América*. A perpetuação do pensamento colonizado é um dos principais exemplares desse

4 Hibridismo aqui é um conceito compreendido a partir das reflexões de Stuart Hall: 'O hibridismo não se refere a indivíduos híbridos, que podem ser contestados com os 'tradicionais' e 'modernos' como sujeitos plenamente formados. Trata-se de um processo de tradução cultural [...] que permanece em sua indecidibilidade' (2006: 71).

mecanismo simbólico tão forte de manutenção de poderes e constitui traço importante para se entender melhor os caminhos pelos quais são formadas as identidades latino-americana e brasileira. Por outro lado, também não se trata tampouco de simplificar esse contato a partir de categorias binárias. É evidente que tal dicotomia existe entre o colonizado e o colonizador, mas os termos pelos quais se a compreende vão no sentido de localizar a dupla enunciação nela inscrita, pois não se pode negar que o colonizador também é culturalmente contaminado a partir da conquista do Novo Mundo. Em outras palavras, se é premente dar voz aos que foram desigualmente considerados ao longo da História das colonizações, também é preciso ampliar o aporte teórico ao lidar com os colonizados não apenas como sujeitos passivos, mas também como sujeitos ativos nesse processo identitário. Ou seja: a dizimação e a perpetuação de um paradigma de subalternidade, na América, não anula sua atuação ao longo dos séculos como o Outro imprescindível para a formação identitária europeia desde a chegada no Novo Mundo. Em suma: a contaminação cultural foi e continua sendo uma via de mão dupla, o que não pode servir de argumento para se negligenciar a consciência de que sempre houve vítimas ao longo deste processo caracterizado por claras e evidentes hierarquias de poder e de nomeação da narrativa legitimadora da História. Conforme salienta Hall:

Daí a subversão do antigo binarismo colonizador/colonizado na nova conjuntura. De fato, uma das principais contribuições do termo 'pós-colonial' tem sido dirigir nossa atenção para o fato de que a colonização nunca foi algo externo às sociedades das metrópoles imperiais. Sempre esteve profundamente inscrita nelas – da mesma forma como se tornou indelevelmente inscrita nas culturas dos colonizados. Os efeitos negativos desse processo forneceram os fundamentos da mobilização política anticolonial e resultaram no esforço de retornar a um conjunto alternativo de origens culturais não contaminadas pela experiência colonial [...] Contudo, no que diz respeito ao retorno absoluto a um conjunto puro de origens não-contaminadas, os efeitos culturais e históricos a longo prazo do 'transculturalismo' que caracterizou a experiência colonizadora demonstraram ser irreversíveis. (2006: 101-102)

Portanto, o debate em torno da transculturação, nos termos utilizados por Hall, se atualizou durante a História do século XX que reavivou, em alguma medida, os processos de colonização

(E)ventos

RIAS VOL. 9, SRPING-SUMMER Nº 1/2016

já operados no passado, sob outras circunstâncias. É justamente esse duplo movimento que é exposto na peça de Buarque e Guerra, uma vez que se trata da narrativa contada pelos vencedores sobre quem é o traidor da pátria: do ponto de vista dos vencedores (portugueses), Domingos Fernandes Calabar traiu o Brasil porque se bandeou para o lado de Maurício de Nassau; do ponto de vista dos holandeses, Calabar foi um herói nacional que morreu pela causa 'progressista' dos calvinistas da Companhia das Índias Ocidentais. É importante notar que é sempre a narrativa do colonizador (vencedor ou perdedor da guerra, nesse caso) aquela que se enuncia. Domingos Fernandes Calabar – genuíno representante do brasileiro, filho da terra dominada – não tem voz; quem fala por ele ora é Nassau ora é Mathias de Albuquerque. Ou seja: tratava-se de um dilema em torno do mais habilitado a colonizar. A colônia não fala por si:

Nassau

Como Governador-Geral de Pernambuco a minha maior preocupação é fazer felizes os seus moradores. Mesmo porque eles são mais da metade da população do Brasil, e esta região, com a concentração dos seus quase 350 engenhos, domina a produção mundial de açúcar. Além do mais, nesta disputa entre a Holanda, Portugal e Espanha, quero provar que a colonização holandesa é a mais benéfica. (Buarque e Guerra, 1993: 65)

Retomando a discussão acerca dos posicionamentos ideológicos e de suas consequências tanto na História do Brasil-Colônia quanto mais recentemente, no pós-64, há um debate que ilustra bem o quão delicada e complexa é a situação dos militantes e dos envolvidos, de um modo geral, com as lutas por liberdades sociais e políticas.

Os artigos publicados na imprensa nas décadas de 1970 e de 1980 denunciam uma preocupação constante da intelligentsia brasileira com relação ao chamado 'vazio cultural' que se estabeleceu no país após o Ato Institucional n. 5⁵. O debate se desenvolve justamente sobre a suposta ausência de compromisso dos artistas

5 O AI 5, como é chamado, foi publicado em dezembro de 1968 e restringiu as liberdades políticas no Brasil, suspendendo todos os direitos constitucionais até então vigentes. Na prática, significou o início efetivo da Ditadura Civil-Militar Brasileira em sua mais cruel e violenta face.

e intelectuais de um modo geral com relação à situação política de repressão que imperava no Brasil. Vários depoimentos revelam que o problema da alienação versus engajamento era muito presente nas discussões e, desse modo, iluminam o contexto em que *Calabar* surgiu e foi censurada (1973) e pôde ser encenada (1980), sofrendo duras críticas. Alguns posicionamentos, como os de Fernando Gabeira – ativista à época e um dos autores do famoso sequestro ao Embaixador estadunidense no Brasil em troca da soltura de presos políticos da ditadura civil-militar –, revelam uma consciência de que era preciso haver uma autocrítica dentro da esquerda brasileira, no que se refere ao seu posicionamento em relação a uma mudança radical da sociedade capitalista:

Eu acho o seguinte: o momento histórico que a gente viveu no Brasil, de muita radicalização, foi um momento que conduziu ao AI-5, de um movimento de massa muito intenso e muito radical, em que a questão social e a questão política eram dominantes. Mas quando fomos para o exterior, vivemos uma experiência lá que talvez tenha sido de contra-revolução e de apatia política. Essa apatia era contudo interessante no sentido de que, com a nossa derrota e com algumas derrotas que houve pelo mundo, uma certa ideia de revolução proletária se desfez e houve, no meu entender, um enfraquecimento no símbolo, no detentor dos valores dessa revolução proletária que é o macho latino clássico. Esse período [...] é um período muito importante em que afloram os chamados 'problemas pessoais'. (Gaspari; Hollanda; Ventura, 2000: 135-136)

As afirmações de Gabeira ilustram bem a postura daqueles que iniciam o processo de crítica às verdades e certezas sustentadas pelos engajados na revolução proletária. A referência aos 'chamados problemas pessoais' é justamente a evidência das preocupações – hoje consideradas politicamente corretas – com as minorias e com as camadas que não detinham voz socialmente – por exemplo, as mulheres, os negros, os homossexuais, as diferentes etnias. Ocorre uma reviravolta no pensamento de muitos que, como Gabeira, passam a pensar a revolução em outros termos. Tratava-se de uma revolução que, necessariamente, deveria passar pelo corpo:

Os contatos com os meus amigos e com as pessoas que eu conheci são de uma geração muito antiga, e eles sempre me dizem: 'Não, rapaz, você não está se comportando como um revolucionário, porque de vez em quando você dá uma desmunhecada, de vez em quando você usa tanga na praia'. Essas coisas te dão a ideia de que a crítica aqui é muito pequena ainda... (Gaspari; Hollanda; Ventura, 2000: 136)

O depoimento do cineasta Glauber Rocha, por sua vez, é mais cáustico e vai de encontro às ideias de Gabeira, evidenciando com exatidão a inquietude com o estabelecido e o desejo de alterações profundas na ordem social:

[...] os guerrilheiros voltaram, a maioria está aí fazendo a política da CIA com esse negócio de Gay Power, Ecologia, de Revolução do corpo. Esses imbecis aplicam aqui todo o programa do plano Camelot, talvez sem serem agentes, seguindo as ordens de outras pessoas. De forma que não vem que não tem, eu sei de onde vem isso. Eu estava aqui conflitado com essa esquerda armada e contra a opção *hippie*, que era a opção da CIA programada para o Brasil, através dos jornais que surgiram para ocultar o problema da guerra do Vietnã e transformar os perigosos maoístas guerrilheiros em *hippies* drogados. Foi a luta da granada contra o Rock. (Gaspari; Hollanda; Ventura, 2000: 162)

Para o cineasta, como se vê, o vazio cultural no Brasil naquele momento era decorrente de uma colonização vinda de todos os lados: tanto dos comunistas quanto dos capitalistas. Daí sua fúria contra o posicionamento de uma esquerda armada e contra o lema ‘faça amor, não faça guerra’ dos *hippies* estadunidenses. Para o artista brasileiro, o posicionamento que defendia os ‘problemas pessoais’ não passava de mais uma forma de colonização.

Fica claro que o debate era inflamado e a crítica teatral não poderia fugir da linha de frente das discussões. A peça *Calabar*, por trazer uma linguagem cênica muito heterogênea, passando pelo musical, adotando procedimentos épicos, constituindo-se a partir de uma estrutura muito fragmentária e, sobretudo, relativizando as verdades históricas, encontrou um campo fértil para muitos ataques tanto no que concerne à sua arquitetura cênica quanto ao debate político que instala.

O que foge absolutamente ao campo de análise de alguns críticos, à época, é a riqueza que se encontra justamente no fato de a peça não buscar uma resposta definitiva para os problemas nacionais, colocados alegoricamente em *Calabar*, através da repressão, do aniquilamento da própria voz da personagem principal da peça, tão bem evidenciado, por exemplo, na canção *Cala a boca, Bárbara*:

Ele sabe dos caminhos
 Dessa minha terra.

No meu corpo se escondeu,
Minhas matas percorreu,
Os meus rios,
Os meus braços.
Ele é o meu guerreiro
Nos colchões de terra.
Nas bandeiras, bons lençóis,
Nas trincheiras, quantos ais, ai.
- Cala a boca,
Olha o fogo,
- Cala a boca,
Olha a relva,
- Cala a boca, Bárbara.
- Cala a boca, Bárbara
(Buarque e Guerra, 1993: 5-6)

Bárbara, companheira de Calabar, é a grande voz que grita sua dor e sua indignação diante da injustiça cometida de todos os lados da guerra. Mas se trata de uma personagem cuja função dramatúrgica de representante do subalterno é violentamente calada no contexto da peça, evocando os muitos silenciamentos inerentes às situações de opressão política e cultural. Não basta ao dominador, no processo de subalternidade, ter o poder da palavra, de nomeação da narrativa histórica; é preciso, sempre, calar o Outro, o diferente, o bárbaro.

Calabar defende, antes de mais nada, a liberdade, princípio fundador da democracia. A partir dessa base, a peça sustenta que é necessário refletir sobre todas as supostas verdades que são impostas, seja no âmbito político, histórico, social ou estético. *Calabar* põe em dúvida, principalmente com a última fala de Bárbara, até mesmo as verdades que poderiam chegar através da peça. Isso porque, ao lançar mão de recursos estéticos considerados modernos – os procedimentos épicos de Brecht, por exemplo, – redimensionando-os a partir de uma estratégia artística que também incorpora recursos do chamado pós-modernismo, a peça desautoriza qualquer verdade absoluta.

A tese contida em *Calabar* é também uma espécie de anti-tese, porque ela não oferece um caminho e/ou solução resultantes da síntese dialética a não ser a conscientização de que, para construir uma sociedade mais justa, sobretudo democrática, é preciso uma boa dose de desconfiança nos poderes e nos dogmas estabelecidos social e politicamente e o constante questionamento

(E)ventos

RIAS VOL. 9, SRPING-SUMMER Nº 1/2016

acerca das fundações doutrinárias que formam e (en)formam as identidades. Trata-se de uma contundente reflexão acerca do papel da esquerda naquele momento histórico de 'abertura' política. Por isso a fala de Bárbara desmonta todos os pontos de vista expostos no decorrer da ação, pelas diferentes personagens. Então, é perfeitamente coerente dizer que a peça de Chico Buarque e Ruy Guerra pauta-se por um único princípio fundador, capaz de gerar todos os outros: o princípio da liberdade (Rocha, 2006).

A mudança estaria, portanto, nas mãos de indivíduos devidamente conscientes, movidos pela liberdade de escolha e de pensamento. Tal postura ideológica é evidenciada no palco, através da estrutura teatral da peça – que não oferece uma conclusão ou uma solução definitiva para o problema apresentado – e não poderia deixar de incomodar os revolucionários da esquerda que exigiam uma arte engajada politicamente, e esqueciam-se de que a arte, antes de mais nada, é objeto de prazer estético, e que a experiência estética, em si mesma, pode ser libertária. De um lado, os considerados engajados viam um 'desbunde' em obras como a de Buarque e Guerra, de outro, os considerados alienados criticavam justamente o que julgavam ser a subordinação do estético à luta político-social. A respeito de tal polêmica, vale citar uma fala de Caetano Veloso, em entrevista concedida em 1979:

O Chico Buarque comete esse erro e faz uma arte extraordinária, ele comete esse erro a ponto de dizer assim: 'Eu sou um cidadão, como cidadão eu acho..', dá a impressão de que fazer música, sambinha, não é tão importante; que o importante é querer justiça social [...] Só que eu acho que, no caso da arte, o engajamento não se dá por essa via, se dá, eu acho, pela via do seu engajamento com aquilo que você faz, é você tentar viver mais completamente, mais intensamente o significado daquilo que está fazendo'. (Gaspari; Hollanda; Ventura, 2000: 148)

Importa aqui mostrar que *Calabar* não pode ser enquadrada em nenhum dos lados da contenda, pois sua constituição dramática é muito mais complexa que este debate dicotômico entre engajados e alienados. Trata-se de uma obra que se caracteriza pela presença de alguns recursos muito caros às perspectivas pós-modernas da literatura. É uma obra cíclica, não-teleológica, utiliza-se da colagem, da alegoria, suas personagens apresentam

uma mobilidade de pensamento e uma capacidade de questionamentos – identitário, social, político, histórico e até mesmo existencial – que resulta na desmistificação de heróis e de conceitos dados como legítimos. Enfim, é uma peça que, de certa forma, está a avaliar o próprio sentido e os fins da luta da esquerda, na América Latina em geral.

Calabar é uma obra propositalmente paradoxal, porque está em consonância com as contradições de seu próprio momento histórico; não incita o leitor/espectador a promover uma revolução marxista, mas propõe uma revisão histórica – de um passado mais recente (a Ditadura Civil-Militar) e de um mais remoto (o Brasil-Colônia). Através de um alto grau de desconfiança – necessário à análise crítica e distanciada dos acontecimentos – a peça ilumina noções como traição, subversão, opressão, liberdade, identidade, entre outras. Esse movimento é de natureza dialógica, pois nem mesmo uma ideologia de esquerda – pautada pela crença na revolução – é vista como *a* Solução. São expostas diferentes e múltiplas soluções possíveis, desde que haja liberdade de reflexão (Rocha, 2006).

A obra oferece a dúvida como valor a partir do qual uma ordem social fundamentada na liberdade pode surgir. Então o ceticismo é um princípio que pode, paradoxalmente, trazer esperança em um futuro mais justo. Não há, portanto, a ingênua crença no poder de transformação exclusivo da arte nem da tecnociência, mas existe uma reelaboração de todas as conquistas – teóricas, estéticas, ideológicas, filosóficas – feitas até o momento da criação da peça.

É importante salientar que, ao tratar da produção literária da década de 1970, corre-se o risco de simplesmente pensar em um período perdido no suposto vazio cultural predominante por conta da repressão ditatorial. Ao analisar mais minuciosamente esta peça, considerando o debate sobre a suposta alienação dos artistas, é possível verificar a complexidade do tema, muitas vezes abordado de maneira simplista. Na verdade, *Calabar*, independentemente de trazer uma preocupação política, oferece uma sofisticação estética privilegiada. Seu texto apresenta uma carpintaria inovadora e provocativa, impondo a presença feminina, representada pela personagem Bárbara, no centro

do debate e da conscientização acerca de toda forma de totalitarismo e de colonização. Acresça-se a isso a relativização da traição, que serve de ponto de partida para a problematização de uma série de outros valores considerados absolutos. Diante de um quadro como este, e vivendo um período de efervescência intelectual, a polêmica acerca de uma peça aparentemente fragmentada e sem consistência ideológica era inevitável. No entanto, ao pesquisar com certo distanciamento a peça e ao privilegiar sua especificidade estética, não há como duvidar do valor desta obra de Chico Buarque e Ruy Guerra. Esta avaliação está tanto no âmbito do trabalho estético – a ironia da linguagem, a polifonia, a apropriação de textos históricos, a poesia das canções, a carnavalização da literatura – quanto no âmbito da preocupação política e social que a obra, evidentemente, revela. Torna-se oportuno citar a última fala de Bárbara, convocando os leitores/espectadores a reagir de maneira carnavalizada às verdades impostas historicamente:

*Elizabete Sanches Rocha
Universidade
Estadual Paulista
UNESP
Brasil*

Esperais um epílogo do que vos foi dito até agora? Estou lendo em vossas fisionomias. Mas sois verdadeiramente tolos se imaginais que eu tenha podido reter de memória toda essa mistura de palavras que vos impingi. A história é uma colcha de retalhos [...] Por isso, em lugar de epílogo, eu quero vos oferecer uma sentença à guisa de charada: odeio o ouvinte de memória fiel demais. Por isso sede sãos, aplaudi, bebei, vivei, votai, traí, oh! celebérrimos iniciados nos mistérios da traição. (Buarque e Guerra, 1993: 119)

É pela pluralidade de sentidos, engendrados pela alegoria, que a análise da peça torna-se instigante, pois ela revela ao leitor/espectador realidades simultaneamente muito distantes e muito próximas: o Brasil-Colônia é a alegoria do Brasil pós-64 e, em alguma medida, do Brasil contemporâneo, cada qual com sua específica forma de colonização, permanências e rupturas históricas e culturais.

Portanto, ceticismo e esperança compõem duas faces de uma mesma moeda, quando se trata de *Calabar*. Dialeticamente, a obra busca a conscientização política e desmistifica atitudes salvacionistas e heroicas. Trata-se de uma perspectiva tão inquietante quanto reveladora de uma sociedade bastante complexa e em constante busca de seu lugar, de sua face, de sua identidade, enfim.

CONCLUSÃO

Ao trazer à tona debates que, em tese, estariam circunscritos à realidade temporal dos anos de 1960 e de 1970, em um Brasil e em uma América Latina torturados por poderes ditatoriais e por uma lógica colonialista reinstaurada pelo poder dos Estados Unidos, sob a égide do mundo bipolar e da Guerra Fria, é possível ter a impressão de que se trata de um debate superado. Entretanto, quando percebemos as dificuldades encontradas no posicionamento político, identitário, cultural e social dos povos da América Latina, em um mundo globalizado e cada vez mais socialmente injusto, torna-se clara a premência de reflexões como estas protagonizadas pela ficção literária.

Para Antonio Candido, em seu famoso artigo *Direitos Humanos e Literatura*, o papel exercido pela ficção literária em uma sociedade é essencial, uma vez que guarda o potencial de instauração de valores comuns entre os indivíduos que compartilham os mesmos códigos culturais do grupo, mas também suplanta este nível micro, indo ao encontro de uma ampliação cultural, capaz de fornecer elementos de reconhecimento do Outro em sua diferença, de modo dialógico e menos hostil. Assim, para Candido:

As produções literárias, de todos os tipos e todos os níveis, satisfazem necessidades básicas do ser humano, sobretudo através dessa incorporação, que enriquece a nossa percepção e a nossa visão do mundo [...] ela [a literatura] é uma necessidade universal imperiosa, e [...] fruí-la é um direito das pessoas de qualquer sociedade, desde o índio que canta as suas proezas de caça ou evoca dançando a lua cheia, até o mais requintado erudito que procura captar com sábias redes os sentidos flutuantes de um poema hermético. Em todos esses casos ocorre humanização e enriquecimento, da personalidade e do grupo, por meio de conhecimento oriundo da expressão submetida a uma ordem redentora da confusão [...] Entendo aqui por humanização [...] o processo que confirma no homem aqueles traços que reputamos essenciais, como o exercício da reflexão, a aquisição do saber, a boa disposição para com o próximo, o afinamento das emoções, a capacidade de penetrar nos problemas da vida, o senso da beleza, a percepção da complexidade do mundo e dos seres, o cultivo do humor. A literatura desenvolve em nós a quota de humanidade na medida em que nos torna mais compreensivos e abertos para a natureza, a sociedade, o semelhante. (Candido, 2013)

As palavras de Candido poderiam dispensar outras mais. No entanto, ainda cabe neste espaço enfatizar a importância

(E)ventos

RIAS VOL. 9, SRPING-SUMMER Nº 1/2016

que obras como *Calabar*: o elogio da traição assumem quando elaboram um saber histórico, político e social a partir de uma conjugação estética que se mantém atual. A força da literatura reside também nesse alinhamento com o seu tempo, que só pode ser efetivado pelo labor estético, capaz de suplantar, em si mesmo, o contingencial, o efêmero e o meramente circunstancial. Portanto, se a América Latina permanece sendo um extraordinário enigma identitário, um corpo vivo e pulsante, capaz de fascinar e de indignar a um só tempo, a ficção literária amplia esse entendimento, não de maneira a fornecer respostas definitivas e castradoras, mas criando elementos preñes de novas leituras e de novas visões sobre o mesmo fenômeno. É dessa maneira que a América Latina continua sendo criada, inventada, absorvida e hibridizada contemporaneamente. E nesse movimento cultural e identitário tão rico, as artes, e em especial a literatura, seguramente permanecem dando sua parcela de percepção do Outro, do diferente, do que não se compreende sem a metáfora, sem a mediação do figurativo, do sensível, do estético. Em suma: do que não se pode ver a olho nu, sem a imprescindível mediação artística.

É possível também que seja inútil buscar a compreensão plena do Brasil em suas interfaces e da América Latina como componente histórico que é, em si, o resultado da visão europeia. Mas se, por um lado, tal pretensão se desfaz, por outro se fortalece a necessidade constante de se revisitarem as narrativas que nos foram contadas, bem como as que estamos narrando para as próximas gerações. Nesse espaço interlocutório é que a identidade é construída e reconstruída a todo momento. Por isso mesmo a ficção literária, o teatro, as artes em geral cumprem um papel tão relevante nesse processo que atualiza as visões de além-mar, conferindo múltiplas e multifacetadas perspectivas acerca de antigas e de novos modos de compreensão da Alteridade.

Elizabete Sanches Rocha
Universidade
Estadual Paulista
UNESP
Brasil

REFERÊNCIAS

- Boas, F. (2004). *Antropologia cultural*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Buarque, C. e Guerra, R. (1993). *Calabar: o elogio da traição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Candido, A. (2013). *Direitos humanos e literatura*. Natal. http://www.dhnet.org.br/direitos/textos/textos_dh/literatura.html, <http://www.dhnet.org.br/index.htm>, acesso em 15 de novembro de 2013.
- Castells, M. (1999). *A sociedade em rede*. A era da informação: economia, sociedade e cultura. São Paulo: Paz e Terra.
- Coll, A. N. (2002). *Propostas para uma diversidade cultural intercultural na era da globalização*. São Paulo: Instituto Pólis.
- Escobar, A. (2005). *Más allá del Tercer Mundo: globalización y diferencia*. Bogotá: Instituto Colombiano de Antropología e História.
- Freyre, G. (1961). *Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. Rio de Janeiro: J. Olympio.
- Gaspari, E.; Hollanda, H. B. de; Ventura, Z. (2000). *Cultura em trânsito: da repressão à abertura*. Rio de Janeiro: Aeroplano.
- Geertz, C. (2001). *Nova luz sobre a Antropologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- Hall, S. (2006). *Da diáspora. Identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG.
- Holanda, S. B. de. (1963). *História da civilização brasileira. A época colonial. Do descobrimento à expansão territorial*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro.
- Hutcheon, L. (1991). *Poética do pós-modernismo: história, teoria, ficção*. Rio de Janeiro: Imago.
- Jahn, B. (2004). 'The Power of culture in International Relations'. In J.C.E. Gienow-Hecht e F. Schumacher, *Culture and International History*. New York: Berghahn Books, p. 27-41.
- Rocha, E. S. (2006). *O elogio da liberdade: procedimentos estéticos em Calabar*. Franca: UNESP:FHDSS.
- Rocha, E. S. e Góes, V. S. dos S. (2013). 'Culturas e epistemologias do Sul: as relações internacionais traduzidas pelos movimentos sociais da América Latina'. *Monções: Revista de Relações*

(E)ventos

RIAS VOL. 9, SRPING-SUMMER Nº 1/2016

Internacionais da UFGD, v.2. n.3, <http://www.periodicos.ufgd.edu.br/index.php/moncoes/article/view/2716/1551>, acesso em 15 de novembro de 2013.

Said, E. W. (1995). *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Cia. Das Letras.

Souza, L. de M. e. (1986). *O diabo e a Terra de Santa Cruz*. São Paulo: Companhia das Letras.

Todorov, T. (2003). *A conquista da América: a questão do Outro*. São Paulo: Martins Fontes.



PEREGRINAÇÕES TRANSCIBERNÉTICAS

Navegar no ciberespaço equivale a passear um olhar consciente sobre a interioridade caótica, o ronronar incansável, as banais futilidades e as fulgurações planetárias da inteligência coletiva. O acesso ao processo intelectual do todo informa o de cada parte, indivíduo ou grupo, e alimenta em troca o do conjunto. Passa-se então da inteligência coletiva ao coletivo inteligente. (Lévy, 1996: 117)

*Ricardo Portella
de Aguiar
Universidade Federal
Fluminense
Brasil*

O conjunto de mudanças provocado pela primeira etapa do expansionismo tecnológico, ou Revolução Industrial (1750-1820), foi caracterizado pela utilização da máquina como instrumento para a exploração dos recursos naturais e provocou um profundo impacto no processo produtivo em nível econômico e social. Cerca de cento e cinquenta anos depois, em uma segunda etapa, com o surgimento da eletricidade e dos sistemas fabris, a máquina substituiu radicalmente o trabalho manual. O tempo passou e a inevitável expansão do uso da máquina alcançou as demais áreas do conhecimento humano. Após um longo tempo se preocupando com as relações pessoais e com a natureza, a Filosofia, a Arte e a Literatura se depararam com um novo objeto de reflexão, que passou a ocupar um lugar destacado na sociedade: a Tecnologia (Donato, 2009).

Mas nós não paramos por aí! Recentemente entramos em um estágio marcado pela crescente automação dos sistemas e métodos humanos. Essa nova era foi inaugurada a partir do surgimento

da *Cibernética*¹ e posteriormente ratificada com a invenção do Computador² e de suas *Linguagens de Programação*³, criações que viabilizaram a terceira revolução, a chamada Revolução da Informação. A partir da evolução das ciências da computação e das telecomunicações, novas relações se estabeleceram entre os indivíduos e conseqüentemente entre as nações. Esse foi o estopim para que o mundo virtual explodisse e se impusesse como uma alternativa ao mundo concreto, com o artefato cibernético tomando o lugar das locomotivas, dos aeroplanos e das caravelas no dia-a-dia e no imaginário do aventureiro.

Para alguns, como o escritor Ítalo Calvino, as máquinas do mundo moderno se mostram 'mais adiantadas que os homens; as coisas mandam nas consciências; a sociedade está manca e tropeça pelos cantos, procurando acompanhar o progresso tecnológico' (Calvino, 2006: 100-101).

A partir da década de 1980, as Tecnologias da Informação e da Comunicação (*TICs*) transformaram radicalmente os processos de criação, editoração, distribuição e fruição de produções culturais e artísticas, que passaram a ser baseadas, principalmente, em uma nova forma codificada de escrita – viabilizada pelo aparecimento de linguagens artificiais – que possibilitou uma fácil comunicação entre o homem e a máquina. A criação dessas *Tecnolinguagens* (Aguar, 2012) – resultado das demandas sociais e produto das men-

1 Segundo o criador da Cibernética, Norbert Wiener, 'O propósito da cibernética é o de desenvolver uma linguagem e técnicas que nos capacitem, de fato, a haver-nos com o problema de controle e da comunicação em geral, e a descobrir o repertório de técnicas e ideias adequadas para classificar-lhes as manifestações específicas sob a rubrica de certos conceitos'. (Wiener, 1954: 17)

2 Em termos técnicos, Lucien Sfez define o computador como 'a tecnologia da tecnologia: tecnologia ao quadrado, no centro de todo dispositivo tecnológico'. (Sfez, 2000: 294). Nesse trabalho consideraremos o computador como uma máquina dionísia na plenitude do termo, que agencia comportamento, imagem, som, inteligência artificial, mundos virtuais e tudo o mais que se queira dentro do contexto das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs).

3 Nos projetos dos primeiros computadores o *hardware* e o *software* ocupavam lugares distintos e eram projetados separadamente. As linguagens de programação surgem para aproximar o homem da máquina a partir do código binário. Posteriormente, tais linguagens evoluíram para algo mais próximo à linguagem humana, mas sempre a partir do paradigma binário e da arquitetura inicialmente proposta. (Ghezzi, 1987; Knuth, 1973; Navathe, 2006; Stark, 1967).

tes de técnicos da ciência da computação, que passaremos a chamar de *Tradutores Intersemióticos Cibernéticos* ou *Tecnoescritores* (Aguiar, 2012) – foi o primeiro passo em busca da aproximação entre o homem e o aparato tecnológico, inicialmente projetado para tratar dos problemas da matemática. O fato de passarmos a ter uma linguagem de comunicação com a máquina mais próxima à linguagem natural, tornou realizável o desejo de recriar a realidade, com toda a sua diversidade e aleatoriedade. A partir dessas construções, tornou-se possível a inauguração de uma instância contemporânea de território, exclusiva deste novo ambiente cibernético: O *Território Virtual*⁴ – simulacro do mundo concreto⁵. Tais linguagens, que aparentam ter uma estrutura independente e que podem possuir uma lei de formação desvinculada da linguagem escrita, são construídas a partir de primitivas inspiradas na relação entre a própria palavra-signo e o mundo concreto. Surge então o *Texto Digital*⁶: o alicerce para todas as criações e interações no ambiente virtual (Aguiar, 2012). Trata-se de uma construção lógica fundeada no estilo; sua estruturação não se relaciona apenas à sintaxe, ao uso corrente da língua, ou das imagens, ou das cores, ou dos sons, segundo os sistemas ou universos multimidiáticos. O Texto Digital é a própria estrutura narrativa, pois elabora conceitos e está no centro da criação cibernética. Nesse particular, o ato de produzir textos em um código cibernético é, de fato,

4 Jean Baudrillard entende Território como ‘o lugar de um ciclo infinito de parentesco e das trocas [...] nele não há sujeito e aí tudo se troca. As obrigações são aí absolutas, a reversibilidade total, mas ninguém conhece a morte porque tudo aí se metamorfoseia. Nem sujeito, nem morte, nem inconsciente, nem recalçamento, já que nada pára o encadeamento das formas’ (Baudrillard, 1991: 173-174). Para Roland Barthes, ‘O território pode definir-se essencialmente como o espaço de segurança (e como tal destinado a ser defendido)’ (Barthes, 1990: 218).

5 Gilles Deleuze define: ‘o simulacro não é uma cópia degradada, ele encerra uma potência positiva que nega tanto o *original* como a *cópia*, tanto o *modelo* como a *reprodução*’ (Deleuze, 2007: 267).

6 Termo cunhado como uma alternativa de definição para os códigos cibernéticos, ou Programas de Computador, escritos nas Tecnolinguagens e executáveis diretamente pela máquina. O termo foi escolhido partindo da definição de Wolfgang Iser, para quem ‘O texto encena a transformação do mundo que foi trazido para a esfera textual, permitindo que esse processo se apresente como uma sequência de fases’ (Iser, 1999: 115).

uma forma de articular pontos de vista ou de representar logicamente uma realidade observada, descrevendo-a através de uma Linguagem de Programação – *Tecnoescrita* (Aguiar, 2012) – e, desta forma, elaborando e construindo o Mundo Virtual. Navegamos os oceanos binários, impulsionados pelos textos digitais...

Esse novo mundo – viabilizado pelos códigos cibernéticos, pelas redes de telecomunicações e pelos computadores – é composto pelos incontáveis Territórios Virtuais, que abrigam, por sua vez, inúmeras Comunidades Virtuais: locais acolhedores que estão ao alcance de todos aqueles que tenham acesso a um computador ligado à *Grande Rede*. Nesse delírio cibernético, o computador preenche uma lacuna deixada pelo distanciamento e pelo esfriamento das relações humanas, em um mundo onde a tecnologia vem se impondo gradativamente desde a Revolução Industrial. Aqui e agora, o *Ciberterritório* – um espaço fora do espaço físico, cuja marcação é realizada apoiando-se, para além dos nossos sentidos, na Tecnologia – assume uma nova perspectiva. Dentro desse espaço, como habitantes concretos, intrusos no mundo imaterial, o turbilhão binário⁷ dos Textos Digitais nos transforma em *avatars* cibernéticos, com papéis determinados, proporcionados pelos modelos computacionais de simulação. Todo esse cenário, somado ao envolvimento quase emocional do homem com a tecnologia, torna lícita a suposição que, atualmente, vivenciamos uma ‘mitificação da tecnologia da informação e da ciência da computação: um conjunto cibernético viabilizador de uma inédita manifestação cultural’⁸, com funcionalidades impensáveis em outros tempos’ (Aguiar, 2011: 121).

(E)ventos

RIAS VOL. 9, SRPING-SUMMER Nº 1/2016

7 A possibilidade se abre a partir da representação binária. Conforme afirma Edmond Couchot, ‘a forma numérica torna possível uma hibridação quase orgânica das formas visuais e sonoras, do texto e da imagem, das artes, das linguagens, dos saberes instrumentais, dos modos de pensamento e de percepção. Esse possível não é forçosamente provável: tudo depende da maneira pela qual especialmente os artistas farão com que as tais tecnologias se curvem a seus sonhos’ (Couchot, 1993: 47).

8 A cibercultura pode ser definida como uma cultura herdada socialmente, no sentido dado por Ralph Linton: ‘como termo geral, *cultura* significa a herança social de toda a humanidade; como termo específico uma *cultura* significa uma determinada variante da herança social. Assim, a *cultura*, como um todo, compõe-se de grande número de *cuturas*, cada uma das quais é característica de um certo grupo de indivíduos’ (Linton, 1981: 86).

Nesse contexto inédito, nos metamorfoseamos nas inúmeras entidades gráficas incorpóreas de um ser virtualmente imortal, dentro de um mundo paradoxalmente tornado possível pela utilização de protocolos hipercodificados⁹ e inflexíveis; viajamos em um espaço atemporal composto por inúmeros territórios virtuais independentes, interligados por um poderoso sistema de comunicação; interagimos em *Ciberterritórios* povoados a partir da afinidade de interesses e não mais pelo critério da proximidade física. Nesse mundo, regido pelos *bits* e *bytes* e filho da cibernética, são praticadas as mais diversas formas de linguagem nos mais bizarros agrupamentos de pessoas sem identificação ou localização precisa. Não temos mais o controle sobre nossos caminhos e sequer temos as estrelas para nos guiar, pois toda a estrutura arquitetônica do espaço virtual é determinada por *algoritmos de roteamento*¹⁰ escritos algures.

O incrível suporte tecnológico responsável por todas essas proezas nos surpreende a cada nova versão com novas interfaces e com inúmeras facilidades de manuseio, edição, produção e distribuição dos produtos cibernéticos. Entretanto, todo esse aparato precisa ser desenvolvido e mantido por uma equipe tão silenciosa quanto necessária, pois toda e qualquer inovação incorporada às funções técnicas existentes, ou mesmo a criação de facilidades que atendam novas demandas, essas não serão possíveis sem que sejam escritos novos textos digitais ou produzidos novos equipamentos. Para cada avanço que experimentamos são necessárias algumas centenas de milhares de linhas de código e, quase sempre, equipamentos, memórias e processadores mais poderosos e rápidos – tudo fundeado na Tecnolinguagem (Aguiar, 2012). Entretanto, as tecnolinguagens não conseguem, por si só, transmitir o implícito, seja por falta de alcance sintático e semântico, seja por falta de inte-

9 Segundo Umberto Eco 'as entidades hipercodificadas flutuam, por assim dizer, entre os códigos, no limiar entre convenção e inovação. O mau artista, o maneirista, o repetidor de sucesso, outra coisa não faz senão coser, entre suas unidades hipercodificadas e já gravadas, conotações de artisticidade' (Eco, 2007: 122).

10 Os algoritmos de roteamento são textos digitais que executam a distribuição do tráfego virtual entre computadores 'sempre que se têm a interligação de redes permitindo a comunicação entre os seus *hosts* [...] As decisões de roteamento são tomadas em cada nó de roteamento' (Coulouris, 2007: 84–85)

ligência no receptor: um artefato sensível à tecnologia disponível. No modelo cibernético, as inovações tecnológicas são consideradas como limitadoras das relações interpessoais, uma vez que o contato humano inexistente e estamos sempre diante de uma representação simplificada do humano que faz a intermediação da comunicação. Todo o contato se dá através de poderosos aparatos, baseados principalmente nas redes de telecomunicações e nos computadores digitais. Aqui, consideramos a tradução intersemiótica como a transposição do mundo concreto em modelos de um mundo governado pelo *software*.

Neste momento, é importante ressaltar que o conhecimento humano não se resume a um amontoado de disciplinas isoladas e isso fica evidente quando se trata de desenvolvimento tecnológico. A Tecnologia, além de depender da linguagem, depende das relações entre as pessoas e, como sabemos, o processo de aprendizagem está fortemente atrelado às relações ativas e passivas entre o ser humano e seu espaço vital (Hall, 2000), com suas diversas possibilidades de leitura que, quando processadas e sintetizadas, desenvolvem competências diferenciadas em cada indivíduo. No contexto atual, as redes de computadores, uma trama envolvendo textos digitais e aparatos eletrônicos, aperfeiçoam a relação entre a Tecnologia e a Educação, favorecendo o desenvolvimento da própria Tecnologia. *A Internet*, um espaço anárquico e diversificado em população e finalidade, pode ser vista como uma projeção da Biblioteca de Babel, assim como a imaginou Jorge Luis Borges:

Quando se proclamou que a Biblioteca abrangia todos os livros, a primeira impressão foi de extravagante felicidade. Todos os homens se sentiram senhores de um tesouro intacto e secreto. Não havia problema pessoal ou mundial cuja eloquente solução não existisse: em algum hexágono. O universo estava justificado, o universo bruscamente usurpou as dimensões ilimitadas da esperança. [...] Já faz quatro séculos que os homens exaurem os hexágonos. [...] de vez em quando, tomam o livro mais próximo e o folheiam em busca de palavras infames. Visivelmente ninguém espera descobrir nada. (Borges, 2007: 74-75)

Quando se trata de conhecimento, os processos pelos quais se encadeia a aprendizagem sempre estarão alinhados com o homem e seu tempo. O que podemos perceber ao longo

da história da humanidade é que ensino, aprendizagem e construção de conhecimento se identificam com o tempo, com a forma de pensar e expressar das sociedades, seus afazeres e seus aparatos tecnológicos, numa relação recíproca de estímulos e respostas. A partir dessa compreensão, verifica-se que o homem contemporâneo vive um momento especial, no qual a velocidade das mudanças provocadas pela tecnologia possibilita variadas formas de convivência. A Tecnologia proporciona o inédito aparecimento de linguagens e meios de comunicação diferenciados, voltados às redes e à educação sem o tradicional contato presencial com mestre. No paradigma de Ensino a Distância, a tecnologia se insere como um facilitador para a disseminação de conteúdos e, ao mesmo tempo, como um limitador de saberes, uma vez que o elemento humano não está presente, mas representado por um algoritmo que reproduz formas de acesso ao conhecimento; e tais algoritmos não possuem meios de criar novas soluções para o aprendizado. Coloco aqui algumas questões para reflexão: será o Mundo Virtual um novo lugar no qual os processos de ensino e a aprendizagem tendem a se estruturar para estabelecer um centro virtual de construção de conhecimento? Será a Tecnolinguagem uma espécie de arcabouço impalpável, um código universal no qual as trocas de experiências estariam alicerçadas e sobre o qual serão escritos os novos rumos do saber? Essa nova forma de representação limitará a criação de conhecimento?

Como já foi dito, todas as construções e comunicações no mundo concreto, quando transportadas para o chamado mundo virtual, estão fundeadas em um modelo binário. Nesse cenário, a linguagem, elo entre o mundo concreto e o mundo virtual, é simultaneamente ferramenta e matéria prima para as contruções e reconstruções desse novo espaço virtual. Norbert Wiener, que valorizava a linguagem e admitia, já na década de cinquenta, a forte ligação entre a vida social e o código linguístico, afirmou:

Podemos, pois, admitir, lícitamente, que a totalidade da vida social humana, centra-se na linguagem, e que se esta não for aprendida no devido tempo, todo o aspecto social do indivíduo malogrará. [...] O interesse humano pela linguagem parece ser um interesse inato por codificar e decifrar, e parece ser quase tão especificamente humano quanto o possa ser qualquer interesse. *A linguagem é o maior interesse e a consecução mais característica do homem.* (Wiener, 1954: 84)

Somos prisioneiros da linguagem. Não por acaso, portanto, no universo virtual, estamos sitiados por uma malha formada por incontáveis textos digitais espalhados pelo mundo concreto na forma de impulsos eletromagnéticos: a *Internet*. Dentro deste gigantesco rizoma, a partir de uma interação entre o homem e o produto da linguagem do homem, temos modificada a relação tradicional entre o indivíduo e o conhecimento. A partir daí e com a necessidade de uma aproximação com a tecnologia, cientistas, artistas e educadores contemporâneos se uniram aos tradutores intersemióticos cibernéticos, aos engenheiros e a outros técnicos que atuam mais próximos ao aparato cibernético, passando a utilizar os conhecimentos dessas áreas em suas respectivas criações. Essa união de saberes inaugurou um novo paradigma de criação.

É comum termos, atualmente, educadores que utilizam linguagens de programação para intervir diretamente nos códigos internos dos Textos Digitais para ultrapassar restrições impostas pelos sistemas computacionais tradicionais, alteram códigos e estruturas internas, modificando recursos necessários à elaboração de seus projetos. Por outro lado, é cada vez mais frequente surgirem técnicos da ciência da computação que se aventuram nas artes ou que mergulham nos aspectos pedagógicos, principalmente quando se trata do desenvolvimento de Jogos Digitais aplicados à educação.

Vivemos em uma época na qual o computador é praticamente indispensável às outras áreas do conhecimento. Neste contexto, para que possamos aperfeiçoar a tecnologia aplicada aos processos educacionais, torna-se fundamental que sejam mudadas as formações do desenvolvedor de tecnologia e do educador. Não há mais espaço para adaptações. Precisamos urgentemente de novas soluções, fórmulas específicas para a realidade do ensino, em um contexto cada vez mais cibernético. A crescente utilização do *software* nos processos educativos exige que tanto o técnico de informática quanto o educador estejam alinhados com as facilidades da tecnologia aplicadas às práticas pedagógicas. Todos nós precisamos visitar todas as cidades invisíveis¹¹ do Mundo Virtual. Temos todos um pouco de *Kublai Khan*, um pouco de *Marco Polo*.

11 No livro *As cidades invisíveis* há uma cidade – *Eutrópia* – onde no dia em que seus habitantes 'se sentem acometidos pelo tédio e ninguém mais

Em um contexto onde a tecnologia assume tamanha importância, é compreensível que os tradutores intersemióticos cibernéticos sejam ocasionalmente reverenciados como seres superiores. Na ficção, isso pode ser constatado nas conversas travadas em corredores kafkianos¹² do filme *MATRIX Reloaded*¹³. Neles, os tradutores cibernéticos – programadores de computadores – pairam acima do confuso relacionamento *concreto-virtual-onírico*, nos diversos níveis de realidade da trama. Os variados cenários, reais ou virtuais, por onde os personagens desfilam são viabilizados e controlados pela tecnologia onipresente dos computadores: sistemas entrópicos¹⁴ nos quais a aparente desordem esconde, dentro dos textos digitais, a mais pura lógica da mais alta ordem. Nesse território *imaginário-virtual*, onde nada nos pertence, mas tudo nos parece possível, as referências estão atreladas ao mundo concreto que, de certa forma, estabelece um padrão de mundo virtual ideal paupado no vivenciado e definido a partir da linguagem. Buscam-se no mundo virtual os modelos estruturados no mundo concreto: ordenação e equilíbrio. Entretanto, o ciberespaço nos aprisiona nos objetos virtuais, nos modelos lógicos e nas funções da informática. Afinal, a existência de um mundo virtual é limitada pelas simplificações¹⁵ – absolutamente necessárias – dos processos

Ricardo Portella
de Aguiar
Universidade Federal
Fluminense
Brasil

suporta o próprio trabalho, os parentes, a casa e a rua, os débitos, [...] nesse momento todos os cidadãos decidem deslocar-se para a cidade vizinha que está ali à espera, vazia e como se fosse nova, onde cada um escolherá um outro trabalho, uma outra mulher, verá outras paisagens ao abrir as janelas, passará as noites com outros passatempos amizados impróprios' (Calvino, 1990: 62).

12 Franz Kafka, *O processo* (Rio de Janeiro: Companhia das letras, 2005).

13 *MATRIX Reloaded* (*The Matrix Reloaded*, Larry and Andy Wachowski, Warner Bros., USA, 2003)

14 Segundo Umberto Eco, '*a entropia de um sistema é o estado de equiprobabilidade a que tendem seus elementos. A entropia é também identificada como um estado de desordem, no sentido de que a ordem é um sistema de probabilidades que se introduz no sistema para poder prever-lhe o andamento*' (Eco, 1969: 102).

15 Sobre a simplificação nas representações do analógico no digital, Robson Tenório assevera que 'o tratamento digital torna seus objetos logicamente homogêneos, pois elimina os matizes, as nuances, as diferenças analógicas, higienizando-as através dos bits, através da dicotomia falso-verdadeiro. O mito da precisão do digital afirma que a representação digital é precisa. Mas, sempre são feitas aproximações antes ou durante o processo de codificação' (Tenório, 1998: 141).

de modelagem computacional. Os navegadores dos oceanos desse mundo ultramoderno são seres híbridos: o produto final da evolução de todos os navegadores, desde o tempo das caravelas até o mais sofisticado *software* hipermídia sendo executado no mais moderno dos computadores digitais, conectado na mais veloz das redes de telecomunicações, pelo mais avançado algoritmo de roteamento. A Tecnologia se tornou o componente fundamental das conquistas humanas, além de ser uma fonte inesgotável de inspiração para a mitologia contemporânea¹⁶.

A Tecnologia da Informação, plena em criatividade, com suas linguagens artificiais, com seu sonho da computação ubíqua¹⁷, seus legisladores onipresentes e repletos de originalidade, seus mitos e dogmas tecnológicos, é uma espécie de mitificação tecnológica inconsciente. Todos à procura do mundo perfeito dos mitos; um mundo modelado, um mundo virtual devorador, descrito e escrito em Textos Digitais! (Aguiar, 2013: 131)

Nesse particular, a literatura de ficção científica é rica em exemplos do imaginário tecnológico. Podemos encontrar nas páginas futuristas dessas obras a manifestação de um desejo que atravessa as épocas: a imortalidade e o domínio completo do mundo real, em uma simbiose entre a sociedade, o onírico e a ciência. No livro *A transparência do mal*, Jean Baudrillard escreve que ‘tudo do ser humano, seu corpo biológico, mental, muscular, cerebral, flutua em torno dele na forma de próteses mecânicas ou informáticas’ (Baudrillard, 2008: 37). O desejo da ubiquidade e da comunicação plena com as criações maquinicas se revela uma justificativa para a frenética busca do homem por tecnolinguagens que possam suprir todas as funcionalidades necessárias à criação de um mundo virtual absoluto. Baudrillard vai mais longe ao afirmar que existe uma obsessão pela criação de um simulacro, no qual a simulação será tão perfeita que se tornará um ‘eficaz ordenador da realidade’ e que, seja na precisão ou na própria linguagem, ultrapassará

16 Ver detalhes sobre *Mitologia Contemporânea* em Roland Barthes (2007) e Mircea Eliade (2000).

17 Computação ubíqua é a utilização de dispositivos tecnológicos, que devem interagir de maneira invisível com o usuário. Trata-se de uma computação onipresente e invisível (Weiser, 1993).

a própria capacidade humana: todos em busca do *Aleph*¹⁸. Para o autor, precisão e flexibilidade ainda são uma prerrogativa humana, ‘mas nada impede’, segundo ele, ‘pensar que a *technè*, segundo seus progressos incessantes, não possa alcançar uma *mimesis* e substituir um mundo natural por outro fabricado de forma inteligível’ (Baudrillard, 2006: 63). O homem em sociedade, então, tornar-se-ia ‘disfuncional, irracional e subjetivo, uma forma vazia e aberta então aos mitos funcionais, às projeções fantasmáticas ligadas a esta estupefaciente eficiência do mundo’ (Baudrillard, 2006: 63). Estamos quase lá...

Já entramos na era da emigração parcial do mundo real para o Mundo Virtual: um mundo no qual não se pode ficar calado, pois nada há fora da linguagem. No mundo contemporâneo, a *ciberteogonia* (Aguiar, 2012) coloca o computador como a divindade de enumeração vivificadora frente aos perigos da solidão e da ignorância. Em um mundo virtual, repleto de metáforas e paradigmas, onde o termo *mnemônico*¹⁹ é usado para classificar instruções e posições de memória nos códigos da máquina, a linguagem de comunicação entre o homem – criatura da linguagem – e a máquina – criatura do código – é o elemento que traz a ordem, através de um imenso arsenal de funcionalidades que se apresenta no auxílio à comunicação do homem com o agregado tecnológico. Uma estrutura antropofágica em camadas (Aguiar, 2010), na qual a camada superior, cada vez mais distante da linguagem ‘nativa’ da máquina – o binário – e mais próxima da linguagem do homem, devora a inferior, escondendo de quem a usa as propriedades e os segredos das camadas devoradas, em um processo de tradução intersemiótica²⁰ que se reafirma em cada uma dessas camadas, reduzindo a fidedignidade entre o desejado e o codificado, pois

18 ‘Aleph é um dos pontos do espaço que contém todos os outros pontos. [...] o lugar onde estão, sem se confundirem, todos os lugares do planeta, vistos de todos os ângulos. [...] O microcosmo dos alquimistas e cabalistas’ (Borges, 2008: 145-147).

19 ‘A deusa Mnemósine, personificação da ‘memória’, irmã de Cronos e de Oceanos, é a mãe das musas. Ela é onisciente’ (Eliade, 2000: 108).

20 Nesse aspecto, a definição de Umberto Eco se encaixa nos processos de tradução realizados pelos tradutores intersemióticos cibernéticos na produção dos Textos Digitais. Diz ele: ‘Traduzir significa sempre ‘cortar’ algumas das consequências que o termo original implicava. Nesse sentido, ao traduzir

há limites de fidelidade na tradução digital, como em qualquer tradução, como é sabido. Além disso, [...], a comunicação efetuada através de códigos digitais implica na preexistência dos significados, e não na produção de significantes durante o processo de comunicação. (Tenório, 1998: 61)

Parafraseando Jorge Luis Borges, em *Tlön, uqbar, orbis tertius*, pode-se dizer que o Mundo Virtual 'pode ser um labirinto, mas é um labirinto urdido por homens, um labirinto destinado a ser decifrado por homens' (Borges, 2007: 32). São labirintos virtuais erigidos a partir das estruturas fornecidas pelos textos digitais, em uma região de fricção entre as linguagens do homem e da máquina. As ações envolvidas no processo de elaboração e construção desses monumentos binários misturam ciência e arte e são realizadas por navegadores/desbravadores do imenso emaranhado de rotas virtuais, espalhadas nos inúmeros mares e oceanos do Império Cibernético (Lafontaine, 2004). Trata-se de uma tarefa interminável, na qual o construtor dos infindáveis labirintos fornece as ferramentas para as jornadas igualmente intermináveis. Nesse turbilhão, novos labirintos demandarão novas ferramentas que possibilitarão novos labirintos; e assim sucessivamente, em uma Semiose Ilimitada²¹. Labirintos e ferramentas travestidos em jogos eletrônicos, redes

não se diz nunca a mesma coisa. A interpretação que precede cada tradução deve estabelecer quantas e quais das possíveis consequências ilativas que o termo sugere podemos cortar' (Eco, 2007a: 107). Para Julio Plaza: 'O que faz o artista tecnológico não é mais que deter o movimento progressivo-centrífugo da comunicação simbólica para substituí-lo pelo movimento centrípeto: o ícone. [...] Assim, o olho do artista tecnológico torna dominante a dimensão icônica, material, num movimento que vai do centrífugo (meios que querem comunicar uma mensagem na sua dimensão simbólica) ao centrípeto (a característica material, imagética e icônica, tudo o que é contracomunicação) [...] A tradução intersemiótica se pauta, então, pelo uso material dos suportes, cujas qualidades e estruturas são os interpretantes dos signos que absorvem, servindo como interfaces' (Plaza, 2003: 66-67).

21 Umberto Eco define: Um signo é 'tudo que leva outra coisa (seu interpretante) a referir-se a um objeto a que ele próprio se refere...; da mesma forma, o interpretante torna-se por sua vez um signo e assim ao infinito' (Eco, 2007: 58). É, pois, a própria definição de signo que implica um processo de semiose ilimitada. Entretanto, 'a semiose é virtualmente ilimitada, mas nossos escopos cognitivos organizam, emolduram e reduzem essa série indeterminada e infinita de possibilidades. No curso de um processo semiótico só nos interessa saber o que é relevante em função de um determinado universo de discurso'. (Eco, 2004: 281)

(E)ventos

RIAS VOL. 9, SRPING-SUMMER Nº 1/2016

sociais, editores de vídeos e imagens, sistemas para controle e acesso a bancos de dados, sistemas de comunicação, compiladores ou rotinas para a comunicação com o sistema operacional do computador, etc. (Aho, 2008). O Texto Digital, personagem onipresente, 'contém uma virtualidade de mudança que o grupo – movido ele também por uma configuração dinâmica de tropismos e coerções – atualiza de maneira mais ou menos inventiva' (Lévy, 1996: 17). O Texto Digital é o elemento que traz ordem aos sistemas que controlam a própria máquina. Todavia, a linguagem artificial requerida para a construção desses textos não se limita à comunicação entre o homem e a máquina, o que já se configuraria uma tarefa complexa. Mais do que isso, ela é indispensável à comunicação polissêmica entre o tradutor intersemiótico cibernético e o usuário da tecnologia; entre o criador e o desbravador.

O computador, encarado como uma mera simplificação do aparato cibernético, não é um simples amontoado de materiais e equipamentos; não se resume a um simples e frio mecanismo eletromecânico. De fato, ao utilizarmos o computador, interagimos com um complexo aparato cibernético, que proporciona a criação de discursos 'completos, estruturados, totalmente armados para a persuasão' (Barthes, 2001: 49). Estamos diante de uma *interface automatizada*²² baseada em um código derivado da linguagem que propicia a tradução intersemiótica do mundo, uma vez que se pauta 'pelo uso material dos suportes, cujas qualidades e estruturas são os interpretantes dos signos que absorvem' (Plaza, 2003: 66–67). A construção dessa *interface*, totalmente alicerçada na linguagem, é realizada pelos *tradutores-intersemióticos-cibernéticos*: políglotas contemporâneos que dominam, além do próprio idioma, as tecnolínguas. Tais códigos em virtude da sua grande diversidade e simplificações em relação às línguas naturais, não permitem uma tradução direta, mas exigem que o pensamento e o entendi-

Ricardo Portella
de Aguiar
Universidade Federal
Fluminense
Brasil

22 Steven Johnson define *Interface*: 'Essas metaformas, esses mapeamentos de bits virão para ocupar praticamente todas as facetas da sociedade contemporânea: trabalho, divertimento, amor, família, arte elevada, cultura popular, política. Mas a forma propriamente dita será a mesma, apesar de suas muitas aparências, a labutar continuamente nessa estranha nova zona entre o meio e a mensagem. Essa zona é o que chamamos interface' (Johnson, 2001: 35).

mento da realidade sejam reorganizados e convertidos para o modelo simplificado. Isso requer tradutores com lógica e poder de síntese aguçados, além de grande capacidade de abstração, para que seja possível, em uma grande viagem, conseguir 'a evocação de imagens visuais nítidas, incisivas, memoráveis' (Calvino, 1990: 71-72). Tais *tradutores-técnicos-sonhadores-viajantes* construirão, a partir da realidade descrita em linguagem natural, um simulacro cibernético descrito na linguagem da máquina.

No caso das traduções intersemióticas do mundo concreto no mundo virtual, a tarefa do tradutor cibernético, assim como o tradutor descrito por Paul Ricoeur (2011: 60-61), vai do conjunto cultural, ao texto, à frase e finalmente à palavra. O processo de interpretação e descrição do mundo virtual só é completado após o tradutor cibernético percorrer por diversas vezes o caminho do texto à frase e à palavra para recriar a realidade como um conjunto de objetos virtuais que irão compor, na tecnolinguagem, em sentido inverso, o texto digital. Nos termos da Tradução intersemiótica cibernética, as amarras do código geralmente exigem que a frase a ser traduzida esteja em uma linguagem objetiva, mesmo que isso empobreça o discurso e resulte em um mundo virtual menos detalhado. Assim como na tradução convencional, a riqueza de detalhes do mundo virtual resultante da tradução da frase descritiva do mundo real será tão melhor quanto maior for a capacidade técnica e a criatividade do tradutor cibernético. Nesses casos, a linguagem do emissor e a do receptor nem sempre serão compatíveis em seus jargões (Aguiar, 2009a).

Todo o processo de tradução intersemiótica digital se dá a partir e através de outros textos digitais, construídos previamente pelo mesmo processo e armazenados na memória do aparato cibernético. Nessa ação, assim como na tradução interlingual tradicional, 'lapsos de intraduzibilidade dispersos no texto fazem da tradução um drama, e da vontade de boa tradução, uma aposta' (Ricoeur, 2011: 24). O resultado dessa operação, uma produção intelectual construída a partir da linguagem, não será conceitualmente diferente de uma tradução convencional, a menos da sua forma final: um texto digital. Nos intrincados labirintos do mundo virtual nada há além de texto.

Nessa visão aproximada – simulacro – de mundo, os processos computacionais são máquinas de perceber funcionado indiretamente, modificando as interações do homem com o mundo, principalmente nas relações desse com o tempo e o espaço, de tal modo que se torna difícil avaliar se tais processos transformam o mundo e o tempo, ou se apenas interferem na nossa maneira percebê-los. Fernando Pessoa descreve a relação homem-tempo-espaço de modo bastante refinado:

Não sei o que é o tempo. Não sei qual a verdadeira medida que ele tem, se tem alguma. A do relógio sei que é falsa: divide o tempo espacialmente, por fora. A das emoções sei também que é falsa: divide, não o tempo, mas a sensação dele. A dos sonhos é errada; neles roçamos o tempo, uma vez prolongadamente, outra vez depressa, e o que vivemos é apressado ou lento conforme qualquer coisa do decorrer cuja natureza ignoro. (Pessoa, 2011: 323-324)

Ricardo Portella
de Aguiar
Universidade Federal
Fluminense
Brasil

No Mundo Virtual – misturar contínuo de coisas e não coisas (Flusser, 2007) dos mundos Real e Possível²³ – somos todos navegadores em um imenso oceano; desbravadores de um infinito emaranhado de textos digitais entrelaçados e interligados por conexões hipertextuais virtuais, concretizadas apenas no momento em que o timoneiro maneja o *link* escolhido. A partir de um simples movimento somos colocados dentro de um novo mundo – atemporal e infinito aos nossos olhos – e enquanto dura a conexão com a máquina, fazemos desse mundo um espaço infinito onde podemos nos desdobrar em quantos quisermos, realizando experiências *quase-concretas*. No mundo contemporâneo, a arte está cada vez mais tecnológica, os computadores deram aos tradutores intersemióticos cibernéticos um papel decisivo na construção do objeto artístico. Passamos a ter facilidades para criar e acesso à plateia que precisamos para difundir nossos pensamentos, textos e produções multimidiáticas. Temos, além

23 De acordo com Umberto Eco, 'os mundos possíveis podem ser vistos ou como estado de coisas 'reais' ou como construções culturais, matéria de estipulação ou de produção semiótica [...]. Por ser uma construção cultural, um mundo possível não pode ser identificado com a manifestação linear do texto que o descreve' (Eco, 2004: 164). O autor complementa, afirmando que 'um mundo possível superpõe-se abundantemente ao mundo 'real' da enciclopédia do leitor' (Eco, 2008: 111).

disso, tudo o que sempre desejamos para darmos vazão à nossa natureza de desbravadores, sem os riscos inerentes às aventuras.

Os Territórios Virtuais são acolhedores, as regras são ditadas por nós mesmos e podemos desafiar a natureza; podemos nos deslocar livremente e estamos sempre em boa companhia; caso fiquemos enfastiados, assim como os habitantes de Eutropia²⁴, basta que nos mudemos para longe, sem sair do lugar. O virtual nos liberta dos limites do corpo.

O corpo é um uniforme! O corpo é uma milícia armada! O corpo é ação violenta! O corpo é reivindicação de poder! O corpo está em guerra! O corpo se afirma como sujeito! O corpo é um fim e não um meio! O corpo significa! Comunica! Grita! Contesta! Subverte! (Calvino, 1999: 223)

Livres do confinamento, queremos ter o poder de controlar o mundo! Não basta desbravar...

A Inteligência Artificial é uma tentativa de resposta da ciência ao nosso desejo incontido de recriar a natureza em sua mais perfeita manifestação: o homem. Precisamos de uma máquina que nos proteja e que esteja sempre pronta a satisfazer necessidades impossíveis e realizar sonhos inconfessáveis. Desejamos uma criatura capaz de substituir o poeta, o professor, o cientista, porém leal e fiel, subserviente e seguidora de todas as regras humanas. Queremos uma máquina virtuosa, capaz de decifrar sintomas e indícios, virtude possível apenas aos que dominam a linguagem.

Voltaire imaginou um personagem capaz de investigar e decifrar como ninguém: Zadig. No livro *Zadig ou do destino*, nosso herói, que considera a vida uma dádiva, quando se refere à natureza diz 'Ninguém é mais feliz [...] que um filósofo que lê neste grande livro que Deus nos colocou sob os olhos' (Voltaire, 2002: 11). Zadig é um estudioso contumaz, identificado com Aristóteles, tendo

24 No livro *As cidades invisíveis* há uma cidade onde no dia em que seus habitantes 'se sentem acometidos pelo tédio e ninguém mais suporta o próprio trabalho, os parentes, a casa e a rua, os débitos, [...] nesse momento todos os cidadãos decidem deslocar-se para a cidade vizinha que está ali a espera, vazia e como se fosse nova, onde cada um escolherá um outro trabalho, uma outra mulher, verá outras paisagens ao abrir as janelas, passará as noites com outros passatempos amáveis impropérios' (Calvino, 1990: 62).

estudado, sobretudo, 'as propriedades dos animais e das plantas, adquirindo em pouco tempo uma sagacidade que lhe descobria mil diferenças onde os outros homens nada viam além do uniforme' (Voltaire, 2002: 11).

Entretanto, esse extraordinário decifrador da natureza humana é penalizado justamente por ter virtudes que ultrapassam as dos seus semelhantes. Em uma passagem, Zadig se lamenta:

Que é afinal a vida humana? Ó virtude! De que me serviste? Duas mulheres enganaram-me indignamente; a terceira, que não é culpada, e que é a mais bela que as outras, vai morrer! Tudo o que pratiquei de bem sempre tornou-se para mim fonte de desgraças, e não fui levado ao ápice da grandeza senão para tombar no mais horrível precipício do infortúnio. Se houvesse sido pérfido como tantos outros, seria feliz como eles. [...] Tudo me aconteceu até agora de maneira bem estranha. Fui condenado a uma multa por ter visto passar uma cadela; temi ser empalado por causa de um grifo; fui enviado ao suplício por haver feito versos em louvor ao rei; por pouco não fui estrangulado porque a rainha usava fitas amarelas; e eis-me escravo contigo porque um bruto espancou a amante. (Voltaire, 2002: 34-40)

*Ricardo Portella
de Aguiar
Universidade Federal
Fluminense
Brasil*

Pelo mesmo suplício de Zadig passa o robô Andrew, de Isaac Asimov²⁵: a inveja e repulsa dos homens a qualquer coisa que os supere. Ambos, homem e máquina, enfrentam igualmente a cólera dos homens; a condenação é inevitável tanto ao útil e justo humano, Zadig, quanto ao inocente e puro robô imortal, Andrew.

Estamos envolvidos, seja por exigência comercial ou por modismo, em uma globalização dos costumes, com uma tenebrosa padronização da linguagem. Dentro dessa perspectiva, a virtualidade – ícone máximo da tecnocracia contemporânea – afasta os corpos físicos. Contudo, paradoxalmente, as facilidades proporcionadas pela tecnologia e pela linguagem padronizada facilitam nossas aventuras pelo mundo, aproximando os indivíduos. O arcabouço tecnológico e suas linguagens viabilizam uma zona de encontros situada numa esfera imaterial, disponibilizada única e exclusivamente através da linguagem da tecnologia. Diferentemente de outros meios, o mundo virtual proporciona uma simulação do mundo real – o mundo possível – que permite aos indivíduos a percepção do contato, mesmo que numa esfera imaterial,

25 Isaac Asimov, *O homem bicentenário* (São Paulo: Hemus, 1980).

saciando, talvez, as necessidades de presença física e contato próximo. Podemos estar, neste momento, vivenciando uma mitificação da tecnologia da informação e da ciência da computação: um conjunto cibernético viabilizador uma inéditas manifestações culturais²⁶, com funcionalidades impensáveis em outros tempos.

Em contato com a realidade do Mundo Virtual e com os trâmites cibernéticos, navegamos sem navegar, estamos presentes sem estar, somos sem o ser. Estamos diante do nada... '[..] se o ser e o nada são absolutamente opostos, fundem-se juntamente numa espécie de Super-ser, mítico, porque a força que o exige é a absoluta repulsão entre eles' (Merleau-Ponty, 2007: 79). Às peregrinações transatlânticas e transpácificas – de Vasco da Gama a Alan Turing (Hodges, 2001) – juntou-se a peregrinação virtual. Através dos infinitos oceanos binários navegamos e nos perdemos; perambulamos desorientados pelos caminhos vertiginosos mantidos pela Linguagem e pela Tecnologia. Diante de cada um dos territórios possíveis na vastidão do Mundo Virtual, vagamos perplexos e indecisos em tantas escolhas possíveis. No lugar de onde cada indivíduo tira o que precisa ou o que é permitido retirar, observamos inertes, sufocamos no hiperespaço desprovido de ar. Desnorteados, naufragamos em cada uma das infinitas rotas transcibernéticas...

(E)ventos

RIAS VOL. 9, SPRING-SUMMER Nº 1/2016

26 A cibercultura pode ser definida como uma cultura herdada socialmente, no sentido dado por Ralph Linton: 'como termo geral, *cultura* significa a herança social de toda a humanidade; como termo específico uma *cultura* significa uma determinada variante da herança social. Assim, a *cultura*, como um todo, compõe-se de grande número de *cuturas*, cada uma das quais é característica de um certo grupo de indivíduos' (Linton, 1981: 86).

REFERÊNCIAS

- Aguiar, Ricardo Portella. (2009). 'As linguagens virtuais e o intercurso cibernético'. In *Colóquio Nacional Poéticas Do Imaginário*, 1., 2009, Manaus, Anais do I Colóquio nacional de poéticas do imaginário. Manaus: Universidade do Estado do Amazonas, 1 v. V.1, pp. 92-98.
- (2009a). 'As linguagens da máquina: socioletos da cibercultura'. In 8.o *Encontro Internacional De Arte E Tecnologia*, 1., 2009, Brasília-DF, Anais: Arte, Tecnologia e territórios ou a metamorfose das indidentidades. Brasília: Universidade de Brasília (UNB), 1 v. V.1, pp. 369-373.
- (2010). 'Antropofagia Cibernética: a transformação do tabu em totem'. In *IX Congresso Jornadas Andinas De Literatura Latino Americana*, 1., 2010, Rio de Janeiro, Anais do Jalla Brasil 2010. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense (UFF), 1 v. V.1, pp. 1718-1720.
- (2012). *A Literatura e o Leitor na Fricção Entre o Homem e a Máquina*. Rio de Janeiro, 2012. 1v. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Letras, Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói. Disponível em: <http://www.bdtd.ndc.uff.br/>
- Aho, Alfred V. et al. (2008). *Compiladores: princípios, técnicas e ferramentas*. São Paulo: Pearson Addison-Wesley.
- Asimov, Isaac. (1980). *O homem bicentenário*. São Paulo: Hemus.
- Barthes, Roland. (1990). *O óbvio e o obtuso: ensaios críticos III*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- (2001). *A Aventura semiológica*. São Paulo: Martins Fontes.
- (2007). *Mitologias*. Rio de Janeiro: DIFEL.
- Baudrillard, Jean. (1991). *Simulacros e simulação*. Lisboa: Relógio d'água.
- (2006). *O sistema dos objetos*. São Paulo: Perspectiva.
- (2008). *A transparência do mal: Ensaio sobre os fenômenos extremos*. Campinas, SP: Papyrus.
- Borges, Jorge Luis. (2007). *Ficções*. São Paulo: Companhia das letras.
- (2008). *O Aleph*. São Paulo: Companhia das letras.
- Calvino, Italo. (1990). *As cidades invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras.

----- (1999). *Se um viajante numa noite de inverno*. São Paulo: Companhia das Letras.

----- (2006). *Assunto encerrado: discursos sobre literatura e sociedade*. São Paulo: Companhia das Letras.

Couchot, Edmond. (1993). *Da representação à simulação: evolução das técnicas e das artes da figuração*. In Parente, André (org). *Imagem-Máquina: a era das tecnologias do virtual*. Rio de Janeiro: Editora 34, cap. I, pp. 37-48.

Coulouris, George. et al. (2007). *Sistemas distribuídos: conceitos e projeto*. São Paulo: Bookman.

Donato, Cida. (2009). *Ciberpoiesis e o renascimento do autor polifônico*. In *8.o Encontro Internacional De Arte E Tecnologia, 1., 2009, Brasília-DF, Anais: Arte, Tecnologia e territórios ou a metamorfose das indentidades*. Brasília: Universidade de Brasília (UNB), 1 v. V.1, pp. 369-373.

Deleuze, Gilles. (2007). *Lógica do sentido*. São Paulo: Perspectiva.

Eco, Umberto. (1969). *Obra Aberta*. São Paulo: Perspectiva.

----- (2004). *Os limites da interpretação*. São Paulo: Perspectiva.

----- (2007). *Quase a mesma coisa*. Rio de Janeiro: Record.

----- (2007b). *Tratado geral de semiótica*. São Paulo: Perspectiva.

----- (2008). 'Chifres, cascos, canelas: algumas hipóteses acerca de três tipos de abdução'. In Eco, Umberto. Sebeok, Thomas A. *O signo de três*. São Paulo: Perspectiva, capítulo 10, pp. 219-243.

(E)ventos

RIAS VOL. 9, SRPING-SUMMER Nº 1/2016

Eliade, Mircea. (2000). *Mito e realidade*. São Paulo: Perspectiva.

Flusser, Vilém, S. (2007). *O mundo codificado: por uma filosofia do design e da comunicação*. São Paulo: Cosac Naify.

Ghezzi, Carlo e Jazayeri, Mehdi. (1987). *Conceitos de linguagens de programação*. Rio de Janeiro: CAMPUS.

Hall, Calvin S. et al. (2000). *Teorias da personalidade*. Porto Alegre: Artes médicas sul.

Hodges, Andrew. (2001). *Turing: um filósofo da natureza*. São Paulo: Editora UNESP.

- Iser, Wolfgang. (1999). 'O jogo'. In Rocha, João Cezar de Castro (org.). *Teoria da Ficção: Indagações à obra de Wolfgang Iser*. Rio de Janeiro: EdUERJ.
- Johnson, Steven. (2001). *Cultura da Interface: como o computador transforma nossa maneira de criar e comunicar*. Trad. Ma. Luiza X. A. Borges, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Kafka, F. (2005). *O processo*. Rio de Janeiro: Companhia das letras.
- Kerckhove, Derrick de. (1993). *O senso comum, antigo e novo*. In Parente, André (org). *Imagem-Máquina: a era das tecnologias do virtual*. Rio de Janeiro: Editora 34, cap. I, pp. 56-64.
- Knuth, Donald E. (1973). *The Art of Computer Programming: Fundamental Algorithms*. Vol 1. New York: Addison-Wesley.
- Lafontaine, Céline. (2004). *O império cibernético*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Lévy, Pierre. (1996). *O que é o virtual?* São Paulo: Editora 34.
- Linton, Ralph. (1981). *O homem: uma introdução à antropologia*. São Paulo: Martins Fontes.
- Merleau-Ponty. (2007). Maurice. *O visível e o invisível*. São Paulo: Perspectiva.
- Mucci, Latuf Isaias. (2009). 'A tradução como memória cultural'. In *Colóquio Nacional: poéticas do imaginário, 1., 2009, Manaus-AM, Anais do Colóquio Nacional Poéticas do Imaginário: literatura, história, memória*. Manaus-AM: Universidade do estado do Amazonas (AM), 1 v. V.1, p.324.
- Navathe Shamkant B., e Elmasri, Ramez. (2006). *Sistemas de banco de dados*. São Paulo: Pearson.
- Pessoa, Fernando. (2011). *Livro do desassossego*. São Paulo: Companhia das letras.
- Plaza, Julio. (2003). *Tradução intersemiótica*. São Paulo: Perspectiva.
- Ricoeur, Paul. (2011). *Sobre a tradução*. Belo Horizonte: Editora IFMG.
- Samoyault, Tiphaine. (2008). *A Intertextualidade*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild.
- Sfez, Lucien. (2000). *Crítica da comunicação*. São Paulo: Editora Loyola.
- Stark, Peter A. (1967). *Digital Computer Programming*. New York: Macmillan Company.

Ricardo Portella
de Aguiar
Universidade Federal
Fluminense
Brasil

(E)ventos

RIAS VOL. 9, SRPING-SUMMER Nº 1/2016

Tenório, Robinson Moreira. (1998). *Cérebros e computadores: A complementaridade analógico-digital na informática e na educação*, São Paulo: Escrituras Editora.

Wiener, Norbert. (1954). *Cibernética e sociedade: o uso humano de seres humanos*, São Paulo: Cultrix.



O ESTADO DE MINAS GERAIS E A POBREZA (1898-1920)

INTRODUÇÃO

Como um problema social sem precedentes, a pobreza tem suscitado debates variados bem como a busca por estratégias capazes de minimizar seus efeitos devastadores. A assistência adquiriu, portanto, um caráter imprescindível no enfrentamento da chamada ‘questão social’, através de iniciativas da própria sociedade civil e também do poder público. Deste modo, as tentativas de solucionar tal questão remontam às primeiras leis voltadas para os pobres em meados do século XVI (Kidd, 1999: 17) e chegam, atualmente, aos modelos de previdência social que conhecemos.

A atenção da sociedade e do Estado para com os pobres, ou a presença de uma ‘questão social’, apresenta variações relacionadas ao contexto histórico. Para Robert Castel, no período medieval apenas a pobreza por opção era valorizada. Ela era utilizada pelos pretensos pecadores com o fim de se eximirem de suas culpas. Por outro lado, os que lhes ajudavam também tinham seus pecados perdoados, através da ajuda caridosa aos pobres. Esta relação fundamentava a chamada ‘economia da salvação’, que segundo Castel propiciava o estabelecimento de um comércio entre ricos e pobres, vantajoso para ambos e que colocou a pobreza como um valor de troca (Castels, 1998: 63-65).

Tal valor de troca fundamentava as relações de reciprocidade (Godelier, 2001): algumas necessidades materiais dos pobres eram satisfeitas e, de certo modo, as necessidades espirituais dos doadores eram atendidas. O doador recebia, em troca de sua doação,

*Virna Ligia
Fernandes Braga
Universidade Federal
de Juiz de Fora
Brasil*

um contradom, expresso através de obrigações que ficavam subentendidas pelos pobres, como o exemplo das orações feitas para os mortos que haviam deixado algum tipo de legado em seus testamentos.

Castel destaca determinados acontecimentos cruciais, a Peste Negra e a Guerra dos Cem Anos, por exemplo, como desencadeadores do que ele denominou de '*desconversão da sociedade feudal*', caracterizada por uma série de mudanças que aconteceram a partir de meados do século XIV. As práticas sociais responsáveis pela manutenção das redes de solidariedade foram afetadas, bem como, o sistema de proteção horizontal constituído desde o início da Idade Média, o qual cedeu espaço às novas ordenações sociais e a estruturas que combinavam continuidade e mudança.

Este contexto de transição seria caracterizado pela pulverização dos costumes diante de uma mobilidade 'incontrolável' dos camponeses que, apartados da terra, na condição de *desfilhados* (indigentes válidos), emigravam em grande número para as cidades. Imigrantes rurais, sem qualificação nenhuma, a disputar empregos com mestres de ofício e artesãos. Ao analisar a situação de grande parte da população europeia neste período, que marca o processo inicial da pauperização de massa, Castel relembra Geremek ao falar da 'a-funcionalidade' da mão de obra camponesa: sem sua cultura solidária tradicional e sem as proteções por ela proporcionadas, os antigos camponeses se tornaram, naquele momento, estrangeiros em relação à dinâmica urbana, aos suportes econômicos e às relações ligadas à cultura da cidade.

Portanto, Castel conclui que, apesar de ter se originado das mutações nas estruturas agrárias, foi na cidade que o pauperismo se manifestou e ainda se manifesta mais amplamente. Segundo o autor, a 'população residual' do século XIV não era somente uma reserva de mão de obra, um exército de reserva, mas era formada por indivíduos desterritorializados e que não encontravam um lugar na organização tradicional do trabalho. Havia demanda de mão de obra, em contraste com sujeitos sem qualificação para assumir os postos de trabalho. Num primeiro momento, tais indivíduos 'disponíveis' não eram imediatamente recrutáveis e, por muito tempo, não teriam nenhum lugar neste código específico do trabalho (Castels, *apud* Geremek, 1995: 112-113).

(E)ventos

RIAS VOL. 9, SRPING-SUMMER Nº 1/2016

O destino desses *desfilados* atravessou todas as sociedades europeias até o fim do Antigo Regime; excluídos dos laços comunitários por não pertencerem a nenhum 'estado' social, passaram a ser reconhecidos como vagabundos, deslocados para as alas sociais mais marginais. Até o século XVI ser um vagabundo significava ser um indivíduo com má fama: ociosos, malabaristas, mendigos, velhacos, jogadores, prostitutas, entre outros. A partir daí, o surgimento das novas relações econômicas e sociais, advindas da crise do sistema feudal e do desenvolvimento pré-capitalista, fez com que à categoria de vagabundo se acrescentassem mais duas características: a ausência de trabalho, vista como falta de 'vontade' de trabalhar do indivíduo; e o fato de ser '*sem fê nem lei*', o que queria dizer sem pertencimento comunitário.

Sandra Cavallo, ao analisar as formas de assistência na Itália, afirma que o século XVI foi marcado pela laicização do socorro público, através de instituições como as guildas e irmandades, além dos socorros prestados pela administração das cidades. Durante este período, a assistência se dava de maneira anônima, direcionada para aqueles '*que ainda tivessem suas raízes comunais bem fincadas*', situação que se modificou no final do século XVII quando tal modelo de caridade sofreu alterações (Cavallo, 1998).

Segundo Cavallo, tais mudanças se explicam devido à transformação das cidades em espaço de competição entre diferentes setores da elite que se sentiam ameaçados pelo surgimento de novos grupos sociais. Estrategicamente, a elite '*investiu na construção de instituições de segregação dos pobres*', para manter seu capital simbólico (Bourdieu, 1996) e demonstrar a sua generosidade. O pobre já não estava mais inserido na comunidade e passou a sofrer um progressivo isolamento.

As mudanças nas formas de auxílio refletiam o aparecimento da indigência '*como um fenômeno de massa*', o que ocorreu por volta de fins do século XVII e durante todo o século XVIII. Até então, a presença de um grande número de indigentes, mendigos e vagabundos, constantemente citados na literatura da época, era vista como atípica e designava pessoas '*fora do regime comum*'. De certo modo, tais indigentes pouco alteravam a imagem de uma sociedade equilibrada. A situação se modificou a partir do fim do século XVII, quando houve uma tomada de consciência da vul-

Virna Lígia
Fernandes Braga
Universidade Federal
de Juiz de Fora
Brasil

nerabilidade de massa, da miséria e de seus riscos de dissociação social, que passaram a atingir não só os assistidos e os desfiliaados, ou os elementos marginais daquela sociedade, mas também boa parte da população em geral.

Urbanização, imigração e revolução industrial, trouxeram mudanças radicais e arrastaram parte considerável das pessoas à miséria e à pobreza. A queda do Antigo Regime e a resposta liberal à questão social não funcionaram, pois o princípio do livre acesso ao trabalho abriu uma era de conflitos e o processo crescente de industrialização resultou no pauperismo. A industrialização criou a desfiliação de massa e colocou em pauta o que Castel denominou de '*política social sem estado*'. Era necessário cuidar dos pobres para preservar a ordem social, mas cabia à sociedade realizar tal tarefa.

O pauperismo sancionou '*o fracasso do otimismo liberal modelo século XVIII*' e representou uma ruptura com o passado, além de uma ruptura na organização do trabalho. Que tipo de modernidade traria consigo uma desagregação social completa? Como lidar com o progresso e a desfiliação maciça dos indivíduos no cerne do processo de produção de riquezas? O 'homem novo', que surgiu com o avanço das tecnologias e com a inovação dos meios de produção, não correspondia à realidade da grande massa de trabalhadores explorados, empobrecidos, que só possuíam sua força de trabalho como meio de sobrevivência. Tais questionamentos atravessaram os fins do século XVIII e chegaram ao XIX.

Na Europa a preocupação com os pobres existiu desde a Idade Média e, no Brasil, tal preocupação esteve presente também muito cedo, através da existência de instituições de caridade, laicas e religiosas, fundadas desde a Colônia como também manifesta através das constantes doações do Imperador em auxílio aos pobres. Sobre este tema, o trabalho de Laura de Mello e Souza, lançado nos anos 80 do século XX, traz uma abordagem pioneira ao discutir a pobreza através da criação do conceito de *desclassificação social* para caracterizar a imensa categoria de pobres existentes nas Minas Gerais setecentista (Souza, 1986).

A temática passou a ser revisitada e surgiram outras pesquisas, boa parte delas voltadas para o estudo da infância desvalida, com destaque para os trabalhos de Renato Pinto Venâncio. Sua tese

(E)ventos

RIAS VOL. 9, SPRING-SUMMER Nº 1/2016

de mestrado, *Infância sem destino*: o abandono de crianças no Rio de Janeiro no século XVIII foi uma contribuição importante para o estudo do abandono em paróquias rurais e urbanas no Rio de Janeiro, no mesmo período. Já o livro *Famílias Abandonadas* é uma versão resumida da sua tese de doutorado intitulada *Casa da Roda: Institution d'assistance infatille au Brésil – XVIIIe et XIXe siècles*, na qual analisa as instituições que recolhiam os expostos através das Santas Casas de Misericórdia da cidade de Salvador e do Rio de Janeiro. Recentemente Venâncio organizou o livro *Uma história social do abandono de crianças: de Portugal ao Brasil, séculos XVIII-XX*. A obra reúne artigos variados que tratam desde a comparação entre os 'enjeitados' do Brasil e de Portugal, até a transição do conceito de 'exposto' para o de 'menor abandonado'.

Entre as pesquisas desenvolvidas sobre a temática da pobreza e assistência destacam-se também as de Irene e Irma Rizzini. Relacionadas à infância abandonada no Brasil, essas obras representam boa parte da produção acadêmica nacional ligada à assistência. Os trabalhos das irmãs abordam o papel social atribuído à infância caracterizada como pobre e abandonada (material e moralmente), como também a legislação. Ambas destacam que o foco sobre a infância pobre redundou no desenvolvimento de um complexo aparato jurídico-assistencial sob a liderança do Estado, materializado através da criação de inúmeras leis e instituições destinadas à proteção e à assistência (Rizzini, 2006).¹

Em se tratando especificamente das Santas Casas de Misericórdia, instituições que centralizaram boa parte dos socorros públicos no Brasil, Gisele Sanglard apresenta importante estudo sobre

Virna Lígia
Fernandes Braga
Universidade Federal
de Juiz de Fora
Brasil

1 Irene Rizzini, *O Movimento de Salvação da Criança no Brasil: Idéias e Práticas Correntes de Assistência à Infância Pobre na Passagem do Século XIX para o XX*. Congresso Brasa VIII Vanderbilt University, Nashville, Tennessee, USA 13-16 de outubro de 2006, p. 5. Ver também: Francisco Pilotti, Irene Rizzini (orgs.). *A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil* (Rio de Janeiro: Instituto Interamericano del Niño: EDUSU/AMAIS, 1995). Irene Rizzini. *O século perdido. Raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil* (Rio de Janeiro: EDUSU/AMAIS, 1997). Irene Rizzini, 'Pequenos trabalhadores do Brasil'. In Mary Del Priori (org.), *História das Crianças no Brasil*. 2 ed. (São Paulo: Contexto, 2000). Irene Rizzini, *Levantamento bibliográfico da produção científica sobre a infância pobre no Brasil* (Rio de Janeiro: Ed. USU, 1989).

o modelo assistencial baseado em suas ações. Afirmar que essas instituições detiveram o privilégio dos serviços assistenciais, reunindo as elites em torno de ideais comuns, pautados no discurso caritativo e posteriormente filantrópico (Sanglard, 2008).² Liliâne Alves Fernandes dá ênfase à sua expansão durante o período de consolidação da República brasileira, mais concretamente entre 1922 a 1945. Sua pesquisa demonstra que as Santas Casas se fortaleceram no segmento de assistência médica, tornando o Estado brasileiro dependente das suas atividades. O trabalho discute ainda o imaginário social da caridade e filantropia e a forma como tais preceitos configuraram a assistência médico-social no país (Fernandes, 2009).

Cabe citar, ainda, as pesquisas de Luciana de Araújo Pinheiro (Pinheiro, 2003), que trata do auxílio à infância desvalida no Rio de Janeiro, entre 1879 e 1889 e também a de Cláudia Tomaschewski, que abarca um período próximo ao deste projeto (1847 a 1922). Neste último, a autora enfoca a caridade e a filantropia na Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas (RS) (Tomaschewski, 2007).

Para o estado de Minas Gerais, de forma mais específica, alguns trabalhos merecem destaque, como o artigo ‘Família e abandono de crianças em uma comunidade camponesa de Minas Gerais: 1775–1875’, escrito por Renato Pinto Venâncio em 2000, que trata do fenômeno do abandono nas regiões agrícolas compostas por pequenos lavradores em Catas Altas. Venâncio destaca que o número elevado de enjeitados resultavam de uma lógica reversa: o abandono era uma forma de proteção, pois acreditavam estar livrando o órfão de um ambiente de trabalho pesado e penúria (Venancio, 2000).

Sobre auxílio à pobreza na capital do estado, a tese de doutorado de Marco Antônio de Souza, publicada em 2004, intitulada ‘A economia da caridade: estratégias assistenciais e filantrópicas em Belo Horizonte’ trabalha a filantropia como forma de dominação e disciplinarização dos indivíduos (Souza, 2004). Utiliza a noção de ‘economia da caridade’ para definir a atuação de algumas instituições de caridade que assistiam os filhos de operários pobres

2 As diferenças entre os termos filantropia e caridade serão abordadas posteriormente.

em Belo Horizonte. O autor destaca a atuação da Santa Casa de Misericórdia e do Instituto João Pinheiro.

Há também a pesquisa de Jefferson de Almeida Pinto, do ano de 2008, sobre o processo de controle social formal e informal sobre a pobreza urbana em Juiz de Fora, na passagem para a modernidade, século XIX ao XX (Pinto, 2008). Almeida focaliza a atuação da polícia e da Igreja Católica, através de ações e projetos direcionados para a manutenção da ordem na cidade. Tais projetos, voltados para a resolução dos problemas sociais frente à crescente criminalidade, estavam ligados ao temor das elites em perder o controle sobre a massa trabalhadora e também sobre o mercado de trabalho, na cidade e na região. As autoridades policiais não sabiam o que fazer com mendigos, vadios, menores, loucos, doentes, idosos, entre outros, abandonados em suas celas. Neste contexto, na busca pelo combate ao crescente processo de secularização característico do período, o projeto do clero romanizado da cidade passa a atuar sobre os considerados 'verdadeiros pobres' e sem nenhum tipo de amparo.

É relevante registrar ainda os trabalhos de Thais Nivia de Lima Fonseca, que publicou artigo em 2008 sobre o papel das irmandades leigas e ordens terceiras em Minas Gerais, no século XVIII e primeiras décadas do XIX. De acordo com Fonseca as irmandades garantiam 'inserção social e proteção, principalmente para os segmentos menos favorecidos'. Em situações de risco, providenciavam ajuda como empréstimos de dinheiro em casos de doença, viuvez ou orfandade, garantiam o sepultamento e a celebração de missas pelas almas. Além disso, os pobres podiam eventualmente aprender a ler, escrever e contar (Fonseca, 2008).

Outro trabalho é o de Patrícia Ferreira dos Santos, 'As práticas de caridade na diocese de Mariana: estímulos devocionais, interditos e protestos anônimos no século XVIII', aprovado para publicação em 2011. Em seu artigo, ela analisa algumas ações da hierarquia eclesiástica e secular na diocese de Mariana com o objetivo de direcionar esmoleres e ermitães à caridade institucional. A autora conclui a partir de documentos como cartas e atas de visitas pastorais do século XVIII, que estabeleciam penas de prisões e confiscos de cofres aos pedintes sem licenças, que Estado e a Igreja procuravam, de certa forma, impedir

*Virna Lígia
Fernandes Braga
Universidade Federal
de Juiz de Fora
Brasil*

a evasão das contribuições, e reprimir a prática de benzedeiros e curandeiros (Santos, 2003).

Boa parte das pesquisas demonstra que, com a inserção gradativa do país no sistema capitalista, os pobres vivenciaram um processo de exclusão em um contexto no qual a urbanização dos espaços públicos e as mudanças no mercado de trabalho os colocavam cada vez mais à margem da sociedade, diluindo as relações horizontais de solidariedade existentes entre eles. Em meio a um contingente enorme de imigrantes e de homens do campo que buscavam melhores oportunidades de vida nas cidades, a pobreza emergiu como uma questão social importante no Brasil, ao final do século XIX. Acrescenta-se à imigração e ao êxodo rural, os negros recém libertos que também se dirigiram para as cidades, sem ocupação e sem moradia e ainda convivendo com estigma da escravidão, para se juntar aos já desafortunados que precisavam da assistência alheia.

No caso de Minas Gerais, como em grande parte dos estados brasileiros, os socorros iniciais à pobreza se originaram das irmandades e congregações religiosas, através das inúmeras Santas Casas de Misericórdia existentes. No período imediato à abolição da escravatura, essas instituições de caridade se responsabilizaram pelo auxílio aos pobres, aos indigentes em geral, aos órfãos, aos mendigos, às viúvas, inválidos e doentes de todo tipo. No decorrer da pesquisa foram identificadas inúmeras casas de caridade, como eram chamadas as Santas Casas, espalhadas pelas cidades mineiras. Estas desempenharam um importante papel na distribuição da assistência de forma geral; como também em seu processo de institucionalização.

As práticas assistenciais estiveram presentes em Minas Gerais desde muito cedo e, no decorrer do período imperial, já existia uma rede assistencial que se ramificava pelo território mineiro e que contava com algum subsídio do estado. Entretanto, este quadro sofreu alterações diante das mudanças ocorridas no país a partir da abolição e da inserção do trabalho assalariado. Através da pesquisa de doutoramento, temos observado que tanto a sociedade quanto o estado de Minas Gerais reconfiguraram suas formas de atuação quanto ao auxílio aos desvalidos diante

destas mudanças, o que levou à progressiva institucionalização da assistência.

Nas décadas finais do século XIX, os socorros que inicialmente se concentravam nas Santas Casas de Misericórdia foram separados e as Misericórdias especializaram-se como espaços de cura. Com o advento do regime republicano, o movimento de especialização da assistência continuou e surgiram instituições destinadas aos cuidados de crianças abandonadas, idosos, loucos: asilos, orfanatos, hospícios passaram a compor o quadro de associações destinadas a socorrer os desvalidos.

A documentação produzida pelas casas de caridade do estado de Minas Gerais permite compreender a organização e distribuição da assistência em seu âmbito privado, resultante das iniciativas caritativas e filantrópicas oriundas da própria sociedade diante da pauperização. Já os documentos oficiais, produzidos pelo governo mineiro, via Secretaria do Interior, através do setor de Saúde e Assistência Pública, fornecem elementos para a análise das propostas e iniciativas do estado de Minas quando confrontado com a amplitude de sua questão social.

Durante a elaboração da qualificação e no decorrer da pesquisa de doutoramento, houve a percepção de que as Misericórdias ocupam um lugar fundamental na história da assistência no Brasil e em Minas Gerais. Este fato torna impossível compreender a constituição do campo assistencial em Minas sem destinar uma atenção especial às Santas Casas. Elas são analisadas, contudo, como parte do aparelho assistencial mineiro e não como objeto central deste estudo. Importante destacar que os quadros de enfermos destas casas de caridade são instrumentos de análise indispensáveis para a percepção de ‘quem eram os pobres’, os ‘desvalidos’ que necessitavam da caridade alheia.

Um grande número de asilos e orfanatos, com inúmeros relatórios de funcionamento, balanços financeiros, quadros de internos e de asilados, muitos deles com detalhes sobre cor, profissão e idade, compõem a documentação sobre a assistência pública e privada em Minas Gerais. O socorro aos pobres alienados não foi abordado por se tratar de um tema amplo e que, pela quantidade de fontes disponíveis, implicaria na elaboração de outra pesquisa, com objetivos diversos da que se encontra em desenvolvimento.

A tese abarca um recorte temporal que vai de 1888 a 1923 e tem como marco inicial a abolição da escravidão no Brasil, devido às transformações sociais profundas que o fim da escravidão impôs ao país. No estado de Minas Gerais, à época da abolição, existia um grande contingente de escravos que, libertos, passaram a depender da caridade e assistência alheia. O marco final, o ano de 1923, foi escolhido porque, de certo modo, a criação do CNT e a Lei Elói Chaves representa uma iniciativa pioneira por parte do Estado para a universalização da assistência ao trabalhador no Brasil. A lei garantia aposentadoria por tempo de serviço ou invalidez, pensão para herdeiros no caso de falecimento do trabalhador, socorros médicos e medicamentos por preços especiais. Já o Conselho Nacional do Trabalho (CNT), criado para substituir o Departamento Nacional do Trabalho, foi concebido para atuar como um órgão consultivo do governo em assuntos relacionados ao trabalho e à previdência social, deste modo representava uma forma de regulamentação do setor na década de 1920 (Souza, 2009: 225-226).

A 'QUESTÃO SOCIAL' EM MINAS GERAIS

Na concepção de Hebe Mattos, no pós-abolição teria ocorrido um lento desaparecimento da menção à cor branca como referência à liberdade e à negra como identidade do cativo (Mattos, 1995). Portanto, diante da dificuldade de se precisar o número de libertos e afrodescendentes pelas fontes, presume-se estarmos diante de uma sociedade altamente diversificada, com diferentes gradações de cor, vinculadas direta ou indiretamente ao cativo. Soma-se a esse contexto, a entrada de milhares de imigrantes, em sua maioria italianos, pela política subvencionada do Estado, que certamente ajudou a engrossar as fileiras dos pobres do período.

Se comparado ao caso de São Paulo, por exemplo, onde os 2,1 milhões de imigrantes europeus que entraram para o estado, entre 1888 e 1928, tornaram a presença dos libertos menos perceptível entre os paulistas, em Minas Gerais, a maior província escravista do século XIX, o pós-abolição apresentou contornos diferenciados. Minas contava em seu espaço geográfico com diferentes concen-

(E)ventos

RIAS VOL. 9, SPRING-SUMMER Nº 1/2016

trações de libertos (mais presentes nas áreas vinculadas à agro exportação); uma grande população afrodescendente, (espalhada por todo seu território) e ainda possuía a presença diminuta, contudo não menos importante, de aproximadamente 60 mil imigrantes europeus, com entrada oficial pelas hospedarias (nas áreas exportadoras, naquelas vinculadas a produção de alimentos e na própria capital-Belo Horizonte) (Monteiro, 1974). Essa população de origem espacial e étnica diversificada é que constituía a grande maioria de pobres, grupo social em foco.

Em artigo sobre os escravos na zona da mata mineira, Luiz Fernando Saraiva afirma que 'era a província de Minas Gerais (especificamente a Zona da Mata) que mais concentrava escravos no Brasil, em atividades predominantemente rurais'. Isso significava cerca de 101.588 escravos, para um total de 286.497 escravos para o ano de 1886 (Saraiva, 2002: 7). Diversos estudos concluem que Minas Gerais apresentou, ao longo do século XIX, a maior população livre e escrava do Brasil (Botelho, 2007: 162).

Quanto à entrada de imigrantes no estado, o serviço foi mais bem organizado na década de 1890, como ocorreu no restante do país. Os imigrantes eram encaminhados para hospedarias em diversas cidades de Minas Gerais (Juiz de Fora, Belo Horizonte, Estação de Vista Alegre, Estação da Soledade); no ano de 1898 o estado de Minas mantinha quatro colônias: em Barbacena, Sabará, Barreiros, Belo Horizonte e São João Del Rey. Juntos, esses núcleos tinham uma população de 1920 indivíduos, sendo que 1360 eram estrangeiros.

Segundo dados do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a população do Brasil em 1872 era de 9.930, 478 milhões de habitantes, dos quais 1.510, 806 milhão eram escravos. Para este mesmo ano, a população do estado de Minas Gerais somava 2.039,735 milhões de habitantes, sendo que 1.047,026 milhão eram homens e 992.709 mil era constituída por mulheres, sem contar 14 paróquias (correspondentes a 62.954 pessoas) que não participaram deste censo. O número de escravos no estado era de 370.459 mil. Em comparação ao ano de 1872, o ano de 1890 apresentou considerável aumento no número de homens e de mulheres, que subiu para 1.627,461 milhão e 1.566, 638 milhão respectivamente (IBGE, 1990: 31–32).

Quadro de dados estatísticos do IBGE para o estado de Minas Gerais de 1900 a 1912³

1900	1901	1902	1903	1904	1905	1906
3.594,471	3.680,278	3.768,134	3.858,087	3.950,187	4.044,486	4.141,036
1907	1908	1909	1910	1911	1912	
4.239,892	4.317,513	4.397,400	4.497,689	4.555,279	4.628,533	

Quando se trata do crescimento médio anual por capitais do Brasil, Belo Horizonte apresenta, de 1900 a 1910, a taxa de 0,1002% de crescimento. Uma das maiores apresentadas entre as várias capitais presentes no censo do IBGE.⁴ Ainda conforme os dados do IBGE a população de Minas Gerais, cerca de três décadas após a abolição da escravidão no Brasil, em 1920, apresentava um contingente populacional de 2.981,806 homens e 2.906,368 mulheres. As estatísticas demonstram que houve expressivo crescimento demográfico, de quase o dobro da população tanto de homens quanto de mulheres, como é possível observar no quadro abaixo, que traz os números absolutos dos habitantes do estado (IBGE, 1990: 33).

Quadro de dados estatísticos do IBGE para o estado de Minas Gerais com os números absolutos de habitantes⁵

UF	1872	1890	1900	1920
Minas Gerais	2.039,735	3.184,099	3.594,471	5.888,174

(E)ventos

RIAS VOL. 9, SRPING-SUMMER Nº 1/2016

De acordo com o relatório apresentado a Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais em 1875, pelo presidente Dr. Pedro Vicente de Azevedo, a emancipação da população escrava no estado

3 Séries Estatísticas do IBGE, <http://seriesestatisticas.ibge.gov.br>. Ver anexo 1.

4 Séries Estatísticas do IBGE, <http://seriesestatisticas.ibge.gov.br>. Ver anexo 2.

5 1 - 1872: os resultados não incluem 181.583 habitantes, estimados para 32 paróquias, nas quais não foi feito o recenseamento na data determinada. <http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=10&op=0&vcodigo=CD90&t=populacao-presente-residente>

teve início anos antes da abolição. Em parte intitulada ‘Elemento Servil’ o presidente trata de comunicação recebida do ministro dos negócios da agricultura, comércio e obras públicas, relacionada à libertação de escravos:

Elemento Servil

Em aviso de 6 de abril ultimo comunicou-me o ministro dos negócios da agricultura, comércio e obras públicas que havia solicitado da fazenda a distribuição do fundo de emancipação pelas diversas províncias, na proporção da respectiva população escrava recomendando por esta ocasião que se fizesse observar as disposições dos artigos 37 a 41 do regulamento aprovado pelo decreto n°3135 de 13 de novembro de 1872, a fim de que, verificado até 31 de dezembro do corrente ano o valor de tantos escravos classificados, quantos possam ser libertados pela quota destinada a esta província, ficassem habilitados os juizes de órfãos a desempenhar a obrigação que lhes é competida no artigo 62 do referido regulamento, declarando livre semelhantes escravos e entregando-lhes as cartas de liberdade.⁶

Continua o relatório, afirmando que em 21 de março de 1875 o referido ministro havia exigido a declaração do número de escravos existentes na província de Minas Gerais, de 1872 a 1874. Sobre o número de escravos, a tesouraria da Fazenda informou que se achavam matriculados na província 326.530 escravos, sendo 177.512 do sexo masculino e do feminino 149.018. O número de filhos livres de mulher escrava chegava a 29.409, sendo 14.781 do sexo masculino e do feminino 14.628. Foram libertados neste período mais de 1200 escravos no estado:

O estado de Minas Gerais apresenta traços peculiares em seu desenvolvimento econômico e social que merecerem atenção. A caracterização de John Wirth, ‘mosaico mineiro’, registra formas de crescimento diferentes para cada região mineira. Além disso, estas regiões se articularam com outros estados do Brasil e não com seus vizinhos mineiros: o Sul de Minas e o Triângulo mineiro com São Paulo, o Norte com a Bahia, a Zona da Mata com o Rio de Janeiro (Pires, 2009, p. 27).

6 BN 482 – Relatório apresentado á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes, por ocasião de sua instalação em 9 de setembro de 1875, pelo illm. e exm. sr. dr. Pedro Vicente de Azevedo, presidente da provincia. Ouro Preto, Typ. de J.F. de Paula Castro, 1875. p.15.

Quadro de escravos libertos entre 1872 e 1874 na província de Minas Gerais⁷

Município	Nº de Escravos
Piumhy	22
Diamantina	100
São João batista	31
Santo Antonio do Monte	34
Dores de Marmelada	3
Tamanduá	142
Curvelo	22
Ayuruoca	25
Mariana	101
São João Del Rey	81
Santa Barbara	132
Itabira	43
Passos	46
Conceição	135
Barbacena	36
Grão Mogol	41
Bagagem	40
Pitangui	82
Christina	17
Sete Lagoas	14
Rio Novo	33
Rio Preto	54
Total	1234

(E)ventos

RIAS VOL. 9, SRPING-SUMMER Nº 1/2016

Durante o século XIX, diante do declínio da economia aurífera, ‘as principais regiões da província passam por um processo de reestruturação socioeconômica’ que resultou em uma eco-

7 BN – 482 Relatório apresentado á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes, por ocasião de sua instalação em 9 de setembro de 1875, pelo illm. e exm. sr. dr. Pedro Vicente de Azevedo, presidente da provincia. Ouro Preto, Typ. de J.F. de Paula Castro, 1875. p.15.

nomia agrária de alimentos, voltada para o mercado interno. Apenas a Zona da Mata mineira representa uma exceção, pois ali se estruturou uma economia agrária de exportação, o que a coloca como a região mais dinâmica da província. Anderson Pires afirma que, apesar de corresponder a apenas 5% do território mineiro, a Zona da Mata foi, até o começo do século XX, a região mais rica de Minas e a principal produtora de café. A região concentrava também 20% da população do estado e, no século XIX, contava com a maior população escrava de Minas Gerais (Pires, 2009: 28).

Logo após a abolição e a proclamação da República, Minas Gerais buscou desenvolver uma política de integração geográfica e dinamização econômica, para lidar com seus problemas internos. Sobre as diferenças regionais do estado, econômicas e políticas, Otávio Dulci admite também que a desarticulação entre as diferentes regiões mineiras representava um problema: população numerosa, espalhada por um território imenso, com o agravante de que nenhum centro urbano, nem mesmo a capital Belo Horizonte, era capaz de polarizar este conjunto. Fatores como a ausência de vias de transporte e de meios de comunicação eram apontados como os responsáveis pelo atraso econômico do estado (Dulci, 1999: 39).

O autor destaca algumas tentativas de sanar esta questão, como a transferência da capital do estado de Ouro Preto para Belo Horizonte, logo no início da República. A criação de Belo Horizonte envolvia a busca por uma economia diferenciada, capaz de alavancar o desenvolvimento de Minas Gerais. Mas foi no Congresso Agrícola, Industrial e Comercial de maio de 1903, organizado pelo governador Francisco Sales, que o debate sobre a economia mineira se solidificou. Dulci ressalta as tensões entre o Estado, a elite política e o mundo da produção em um período de grande inquietação econômica no Brasil (Dulci, 1999: 43–44).

O congresso objetivava analisar a crise do café, em queda desde 1897, e traçar estratégias para a reestruturação econômica mineira. Deste modo, a policultura foi discutida a partir da criação de comissões temáticas, direcionadas aos ramos econômicos com maior peso naquele momento. O incentivo à pecuária, outra atividade importante no estado, e à indústria também foram temas de destaque. João Pinheiro, então Secretário das Finanças, sintetizou as propostas em três pontos: estímulo a iniciativa

particular, com prêmios por parte do governo; auxílio indireto dos poderes públicos para a criação de cooperativas de produção, crédito e circulação; e o protecionismo para as mercadorias nacionais (Dulci, 1999: 44–45).

Dulci assinala que o tipo de intervenção estatal que se preconizava era do tipo ‘indireto’. O estado iria premiar empreendimentos já existentes, mas não subvencionar novos projetos, o que o autor afirma ser um sinal de ‘preocupação em evitar a tutela estatal’. João Pinheiro assumiu o governo do estado após Francisco Sales, falecendo após dois anos de mandato. Contudo, se empenhou em consolidar as metas econômicas que havia idealizado: prioridade à agricultura, já que o setor representava maior possibilidade de ‘geração de empregos e de atender às necessidades básicas da população’ (Dulci, 1999: 46).

Em relação ao eixo do programa de diversificação da economia de Minas Gerais, houve ênfase no empreendedor privado, encarado como o agente capaz de alavancar a modernização calcada ‘no *ethos* empresarial do trabalho e da produtividade’. Assim, Minas se desvencilharia dos rotineiros processos de produção atrasados, ligados ao regime escravista. O estado, neste contexto, coordenaria economicamente os agentes privados, cumprindo seu projeto de modernizar a produção e vencer o atraso técnico imposto pelo escravismo (Dulci, 1999: 48).

Se na economia, a iniciativa privada representava o eixo central de reestruturação do estado, em relação à assistência os relatórios dos presidentes de província demonstram que a sociedade organizada em associações de caridade se responsabilizou, mesmo nos anos iniciais da República, pela distribuição dos socorros em Minas Gerais. No relatório de 1888, que trata do sustento de presos pobres, Luiz Eugenio Horta Barbosa, então presidente, destacou a abertura de concorrência para este tipo de serviço:

[...] Este serviço na capital continua a cargo do cidadão Randolpho Augusto Baeta Neves, mediante a diária de 217 réis. Devendo terminar em breve o prazo de contrato celebrado com aquele cidadão, determinei que para este serviço fosse aberta concorrência, dependendo de decisão a escolha dentre as propostas já oferecidas.⁸

8 BN – Relatório Assembleia Legislativa Provincial de Minas Geraes, MENSAGEM de 1888. p.35. Falla que á Assembléa Provincial de Minas Geraes

O próprio estado, em vários discursos, destacou o papel fundamental desempenhado por ‘associações particulares’, dada a incapacidade do governo estadual de se responsabilizar, sozinho, pela organização e distribuição da assistência. Na mensagem de 1900, sobre o socorro a alienados, há ainda um descontentamento em relação ao apoio recebido do governo federal, via hospício nacional. Já que o número de doentes sob a tutela do Estado brasileiro aumentara, este havia avisado de que não iria continuar a ceder os 25 leitos até então destinados a Minas Gerais, como estabelecido em contrato:

[...] Até aqui tem o Estado disposto, por contrato celebrado com o hospício nacional, de vinte e cinco leitos destinados aos seus doentes de alienação mental; esse número de leitos, porém, é inteiramente insuficiente, e como quase sempre estão completas as lotações em estabelecimentos mantidos no Estado por associações particulares e destinado ao tratamento de enfermos desta moléstia, não raro vê-se o governo embaraçado em prestar socorro, como lhe cumpre, a grande numero de infelizes, cujo estado reclama seus cuidados. Além disso, acha-se o Estado ameaçado de ver-se privado mesmo do recurso de que tem disposto de recolher seus enfermos no hospício nacional, pois ultimamente o governo federal, atento ao grande numero aos quais tem necessidade de prestar assistência, manifestou desejo de não renovar o contrato que tem tido com o Estado.⁹

Para as instituições particulares, a ajuda financeira do estado de Minas Gerais era fundamental para que os serviços prestados mantivessem sua regularidade, daí a importância de se elaborar adequadamente os relatórios enviados ao governo estadual. Nos ofícios enviados pela Secretaria do Interior aos provedores das associações de caridade, indeferindo ou não as subvenções, constam também os pareceres dados pelos promotores de justiça. O relatório de 1898 da Santa Casa de São João Del Rei, por exemplo, que na época abrigava também um orfanato, não foi suficiente para cobrir todas as exigências estabelecidas pela legislação

dirigiu o exm. sr. dr. Luiz Eugenio Horta Barbosa, presidente da provincia, ao instalar-se a primeira sessão da vigesima setima legislatura em 1° de junho de 1888. Ouro Preto, Typ. de J.F. de Paula Castro, 1888.

9 Relatório Assembleia Legislativa Provincial de Minas Geraes, MENSAGEM de 1900. p. 20–21.

mineira, o que se depreende da resposta do secretário do Interior foi a seguinte:

Penso que a exposição que acompanha este requerimento não satisfaz a lei, visto que esta exige o relatório do ano anterior e a exposição se refere ao período de 1896 a 1897. Quanto ao auxílio relativo ao recolhimento de órfãos, cabe à 3ª seção informar. 14/02/1898. M. Alvim. [...] A 3ª seção negou o pedido, devido à falta de informações sobre os órfãos recebidos nos relatórios.¹⁰

Para o ano de 1903 os documentos tratam da manutenção de indigentes doentes e despesas com enfermos pobres dos hospícios. Neste ano, a Secretaria de Saúde e Assistência Pública ordenou o pagamento dos pedidos de subvenção da Sociedade de Caridade de 'Mar de Espanha Estado de Minas Geraes', do Hospital Casa de Caridade de Cataguases, da Casa de Caridade Leopoldinense, da Casa de Caridade da Cidade do Bonfim, e das Santas Casas de Misericórdia de Pitanguy, do Pará, de Mariana, de Ouro Preto, do Serro, de Uberaba, de Sete Lagoas, de Caldas, de Formiga, de Rio Preto, de Itajubá, de Oliveira, de Musambinho, de Diamantina, de Dores do Indayá, de Minas Novas, de Araçuaí, de Lavras, de Montes Claros, de Santa Luzia do Rio dos Tédios, de Itapeçerica, de Dores da Boa Esperança, de Itabira, de Montes Claros, de Sabará, de Campanha e de São João Del Rei.

Tais fontes permitem traçar o perfil da assistência pública em Minas Gerais não só pelo mapeamento das casas de caridade e dos tipos de socorros prestados, mas ainda possibilitam a percepção do alcance das políticas sociais e de manutenção financeira às associações beneficentes subsidiadas pelo governo mineiro. Em outubro de 1903, o Provedor da Casa de Caridade de Sabará pediu o pagamento de 450:000 réis para o Hospital de Lázaros, os pensionistas 'em boa situação' pagavam 100:000 réis por quinzena. Em ofício enviado pela Secretaria do Interior, o governo afirmou que poderia mandar somente a quantia de 45:000 réis por quinzena, 'que é o mínimo estabelecido por lei para doentes não abastados'.¹¹

10 APM. Secretaria do Interior, SI - 1598. 1898- Requisições referentes a pagamentos de hospitais, hospícios, casa de caridade, recibos e notas de vendas.

11 APM. Secretaria do Interior, SI-1631. 1903 - Manutenção de indigentes doentes e despesas com enfermos dos hospícios.

Os pedidos de auxílio e a assistência pública abarcavam uma gama de situações criadas pelo pauperismo e que deixavam muitos indivíduos vulneráveis. A assistência privada ia desde cuidados médicos aos despossuídos até a doação de alimentos e hospedagem em casas de caridade. Diante da pauperização crescente, o papel da assistência pública ampliou-se e tomou uma fatia maior do espaço antes ocupado somente pelas associações particulares de caridade. A filantropia e a caridade 'desorganizada' cedem lugar a um processo paulatino de institucionalização dos socorros públicos, que pode ser conferido desde meados do século XIX aos anos iniciais do século XX.

A fiscalização foi uma importante medida para evitar que as subvenções fossem desperdiçadas através de gastos indevidos, como também se transformaram em uma forma de mapeamento do número de pobres socorridos pelos diversos estabelecimentos. Os promotores de justiça de cada comarca fiscalizavam como estava sendo utilizado o dinheiro recebido do governo. Fiscalizar os gastos das casas de caridade era uma ação comum por parte do estado, desde o período imperial. Com a República, ampliaram-se as ações de fiscalização e controle, bem como as exigências em torno das instituições de caridade subvencionadas pelo poder público.

No ano de 1907, o secretário Carvalho de Britto lança a seguinte circular:

Secretaria do Interior do Estado de Minas Geraes
Belo Horizonte, 5 de Julho de 1907

Ao Promotor de Justiça da Comarca de

Querendo conhecer a organização e a vida das inúmeras associações de caridade existentes no Estado. As quaes estão sob vossa imediata fiscalização, ex-vi do disposto no artigo 226 n. 1º da lei 75 de 1903, que as equipara aos menores e interdictos, para o effeito de serem defendidas pelos representantes do ministério público, rogo-vos informes a esta Secretaria, em relatório minucioso:

- a) a organização das associações de caridade existentes em vossa circunscrição;
- b) os nomes de seus actuaes administradores;
- c) o patrimônio de que dispõem e sua espécie.

A este relatório juntareis cópia impressa ou manuscrita, mas authentica:

- a) do último relatório;
- b) das contas prestadas pela administração, em juízo ou fora d'elle, com relação ao anno findo.

Outrossim, sendo algumas dessas associações subvencionadas pelo Estado, determino as fiscalizeis com a máxima regularidade, visitando mensalmente seus hospitais e casas pias.

De tudo que observardes nessas visitas, a que ligo grande importância, fareis lavrar um termo em livro próprio, que vos será fornecido pela associação subvencionada.

Nesse termo mencionareis com clareza:

1° os doentes ou assistidos, com menção do nome de cada um, idade presumível, nacionalidade, estado e côr;

2° as moléstias;

3° o tratamento;

4° a dieta;

5° si no estabelecimento, hospital ou casa pia, são observadas as regras de hygiene hospitalar.

O Governo tem em vista, é evidente, zelar, como lhe cumpre, o patrimônio dos pobres, evitando seja defraudado ou siquer desviado do seu destino.

Pedindo todo o vosso concurso para esta tarefa humanitária, que vos confiou o regulamento do ministério público, espero que vos desempenheis com a convicção de quem sabe cumprir um alto dever.

Saudações

O Secretario do Interior

Carvalho Britto

605-1907¹²

A circular reitera a preocupação do governo em mapear, organizar e fiscalizar a assistência em Minas, seja para controlar a distribuição de verbas, seja para evitar que associações fraudulentas usurpassem dinheiro publico e privado. A esta circular, que demandava uma série de informações sobre as associações de caridade do estado, seguiram-se fartos relatórios, que incluíam quadros de asilados, de órfãos e de enfermos. No 'Termo de Visita da Santa Casa de Piumhy', de 02 de outubro de 1907, o promotor menciona a circular e traz de forma minuciosa o registro dos doentes assistidos pelo hospital:

[...] No desempenho, pois, da obrigação imposta pela circular de 5 de julho dirigida aos representantes do Ministério Público nas diversas comarcas, circular assinada pelo Ilmo. Exmo. Sr. Dr. Manoel Thomaz de Carvalho Britto, secretário do Interior do Estado de Minas, incumbindo-os da fis-

12 APM. Secretaria do Interior – SI. Série 10: Saúde e Assistência Pública. SI – 1681. 1907 – Correspondências referentes à Saúde e Assistência Pública (requisições de pagamento a casas de caridade, mapas de despesas, guia da secretaria do interior, relação de doentes). Circular de 05 de julho de 1907. Ver anexo n° 3.

calização das inúmeras associações de caridade existentes no mesmo estado [...].¹³

A partir destes documentos é possível perceber que havia um número considerável de negros que recorriam à assistência em Minas Gerais, homens e mulheres vítimas de maus tratos, adoentados, desabrigados, crianças órfãs, idosos, viúvas e também loucos. Podemos observar esta situação através dos relatórios das casas de caridade e também das inspeções, realizadas pelos promotores das comarcas municipais.¹⁴

O quadro de doentes acima é, de certo modo, um retrato social do período: o número de pretos e pardos listados nos relatórios seja de hospitais ou orfanatos ou asilos, é bem maior do que o de brancos. A abolição e a ausência de políticas sociais para os negros recém-libertos geraram consequências diretas na constituição da 'questão social' brasileira, tornando o campo da assistência pública e privada crucial para a sociedade. Na Santa Casa de Caldas, também no termo de visita de 1907, consta a existência de 40 doentes pobres, destes 23 eram pardos, 08 Pretos, 05 brancos e 04 sem menção.¹⁵

Em 1910, a mensagem do presidente de província também fornece importante panorama sobre a assistência no ano de 1909:

Assistência a alienados – Hospício de Barbacena

[...] Continuam varias casas de caridade a ser subvencionadas pelo Estado, que encarrega os promotores de justiça das comarcas onde existem tais estabelecimentos, de fiscaliza-los afim de ver como fazem a aplicação do auxilio que lhes é concedido. Recebem também subvenções diversos asilos e recolhimentos de órfãos e inválidos situados em diversos pontos de nosso território.

Assistência à Infância – Esta espécie de assistência, que se faz tão necessária e da qual devem os poderes públicos cuidar com particu-

13 APM. Fundo: Secretaria do Interior, SI – 1681. 1907 – Correspondências referentes à Saúde e Assistência Pública (requisições de pagamento a casas de caridade, mapas de despesas, guia da secretaria do interior, relação de doentes).

14 APM. Fundo: Secretaria do Interior, SI – 1681. 1907 – Correspondências referentes à Saúde e Assistência Pública (requisições de pagamento a casas de caridade, mapas de despesas, guia da secretaria do interior, relação de doentes). Registro de Doentes Santa Casa de Misericórdia de Piumhy, outubro de 1907.

15 Ver quadro da página 63.

Registro de Doentes Santa Casa de Misericórdia de Piumhy

Nome	Cor	Idade	Situação	Entrada	Alta
Maria Florência	Preta	10 anos	Contusões na face. comomoção cerebral	29 de março	31 de março, em boas condições
Maria Deolinda	Branca	2 anos	Contusões na face e no corpo	29 de março	30 de março, a pedido, em boas condições
Thomazia Deolinda	Parda	37 anos	Contusões	29 de março	30 de março, em boas condições
Maria Magdalena de Araujo	Parda	13 anos	Contusões no tórax e face	29 de março	31 de março, curada
Euclides	Pardo	6 anos	Comomoção cerebral	29 de março	31 de março, curado
Margarida Cabrita	Preta	55 anos	Contusões	29 de março	04 de abril, curada
Marinha	Preta	4 anos	Contusões no corpo	29 de março	01 de abril
Maria	Preta	3 meses	Contusões	29 de março	31 de março, curada
Maria Justina	Preta	40 anos	Contusões no corpo	29 de março	31 de março
Francisca Vieira	Preta	22 anos	Delirio Traumático	29 de março	02 de abril, curada
Justina Maria de Jesus	Parda	56 anos	Contusões	29 de março	09 de abril, curada
Delfino Caldeira	Pardo	80 anos	Velhice	10 de abril	25 de abril, falecido
Anna Joaquina (Thomé)	Branca	50 anos	Hemorragia Cerebral	06 de abril	30 de maio, a pedido
Joaquim Bento (Passarinho)	Preta	35 anos	Insuficiência mitral	19 de abril	29 de abril, falecido
Carolina Joaquina de Jesus	Parda	30 anos	Febre tifóide	25 de abril	20 de maio
José Antonio Calixto	Parda	37 anos	Sarna e úlceras na perna	28 de abril	17 de maio, curado
José Francisco de Oliveira	Parda	80 anos	Mal de Brighth	19 de maio	04 de julho, falecido
Leonardo José D'Oliveira	Preta	35 anos	Fratura exposta da tibia esquerda	25 de maio	05 de agosto, curado
José Soares de Sá	Branca	14 anos	Asma	25 de maio	Reside no hospital como ajudante

lar carinho, é dada por enquanto, entre nós, apenas pelo 'Instituto João Pinheiro', estabelecida em terrenos da fazenda modelo da Gamelleira, distrito desta capital, e organizado pelo decreto n° 2.416, de 9 de fevereiro do ano próximo passado [...].

A vista dos magníficos resultados que esta oferecendo o Instituto João Pinheiro, resolveu o governo criar em idênticas bases um outro estabelecimento na colônia de Itajubá, e o fez pelo decreto n°2826, de 15 de maio de 1910 [...].¹⁶

Percebe-se que as verbas destinadas à assistência pública cresceram bastante desde 1860, anos finais do Império. A abolição da escravidão no Brasil e a proclamação da República desencadearam um processo de transição política, econômica e social que, de certo modo, contribuíram para transformar um Estado ausente em um Estado que, gradativamente, foi assumindo a responsabilidade sobre a assistência social como um todo.

As correspondências recebidas e expedidas pelo Secretário do Interior, os relatórios das associações beneficentes e santas casas, bem como os termos de visita dos promotores, entre os anos de 1898 e 1923, subsidiam o desenvolvimento da tese. Estas fontes permitem analisar a composição social do período, herdeira de uma tradição escravista responsável pela reprodução da pobreza e marginalização de milhares de indivíduos.

É desta forma que o processo de institucionalização da assistência aos pobres e desvalidos se constrói, a partir da necessidade de socorrer aqueles que, no decorrer do desenvolvimento capitalista do Brasil, foram deixados à margem da vida social e produtiva do país. Um exemplo destas considerações está no quadro de doentes pobres do termo de visita da Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte, assinado pelo promotor Theóphilo Pereira em 9 de fevereiro de 1915:¹⁷

Devido ao numero de páginas exigido neste relatório, não foi possível colocar o quadro acima em sua totalidade, mas havia na Santa Casa de BH 190 doentes pobres em 1915. Como se observa,

16 u 294 – Relatório Assembleia Legislativa Provincial de Minas Geraes, MENSAGEM de 1910. p. 48.

17 APM. Fundo: Secretaria do Interior, SI – 1840. 1915 – Avisos de remessas de documentos, lista de asilados, pedido de pagamento de subvenções e documentos referentes a socorro público. Quadro de doentes pobres da Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte, Termo de Visita, 1915.

Quadro de doentes pobres do termo de visita da Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte

	Nome	Idade	Cor	Sexo	Profissão	Estado Civil	Naturalidade	Residência
01	João José de Souza	65	Parda	Masc.	Lavrador	Casado	Brasileira	Belo Horizonte
02	João Darcy	42	Preta	Masc.	Negociante	Casado	Brasileira	Belo Horizonte
03	João Pereira	20	Parda	Masc.	Hortelão	Viúvo	Alemão	Juiz de Fora
04	Raymunda	12	Branca	Fem.	Cozinheira	Casada	Brasileira	Belo Horizonte
05	Fernando Xavier	37	Parda	Masc.	Cozinheiro	Solteiro	Brasileira	Belo Horizonte
06	Maria Cesarina	45	Branca	Fem.	Cozinheira	Casada	Brasileira	Belo Horizonte
07	Basilio Rodrigues	70	Parda	Masc.	Domestica	Viúvo	Brasileira	Belo Horizonte
08	Ambrizio Marques	82	Preta	Masc.	Lavrador	Solteiro	Brasileira	Belo Horizonte
09	Rita Pereira	85	Preta	Fem.	Lavadeira	Casada	Brasileira	Belo Horizonte
10	Leopoldina Francisca Faria	60	Parda	Fem.	Lavrador	Viúva	Espanhola	Belo Horizonte
11	José Pereira	14	Preta	Masc.	Lavrador	Viúvo	Brasileira	Belo Horizonte
12	Anna Noronha	70	Parda	Fem.	Domestica	Casada	Brasileira	Belo Horizonte
13	Carolina Julia de Lima	70	Parda	Fem.	Lavrador	Viúva	Brasileira	Belo Horizonte
14	Baldina Leopoldo	35	Preta	Fem.	Cocheira	Solteira	Brasileira	Belo Horizonte
15	Francisca de Paula	60	Parda	Fem.	Domestica	Viúva	Brasileira	Belo Horizonte
16	Dorselina Raymunda	71	Parda	Fem.	Lavrador	Casada	Brasileira	Belo Horizonte
17	Eva Maria de Oliveira	84	Preta	Fem.	Lavrador	Solteira	Brasileira	Belo Horizonte
18	Bemvinda do Nascimento	34	Parda	Fem.	Lavrador	Viúva	Brasileira	Belo Horizonte
19	Manoel Ignacio	115	Parda	Masc.	Domestica	Viúvo	Brasileira	Belo Horizonte
20	Severiano Alves dos Santos	78	Preta	Masc.	Negociante	Casado	Brasileira	Belo Horizonte
21	Ana Francisca de Jesus	89	Preta	Fem.	Pedreiro	Casada	Brasileira	Belo Horizonte
22	Maria Theophila	72	Preta	Fem.	Operária	Solteira	Espanhola	Belo Horizonte
23	Ana das Neves	42	Parda	Fem.	Domestica	Solteira	Brasileira	Belo Horizonte
24	Antonio dos Santos	11	Preta	Masc.	Lavrador	Viúvo	Brasileira	Belo Horizonte
25	Francisco de Paula Riba	35	Branca	Masc.	Lavrador	Casado	Brasileira	Belo Horizonte
26	Luiz de Rocha	68	Parda	Masc.	Lavrador	Viúvo	Brasileira	Pedro Leopoldo
27	Martim Alexandre da Rocha	98	Preta	Masc.	Lavrador	Solteiro	Brasileira	Belo Horizonte
28	N.N.	20	Parda	Fem.	Lavadeira	Solteiro	Brasileira	Contagem
29	Domiciano Albano da Cruz	70	Preta	Masc.	Domestica	Viúvo	Brasileira	Belo Horizonte
30	Maria Paulina	45	Parda	Fem.	Domestica	Viúvo	Brasileira	Belo Horizonte

eram majoritariamente negros e pardos, com profissões 'desvalorizadas' socialmente: serviços domésticos, lavadeiras e cozinheiros. Os 160 doentes pobres restantes da lista seguem esta mesma caracterização social e econômica, fator importante para se traçar um perfil dos desvalidos da época.

Na mensagem do ano de 1913 o termo 'Assistência Pública' já designava uma área importante de atuação do estado, destacando-se o desenvolvimento da assistência de forma ampla, o que podia ser verificado por meio dos dados existentes na Secretaria do Interior. Organizada de todas as formas, o relator afirma que a assistência atestava 'o desenvolvimento moral e da sentimentalidade afetiva do povo mineiro' e que era de extremo interesse do governo melhorar tal serviço. Obras de ampliação estavam sendo realizadas no Asilo Central e na Colônia de Alienados 'de sorte a tonar mais confortáveis as acomodações e aumentar a capacidade dos pavilhões'. No Asilo Central o governo tinha intenção de construir oficinas para trabalhos manuais, 'já tendo sido instalada uma destinada a aproveitar, no preparo de costuras, o serviço das mulheres asiladas'.¹⁸

As verbas, e sua insuficiência, também voltaram a ser discutidas no começo do século XX. Havia subvenções separadas para assistência a alienados, órfãos, casas de caridade, etc. A lei orçamentária nº 570, de 19 de setembro de 1911, consignou para auxílio às casas de caridade do Estado a importância de 196:000\$000 (29:000\$000 a mais do que em 1911). Em 1912, o número de estabelecimentos de caridade já somavam 84, recebendo todos o auxílio de 2:000\$000 com exceção da Santa Casa da capital, que era contemplada com 24:000\$000.

Apenas 23 destas instituições de caridade não receberam o auxílio do exercício de 1912, pois não entregaram sua prestação de contas. Além dos diversos asilos e casas de recolhimento de órfãos subvencionados pelo Estado, outras associações também recebiam ajuda do governo: a Assistência à Pobreza, da então capital Belo Horizonte; Colégio Maria Auxiliadora, de Ponte Nova; Associação Amante da Instrução e Trabalho e Escola Livre de Música, também da capital.

18 u297 – Mensagem de 1913. Relatório Assembleia Legislativa Provincial de Minas Geraes. p. 12.

Todos esses auxílios atingiam um montante de 64:200\$000, que somados aos concedidos às casas de caridade, na importância de 196:000\$000, davam um total de 260:000\$000. Durante o exercício de 1912 as despesas feitas por conta da verba ‘Socorros Públicos’ atingiram 422:041\$070, excedendo as referentes ao ano de 1911 em 81:783\$805.¹⁹

A lei nº 542, de 27 de setembro de 1911, autorizou a criação nas imediações de Belo Horizonte, de um Instituto de Inválidos, sob a denominação de ‘Asylo Afonso Penna’. Para isso, o governo comprou da Santa Casa de Belo Horizonte um prédio construído pela mesma, no valor de 58:388\$430. Em 12 de junho de 1912 foi lavrado entre o Estado de Minas Gerais e a Santa Casa de Belo Horizonte um contrato para o serviço de Assistência Pública, no qual o estado contribuiria mensalmente com a quantia de 500\$000. A verba para ‘Socorros Públicos’ do exercício de 1912 foi de 27:000\$000, com a abertura de um crédito suplementar de 395:641\$010, em 12 de abril do mesmo ano.

Em 1914, a subvenção do governo era dada a 91 casas de caridade e 48 instituições pias diversas. No orçamento de 1914 foi consignada a verba de 546:000\$000, para auxílio as casas de caridade existentes no Estado, bem como para os asilos e para a construção e reconstrução dos prédios dessas instituições. O número de casas de caridade subiu para 92, subvencionadas com 2:000\$000, com exceção da Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte, que recebeu 30:000\$000. Vários decretos abriam créditos extraordinários para cobrir as crescentes despesas dos estabelecimentos de assistência.

As loterias, muito utilizadas para arrecadar fundos, foram regulamentadas pela lei 624 de 19 de setembro de 1914, que autorizou o governo a contratar o serviço de extração de loterias do Estado. Desta forma, as subvenções e auxílios até então concedidas às instituições de caridade passaram a depender do resultado dessas loterias, cujo contratante era obrigado a depositar a quantia necessária para os respectivos pagamentos.²⁰

19 u297 – Mensagem de 1913. Relatório Assembleia Legislativa Provincial de Minas Geraes. p.13.

20 u297 – Mensagem de 1913. Relatório Assembleia Legislativa Provincial de Minas Geraes. p.14.

No decênio 1907-1916, despendeu o Estado a importância total de 3.190:233\$764 com socorros públicos, como se vê no quadro seguinte:

Exercícios	Verbas Orçamentárias	Despendido	Créditos Suplementares
1907	40:000\$000	31:953\$460	
1908	40:000\$000	267:653\$510	227:653\$810
1909	40:000\$000	158:230\$958	116:230\$956
1910	40:000\$000	353:436\$115	386:436\$411
1911	50:000\$000	340:857\$215	306:857\$215
1912	34:000\$000	423:641\$010	395:641\$010
1913	27:000\$000	470:401\$863	443:401\$863
1914	27:000\$000	412:976\$002	385:976\$002
1915	300:000\$000	356:552\$611	56:552\$611
1916	300:000\$000	374:531\$722	74:531\$722
TOTAL	-	190:233\$764	2.342:281\$000

1

Para o exercício de 1916, o estado de Minas Gerais distribuiu auxílios e subvenções da seguinte forma:

Casas de caridade	Subvenção	Total
104 casas de caridade	1:500\$000	156:000\$000
30 asilos e casas de recolhimento de órfãos	1:500\$000	45:000\$000
6 asilos	1 recebeu 3:000\$000 3 receberam 2:000\$000 2 receberam 500\$	10:000\$000
Santa Casa de Belo Horizonte	36:000\$000	36:000\$000
Asilo Afonso Penna de Belo Horizonte	10:000\$000	10:000\$000
Instituto Pasteur de Juiz de Fora	5:000\$000	5:000\$000
Liga Mineira contra a Tuberculose de Juiz de Fora	3:000\$000	3:000\$000
Hospital de Lázarus de Sabará	4:000\$000	4:000\$000
2 Liceus de Artes e Ofícios	3:000\$000	3:000\$000
Instituto Histórico de Minas Gerais	1:000\$000	1:000\$000

2

1 u301 – MENSAGEM de 1917, p.50.

2 u301 – MENSAGEM de 1917, p.50.

Percebe-se que as verbas destinadas à assistência pública cresceram bastante desde 1860, anos finais do Império. A abolição da escravidão no Brasil e a proclamação da República desencadearam um processo de transição política, econômica e social que, de certo modo, contribuíram para transformar um Estado ausente em um Estado que, gradativamente, foi assumindo a responsabilidade sobre a assistência social como um todo. No Império, a ajuda aos pobres era centralizada na figura do Imperador como doador pessoal e como protetor de várias instituições beneficentes. Com o fim da monarquia e com a abolição, a 'questão social' no Brasil assume centralidade e conquista lugar na pauta governamental. Ampliam-se a fiscalização e o controle das verbas destinadas aos socorros dos pobres, a assistência é institucionalizada, pensada e planejada pelo governo. Um documento importante neste processo é a circular de 6 de março de 1923 que, como as outras, exigia informações específicas sobre as associações de caridade do estado de Minas Gerais. Entretanto, a esta circular, foi anexado um questionário que gerou cerca de 200 documentos correspondentes a um amplo mapeamento de todas as instituições de assistência, que exerciam ou não parceria com o estado de Minas, com dados de sua fundação, administração, patrimônio.

O surgimento de instituições especializadas para os diversos tipos de socorros ocorreu em Minas Gerais desde meados do século XIX, quando as próprias Santas Casas iniciaram uma ampliação de sua estrutura física. A construção de novas alas ou prédios, nos terrenos das Misericórdias, boa parte das vezes se direcionava para abrigar idosos, órfãos e alienados. Entre as fontes utilizadas nesta pesquisa, são de extrema importância a circular de nº 605 de julho de 1907, emitida pelo então secretário Carvalho de Britto; e outra circular sem número de 6 de março de 1923 e que possui como anexo um questionário lançado pelo governo de Minas Gerais. A primeira circular reflete a preocupação do governo mineiro em mapear as associações beneficentes existentes no estado, uma tentativa de organizar os serviços assistenciais e de se evitar o mau uso das subvenções. Já o questionário de 1923,

lançado pelo Secretário do Interior Fernando Mello Vianna, ilustra não só o surgimento de um número considerável de casas de caridade, bem como permite analisar como se deu a setorialização dos socorros aos desvalidos. Essas fontes reúnem mais de 200 documentos que trazem informações sobre o tipo de instituições assistenciais de Minas Gerais, local, data de fundação, administração, finanças, manutenção, etc.

A circular de 1907, que será trabalhada de forma mais aprofundada quando for abordada a questão social em Minas Gerais, é voltada para os promotores de justiça das municipalidades e tem o objetivo de ‘conhecer a organização e a vida das inúmeras associações de caridade existentes no estado’. As casas de caridade estavam sob a responsabilidade e fiscalização do município, conforme o artigo 226 n. 1º da lei 75 de 1903, sendo representadas pelo ministério público. As instituições que recebiam subvenções do governo mineiro passariam por uma averiguação mais cuidadosa, reforçada na circular pelas palavras do secretário Carvalho Britto: ‘determino as fiscalizeis com a máxima regularidade, visitando mensalmente seus hospitais e casas pias’.²¹

O questionário criado pelo secretário do Interior em 1923, anexado à circular e destinado aos prefeitos dos municípios, apresentava referências não só a hospitais e casas pias (como na circular de 1907), mas perguntava de forma clara se ‘existem nesse município hospitaes de caridade, casas de saúde, asylos de órfãos, da infância abandonada, da velhice desamparada, de cegos, de surdos-mudos, de loucos e outros que taes?’. Tal detalhamento das associações de auxílio demonstra a especialização da assistência de acordo com os tipos de socorros prestados.²²

Quanto à manutenção destas instituições, as respostas às circulares revelam um número considerável de casas de caridade que eram mantidas em parte por apólices federais, loterias, doações e também por subvenções do estado de Minas Gerais.

21 APM. Circular Secretaria do Interior do Estado de Minas Geraes. Bello Horizonte, 5 de Julho de 1907.

22 APM. Circular Secretaria do Interior do Estado de Minas Geraes. Bello Horizonte, 6 de março de 1923.

(E)ventos

RIAS VOL. 9, SRPING-SUMMER Nº 1/2016

Constam nos relatórios, tanto nos produzidos pelas próprias associações quanto nos dos promotores em suas visitas de fiscalização, balancetes com listas nominais de doadores. Se considerarmos as outras pesquisas sobre a assistência, citadas no decorrer deste trabalho, conclui-se que no Brasil houve o predomínio de uma ação combinada entre sociedade e poder público. A caridade foi o estímulo inicial para o auxílio aos pobres, pois a religiosidade católica exerceu influência direta sobre o tratamento dado à pobreza no país.

REFERÊNCIAS

- Andrade, Cristiana Viegas de. (2007). 'Imigração e família em Minas Gerais no final do século XIX'. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 27, nº 54, 2007.
- Botelho, Tarcísio R. (1998). *População e nação no Brasil do século XIX*. São Paulo, 1998. Tese de Doutorado em História Social - Universidade de São Paulo.
- Botelho, Tarcísio Rodrigues, Braga, Mariângela Porto, Andrade, Cristiana Viegas de. (2007). *Imigração e família em Minas Gerais no final do século XIX*. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 27, nº 54.
- Bourdieu, Pierre. (1996). *Razões Práticas: Sobre a teoria da ação*. Campinas, SP: Papirus.
- Castel, Robert. *apud* Geremek, Bronisław. (1995). *Os Filhos de Caim: vagabundos e miseráveis na literatura europeia. (1400-1700)*. São Paulo: Cia das letras.
- Castel, Robert. (1998). *As Metamorfoses da Questão Social: uma crônica do salário*. Petrópolis: 3ed, Vozes. pp. 63-65.
- Cavallo, Sandra. (1998). 'Charity as Boundary making: social stratification, gender and the family in the Italian states (XVII and XIX centuries)'. In Cunningham, Hugh and Innes, Joanna (eds). *Charity, Philanthropy and reform. From 1690 to 1850*. London, Macmillan Press.
- Dulci, Otávio Soares. (1999). *Política e Recuperação Econômica em Minas Gerais*. Belo Horizonte: UFMG.
- Fernandes, Liliane Alves. (2009). *As Santas Casas da Misericórdia na República Brasileira 1922-1945*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Évora, Portugal, Mestrado em Políticas de Bem-Estar em Perspectiva, Evolução, Conceitos e Actores, Phoenix Erasmus Mundus, Dynamics of Health and Welfare.
- Fonseca, Thais Nivia de L. (2008). 'Instrução e assistência na capitania de Minas Gerais: das ações das câmaras às escolas para meninos pobres (1750-1814)'. *Revista Brasileira de Educação*. v. 13, n. 39 set./dez. pp. 535-544.
- Godelier, Maurice. (2011). *O Enigma do Dom*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

- IBGE. (1990). *Estatísticas Históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988*. 2ª Ed. v 3. Rio de Janeiro: IBGE, p. 31-32.
- Kidd, Alan. (1999). *State, Society and the Poor in XIX Century England*. London: Macmillan Press, p. 17.
- Mattos, Hebe Maria. (1995). *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil, século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional.
- Monteiro, Norma de Goés. (1974). *Imigração e Colonização em Minas Gerais (1889/1930)*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial.
- Pinheiro, Luciana Araújo. (2003). *A civilização do Brasil através da infância: propostas e ações voltadas à criança pobre nos anos finais do Império (1879-1889)*. Dissertação de Mestrado. UFF, Programa de Pós-Graduação em História, Niterói, julho de 2003.
- Pires, Anderson. (2009). *Café, Finanças e Indústria: Juiz de Fora 1889/1930*. Juiz de Fora: FUNALFA, p. 27.
- Rizzini, Irene. (2006). *O Movimento de Salvação da Criança no Brasil: Idéias e Práticas Correntes de Assistência à Infância Pobre na Passagem do Século XIX para o XX*. Congresso Brasa VIII Vanderbilt University, Nashville, Tennessee, USA 13-16 de outubro de 2006.
- Sanglard, Gisele. (2008). *Entre os salões e o laboratório: Guilherme Guinle, a saúde e a ciência no Rio de Janeiro, 1920-1940*. Rio de Janeiro: Fiocruz.
- Santos, Patrícia Ferreira. (2011). 'As práticas de caridade na diocese de Mariana: estímulos devocionais, interditos e protestos anônimos no século XVIII'. *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, 11 (2011): 195-221.
- Saraiva, Luiz Fernando. (2002). 'Estrutura de Terras e Transição do Trabalho em um Grande Centro Cafeeiro – Juiz de Fora 1870-1900'. Artigo apresentado no X Seminário sobre a Economia Mineira. p. 7. <<http://www.cedeplar.ufmg.br/diamantina2002/textos/D12.PDF>>.
- Souza, Laura de Mello. (1986). *Os desclassificados do ouro*. 2 ed. Rio de Janeiro: GRAAL.
- Souza, Marco A. de. (2004). *A economia da caridade: estratégias assistenciais e filantrópicas em Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Ed. Newton Paiva.

- Souza, Samuel Fernando de. (2009). “*A questão social é, principalmente e antes de tudo, uma questão jurídica*”: o CNT e a judicialização das relações de trabalho no Brasil (1923–1932). *Cad. AEL*, v. 14, n.26.
- Tomaschewski, Cláudia. (2007). *Caridade e filantropia na distribuição da assistência: a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas – RS (1847–1922)*. PUC – RS. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Porto Alegre.
- Venâncio, Renato Pinto. (1988). *Infância sem destino: o abandono de crianças no Rio de Janeiro no século XVIII*. Mestrado em História. USP.
- (1999). *Famílias Abandonadas: Assistência à criança de camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador – séculos XVIII e XIX*. Campinas: Papyrus.
- (2000). ‘Família e abandono de crianças em uma comunidade camponesa de Minas Gerais, 1775–1875’. *Diálogos*, Maringá, v. 4, n.4, 2000..
- (org.) (2010). *Uma história social do abandono de crianças: de Portugal ao Brasil, séculos XVIII–XX*. São Paulo: Alameda/ Editora PUC Minas.

*Virna Lígia
Fernandes Braga
Universidade Federal
de Juiz de Fora
Brasil*



NOS MARES DAS TRADUÇÕES, NOS MARES DAS TRAIÇÕES:

Leminski, os diálogos com a cultura estrangeira
e questões de poética e identidade

Quais os limites da tradução? A questão é antiga, mas sua urgência ainda é presente. E, no caso específico desta reflexão particular, responde a um anseio igualmente particular. Não se trata, aqui, de um comentário a partir das mais diversas teorias da tradução, tampouco a partir de seus comentadores. A reflexão, tal qual ela se propõe, realiza-se como abordagem livre e abrangente (pensando abrangência como movimento globalizante) do ato de traduzir em sentido lato, bem como de suas implicações para a percepção da Literatura. Afinal, o ato de tradução é também um ato de leitura e, como tal, interfere diretamente no ato de escritura que, por sua vez, talvez não exista senão como interpretante desse ato de leitura (em especial em tempos como os atuais, com suas convergências das duas esferas). Por outro lado, considerada como *praxis*, a tradução, sobretudo a literária, pode ser considerada como ato de escritura, e, aqui, ela encontra seu caráter único. A tradução, primordialmente leitura, passa a crítica e, em seguida, a escritura. Contudo, ainda que teleologicamente comprometida com o 'original', ela mantém a tensão que faz do tradutor ao mesmo tempo leitor e crítico, criando um dinamismo frente ao fenômeno literário que abre o campo para a reflexão.

Aqui, as questões multiplicam-se e tocam, invariavelmente, a esfera do valor. O que faz uma 'boa' tradução? Costumeiramente, seja por uma equivalência terminológica, seja por uma tentativa de reproduzir o efeito do texto do qual ela parte, uma boa tradução é medida por sua fidelidade. E a razão mais forte para tanto talvez

Márcio Roberto do Prado
Universidade Estadual
de Maringá-UEM
Maringá, Paraná
Brasil

seja justamente o comprometimento teleológico já citado: a tradução deve nos conduzir à escritura original do autor. Mas como fazê-lo se ambas as ideias – ‘escritura’ e ‘autor’ – estão sujeitas a tantas controvérsias? Além disso a própria ideia de fidelidade pode ser problematizada. Entre o que é escrito e o efeito do que é escrito, como encontrar o equilíbrio e, mais importante, o todo resultante capaz de ir além da soma das partes? A expressão francesa ‘*belles infidèles*’ é um bom exemplo dessa problematização, uma vez que traz para o centro da discussão justamente esse ponto controverso da criação e da crítica artística que é a relação entre o poético e o estético. O efeito, prioritariamente, em sua idiosincrasia em função do leitor, está no âmbito do estético, isto é, do sensível. Todavia, aquilo que é escrito e o modo como é escrito, situam-se na esfera do poético. A ideia de ‘*belles infidèles*’, embora possa parecer, à primeira vista, um tanto quanto datada, ainda nos permite repensar essa relação. Ligando beleza (vocábulo positivo no contexto em questão) a infidelidade (negativo no mesmo contexto), a expressão relativiza a eficiência do efeito em função da fidelidade ao original que, de certa maneira, parece ser o fiel da balança. Contudo, como toda ideia crítica, a própria expressão é um campo problemático, uma vez que normalmente opõe a infidelidade terminológica a uma beleza capaz de reproduzir o sentido e/ou o efeito. Todavia, o sentido não está ligado à esfera do estético – e, portanto, do sensível – a menos que possamos recuperar sua memória linguística e pensar, com ousadia, um sentido de escritura idiosincrático e construído de modo original a cada ato de leitura. Em suma, o pensar a tradução nasce já como uma reflexão sobre limites e problemáticas, como os limites entre leitura e escritura, ou entre Estética e Poética, ou a problemática do valor, o que corresponde à própria literariedade (pensada, aqui, através de outro limite: o literal *versus* o literário). Assim, focar atos de tradução a partir de tal posicionamento reflexivo é não apenas interessante como também necessário.

Embora toda obra, sem exceção, apresente seus desafios particulares, algumas parecem carregar um espectro de impenetrabilidade que amplifica tais dificuldades de modo a exigir ainda mais de seus tradutores. Todavia, ao enfocarmos as opções dos tradutores de tais obras, bem como seus sucessos e seus

eventuais fracassos, entramos, conforme foi dito, em um terreno extremamente propício para reflexões sobre a própria natureza do fenômeno literário, seja por meio de seus autores, seja por meio de seus leitores. Assim, sendo leitura tornada escritura, a tradução, nos limites da própria ideia de autoria, pode lançar luzes preciosas sobre tais reflexões.

Tendo em vista tais considerações, não causa espanto que, em um momento especialmente importante da afirmação e da consciência crítica da literatura brasileira como foi o Movimento de Poesia Concreta, a tradução tenha ocupado um lugar de destaque. Praticada com desenvoltura pelos três iniciadores do movimento, Décio Pignatari, Augusto e Haroldo de Campos, a tradução possui espaço privilegiado em suas produções e, apenas para ficarmos com o caso de Haroldo, identifica-se com uma quase fãustica luta final do autor, debilitado pela doença, levando a cabo sua particularíssima tradução da *Iliada*. E, no desafio proposto pelos concretistas, encontrávamos justamente uma necessidade outra em termos tradutórios que transcendia a polarização simplista entre fidelidade e beleza: a necessidade de se traduzir a poética específica do autor que se deseja transcriar.

Tal proposta acaba por abrir espaço para uma expansão da ideia de tradução ou, ao menos, para uma expansão de seu *modus operandi* visando um diálogo cultural mais amplo e capaz de fazer presente, em uma cultura outra, um manancial artístico-cultural que, conforme pontificava Ezra Pound, poderia fazer parte de um pai-deuma eficiente e esclarecedor. Para tanto, seria interessante focar de modo um pouco mais detido o caso do escritor paranaense Paulo Leminski (1944–1989). A polimatia de seu talento o fez transitar, apenas no caso das traduções propriamente ditas, entre Petrônio e Jarry, entre Mishima e Joyce, mas também deixou um legado profundo em termos de um diálogo cultural capaz de traduzir para o contexto brasileiro culturas diversas.

É o que se pode perceber em seu 'romance-ideia' *Catatau* (1975), no qual um carnavalizado René Descartes é transportado para o Brasil durante as Invasões Holandesas. Logo no início do romance, lemos:

ergo sum, aliás, Ego sum Renatus Cartesius, cá perdido, aqui presente, neste labirinto de enganos deleitáveis, – vejo o mar, vejo a baía e vejo

Márcio Roberto do Prado
Universidade Estadual
de Maringá-UEM
Maringá, Paraná
Brasil

as naus. Vejo mais. Já lá vão anos III me destaquei de Europa e a gente civil, lá morituro. Isso de 'barbarus – non intellegor ulli' – dos exercícios de exílio de Ovídio é comigo. Do parque do príncipe, a lentes de luneta, CONTEMPLA A CONSIDERAR O CAIS, O MAR, AS NUUVENS, OS ENIGMAS E OS PRODÍGIOS DE BRASÍLIA. Desde verdes anos, via de regra, medito horizontal manhã cedo, só vindo à luz já sol meio-dia. (Leminski, 1975: 1)

A passagem, emblemática, dá uma ideia de como o jogo de tradução atinge o diálogo cultural: pensando nas publicações originais de Descartes, a língua que ecoa não é o francês, mas, antes, o latim, que entra na problematização identitária, aqui intensificada em uma *mise-en-abyme* de referências idiomáticas, ao apresentar a personagem como 'Renatus Cartesius'. Todavia, há algo mais sutil logo nas primeiras palavras do romance, e que ecoa outra referência. Ao iniciar seu romance com minúsculas, Leminski dialoga com o mais radical dos romances de James Joyce, *Finnegans Wake* (1939), em cujo início, que continua as palavras finais do texto, encontramos: 'riverrun, past Eve and Adam's, from swerve of shore to bend of bay, brings us by a *commodius vicus* of recirculation back to Howth Castle and Environs'¹ (Joyce, 1999: 3).

O diálogo, aqui, vai além de uma transposição ou uma referência capaz de aclimatar o Outro em nossa realidade. Temos uma nova perspectiva do diálogo de poéticas que, não tentando traduzir diretamente uma passagem joycena, nem tentando inseri-la na obra de chegada, desenraizando-a (como Pound faz com Homero em *The Cantos*), busca se apropriar de um mecanismo de uma poética particularizada produzindo, assim, um efeito ainda mais incisivo na inesperada caracterização do personagem René Descartes em termos de algo que poderia ser pensado como, ainda que se leve em conta a natureza ficcional da personagem, um processo de transubjetividade identitária.

Aqui entramos de modo mais direto em uma problematização que, se pode ser pensada em termos identitários, pode ser pensada em termos éticos. Essa dimensão ética centralmente

1 'riocorrente, depois de Eva e Adão, do desvio da praia à dobra da baía, devolve-nos por um *commodius vicus* de recirculação devolta a Howth Castle Ecercanias' (Campos, Campos, 1962: 15). Tradução de Augusto de Campos. In Campos, Augusto, Campos, Haroldo. *Panorama do Finnegans Wake* (São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1962).

colocada, também implica o compromisso ético da linguagem. E, aqui, vemos um indício dos possíveis limites da tradução, em suas mais variadas e amplas facetas, seja com relação à fidelidade, seja com relação à liberdade. A tradução não pode transgredir a ética do texto, da escritura. E, aqui, embora pareça às vezes desnecessário repeti-lo, vale lembrar que tal compromisso nada tem a ver com a moral do texto, com a aplicação fácil do ético na esfera do político. Tal compromisso faz referência, na verdade, ao *ethos* do texto, àquilo que faz dele aquilo que ele é. E, ao contrário do que pode parecer em uma visão superficial, a ênfase em apenas um aspecto como o uso de minúsculas não é um preciosismo sem razão de ser. No século XIX, Giovanni Morelli destacava já a importância do aparentemente 'insignificante' na arte para atestar a 'autenticidade' em um quadro e, não sem razão, essa atenção a detalhes mínimos será louvada, recuperada e desenvolvida por Freud posteriormente. Como na verificação da autenticidade de uma assinatura a forma da mesma é um dos detalhes menos relevantes, o que o texto oferece gratuitamente pouco significa para seu *ethos*, abrindo espaço, aqui, para a liberdade do tradutor, para seu papel como poeta, como criador.

Nesse sentido, podemos entender que a influência da Poesia Concreta na obra de Leminski, bem como sua produção tendo em vista essa poética, é um cenário rico e generoso para reflexões de identidade na própria arte literária. Assim, seria interessante retomar um dos pontos mais importantes dessa poética que se desdobra durante o decorrer do século XX e que tem suas raízes na passagem do século XVIII para o XIX, com o primeiro Romantismo alemão e, posteriormente, com autores como Poe e Baudelaire: a necessidade de concentração, de se expressar o máximo com o mínimo de recursos. Esse princípio pode ser encontrado em um autor de profunda influência como o já mencionado Ezra Pound. Mesmo o conceito poundiano de 'paideuma', essa ordenação eficiente que permite encontrar o essencial sem que se perca tempo com o que for desnecessário ou obsoleto, visa esse princípio. E, aqui, temos algo de muito interessante, pois Pound dialogou muito, em relação a isso, com o ensaio de Ernest Fenollosa, 'Os caracteres da escrita chinesa como instrumento para a poesia' (Fenollosa, 1977: 115-162). Pound sempre foi uma influência direta

Márcio Roberto do Prado
Universidade Estadual
de Maringá-UEM
Maringá, Paraná
Brasil

dos concretistas e, portanto, também de Leminski. Ao comentar a relação Pound-Fenollosa, afirma Haroldo de Campos:

Não seria inútil enfatizar, a esta altura, que um dos alvos primeiros do ensaio de Fenollosa é a tradução de poesia, entendida como operação re-criadora. Por aí começava o seu dissídio com os sinólogos: 'Talvez seja demais esperar que eruditos idosos, que passaram a mocidade a se digladiar com renitentes caracteres chineses, também sejam bem-sucedidos como poetas. Até os versos gregos poderiam ter sido mal recebidos se os que deles nos abastecem tivessem compulsoriamente de se contentar com os padrões provincianos da versificação inglesa. Os sinólogos deveriam lembrar-se de que o propósito da tradução poética é a poesia, e não as definições literais dos dicionários'. Nesse sentido é possível afirmar que Ezra Pound, legatário cultural de Fenollosa, foi também, enquanto tradutor-inventor de poesia chinesa, o seu mais fiel e providencial executor testamentário. (Campos, 1977: 31)

Um elemento que deve ser destacado na passagem é a dimensão de recriação inerente à atividade de tradução, que desembocará, no caso de Haroldo de Campos, na proposta de transcrição. Tal dinâmica leva adiante bases poderosas da lírica moderna, articulando uma visão ao mesmo tempo crítica e criativa e aceitando o desafio proposto há muito por alguém como Friedrich Schlegel que já pontificava no primeiro Romantismo alemão que 'poesia só pode ser criticada por poesia' (Schlegel, 1994: 91). Assim, ao mesmo tempo em que a atividade crítica não pode prescindir de uma dimensão de *poíesis*, qualquer ato criacional digno desse nome implica a reflexão crítica. Disso decorrem tendências quase programáticas no rumo da poesia ocidental e, no caso específico da lírica, retoma autores influentes, como Edgar Allan Poe que, via seu grande divulgador Charles Baudelaire, trouxe a questão da concentração, traduzida em termos de brevidade e concisão, ao seu nível mais direto. Segundo Poe (tratando da composição de seu célebre poema *The Raven* em ensaio igualmente célebre):

A consideração inicial foi a da extensão. Se alguma obra literária é longa demais para ser lida de uma assentada, devemos resignar-nos a dispensar o efeito imensamente importante que se deriva da unidade de impressão, pois, se se requerem duas assentadas, os negócios do mundo interferem e tudo o que se pareça com totalidade é imediatamente destruído. Mas, visto como, *ceteris paribus*, nenhum poeta pode permitir-se dispensar *qualquer coisa* que possa auxiliar seu intento, resta a ver se há, na extensão, qualquer vantagem que contrabalance a perda de unidade

(E)ventos

RIAS VOL. 9, SPRING-SUMMER Nº 1/2016

resultante. Digo logo que não há. O que denominamos um poema longo é, de fato, apenas a sucessão de alguns curtos; isto é, de breves efeitos poéticos. É desnecessário demonstrar que um poema só o é quando emociona, intensamente, elevando a alma; e todas as emoções intensas, por uma necessidade psíquica, são breves. Por essa razão, pelo menos metade do *Paraíso Perdido* é essencialmente prosa, pois uma sucessão de emoções poéticas se intercala, *inevitavelmente*, de depressões correspondentes; e o conjunto se vê privado, por sua extrema extensão, do vastamente importante elemento artístico, a totalidade, ou unidade de efeito. (Poe, 1987: 111-112)

Essa demanda por concentração é um dos elementos que justificam o profundo interesse que os concretistas e, depois, Paulo Leminski, tiveram pela literatura do oriente. Afinal, os ideogramas chineses destacados por Pound-Fenollosa, bem como as propostas de escritura de outros países, como o Japão, não correspondiam apenas à sedução do exótico e do diferente. Conforme aponta argutamente Haroldo de Campos ao tratar da questão do haikai:

Não me parece justificada a aura de melifluidade e exotismo gratuito que a visão ocidental procura, freqüentemente, emprestar ao *haikai*, desvitalizando-o em sua principal riqueza – a linguagem altamente concentrada e vigorosa – para apresentá-lo como um produto arrebicado daquilo que [Ezra Pound] denominou, no mesmo *ABC of Reading*, ‘rice powder poetry’, ou seja, ‘poesia-pó-de-arroz’. A inspeção do texto original de alguns *haikais* – mesmo para um simples amador do idioma japonês, como é o meu caso – oferece não apenas um desmentido aos colecionadores de bijuteria, como também revela, na sua estrutura gráfico-semântica, a existência de processos de compor e técnicas de expressão (congeniais, aliás, à linguagem nipônica, mas levados no *haikai* a um ápice de rendimento), que só encontram paralelo em pesquisas das mais avançadas da literatura ocidental contemporânea. (Campos, 1969: 55-56)

Evidentemente, as diferenças inerentes à escrita em língua portuguesa e a escrita ideogramática impediriam que efeitos idênticos fossem obtidos. Contudo, experiências com a concentração extrema nos poemas, que já se mostravam em propostas como a dos ‘poemas-pílula’ de Oswald de Andrade, encontraram em autores como os concretistas ou Leminski artistas ousados o bastante para explorar suas possibilidades. Pensando em seu momento histórico e nas questões decorrentes de tal diálogo, afirma Leminski:

Márcio Roberto do Prado
Universidade Estadual
de Maringá-UEM
Maringá, Paraná
Brasil

Contra a séria carece dos anos 60, a recuperação da poesia como pura alegria de existir, estar vivo e sobretudo ainda não ter feito 25 anos. Foi poesia feita por gente extremamente jovem, poesia de pivetes para pivetes, todos brincando de Homero. Sem essa dimensão, a poesia vira um departamento da semiologia, da linguística, ou uma dependência das ciências sociais. A poesia dos anos 70, inconsequente, irresponsável, desprezenciosa, recuperou a dimensão lúdica. [...] Nesse sentido, ela encontrou seus antecedentes e antepassados na tradição brasileira, na poesia de um Oswald de Andrade ou de um Manuel Bandeira, na do primeiro Murilo Mendes e no Drummond dos primórdios, poesia informe e informal, coloquial e piadística, crítica, autocrítica, zombeteira e moleque, exterior e imediata, avessa a todo 'mistério' e a toda 'profundidade': uma poesia contra a mistificação 'literária'. [...] Formalmente, foi poesia que privilegiou as formas breves, afins ao 'hai-kai' ou ao epigrama, à frase de 'out-door' ou ao título de anúncio. (Leminski, 1997: 59)

Apesar de reconhecer o inevitável esgotamento de tal proposta após seu uso exaustivo, Leminski mostrou-se um de seus mais inventivos utilizadores, inclusive ao articular, via Poesia Concreta, a concisão ao efeito imagético-expressivo da escrita ideogramática, em plena língua portuguesa:

eu
tão isósceles
você
ângulo
hipóteses
sobre meu tesão

teses
sínteses
antíteses
vê bem onde pises
pode ser meu coração
(Leminski, 2013: 75)

(E)ventos

RIAS VOL. 9, SRPING-SUMMER Nº 1/2016

Desse modo, influentes ditames de concentração e efeito são colocados em ação na busca por uma linguagem poética autônoma e autoconsciente. Mas diálogos como os apontados anteriormente não se restringem às questões formais da poética buscada, da poética encontrada e da poética ofertada. Ao propor tais diálogos, Leminski também paga tributo a um dos aspectos da lírica moderna que decorrem diretamente de sua tendência (auto)crítica: a possibilidade de trazer consigo e, com isso, traduzir, uma ou mais tradições culturais e artísticas. Apesar de uma visão

bastante comum da modernidade poética como uma ‘tradição da ruptura’ (Paz, 1984: 15–35), o ato crítico inerente ao ato criacional da lírica pós-romântica mais forte, assimila a tradição que lhe parece mais profícua. Em seu clássico livro sobre a lírica moderna, Hugo Friedrich lembrava:

De toda forma, a esta manifesta ruptura com a tradição se opõe uma sensibilidade a todas as literaturas e religiões, mas também a vontade de mergulhar no profundo do mundo psíquico do homem, onde Europa e Ásia, imagens primordiais mágicas e míticas, se tocam. Já se pôde observar esta disposição em Rimbaud, muito antes de C. G. Jung desenvolver sua influente psicologia do inconsciente coletivo e dos arquétipos. A lírica moderna está rica de versos plenos de ressonâncias, de um patrimônio universal poético, mítico e arcaico. (Friedrich, 1991: 167–168)

Assim, não deve causar espanto que a proposta da Poesia Concreta, bem como a de Leminski, passe por uma retomada de antigos mestres e pela busca de compreensão de suas lições e propostas. O que se dá por meio da tradução direta de suas obras mais instigantes, pelo exercício crítico direto sob a forma de ensaios, artigos e livros dedicados a esses ricos interlocutores, ou mesmo pela fusão das duas frentes, como a que encontramos no poema-ensaio-crítica *‘Information retrieval: a recuperação da informação’*, de Leminski. Logo de início, temos o desenvolvimento da relação novo *versus* tradição, bem como criação *versus* recuperação:

num aparente paradoxo
os criadores da poesia concreta
têm sido
no Brasil
um grupo extremamente preocupado
com o PASSADO
contrariando aparentemente
seu compromisso
com o NOVO
com a VANGUARDA
com o FUTURO

em traduções
ensaios de recuperação
re-avaliação
e repescagem

Márcio Roberto do Prado
Universidade Estadual
de Maringá-UEM
Maringá, Paraná
Brasil

os concretos ressuscitaram
revelaram
desvelaram autores
da importância de um sousândrade
de kilkerry
de um bashô
de um cummings

querem prova maior que a vanguarda informada
NÃO se incompatibiliza com o já-feito
ao contrário
tem melhores condições
de descobrir neles
o que têm de perene
de permanentemente NOVO?
A recuperação da informação
pode exercer o papel
de produção da informação nova
a re-descoberta de sousândrade
por exemplo
vale sozinha
pelo trabalho de toda uma escola literária

mas só se descobrem
coisas ocultas
por que coisas como a obra de sousândrade
(‘o guesa errante’, ‘o inferno de wall street’)
de kilkerry
permanecem ocultas?

por que o sistema literário oficial
as ignorou ou afastou?
Será que é porque elas se deram
de alguma forma

(E)ventos

RIAS VOL. 9, SRPING-SUMMER Nº 1/2016

AO LARGO DO SISTEMA?
A NOÇÃO DE PAIDEUMA:
O CORTE PARA ACHAR O FILÃO

o conceito de PAIDEUMA
(obrigado, ezra pound)
envolve a noção de uma tradição viva
de produção nova
os verdadeiros inventores
ao nível da linguagem
se reconhecem
ao longo dos séculos
pelo cheiro
como os tigres
(Leminski, 1997: 63–64)

Temos aqui os ecos de mestres estrangeiros como Bashô, Cummings, Pound ou mesmo Borges (seria exagero encontrá-lo nos ‘tigres’?). Mas essa busca pela ancestralidade do Outro encontra paralelo na busca pela ancestralidade do Eu, aqui representado por dois criadores brasileiros particularíssimos que, após longo período de esquecimento, são recuperados por Augusto e Haroldo de Campos: Sousândrade e Pedro Kilkerry. Desse modo, temos um processo de transubjetivação na construção da identidade poética que confunde com o fazer poético, em suas mais variadas frentes. Em outro momento do mesmo texto, continua Leminski:

assim
como sempre
é sempre o futuro
que faz o passado

criação
crítica
tradução (re-criação/recuperação)

esses os 3 terrenos
em que tem atuado
a poesia concreta
estes 20 anos para cá
uma façanha e tanto
num país pobre
(embora um país pobre
não tenha que necessariamente
ser pobre de ideias/
QUANTO MAIS ATRASADO UM POVO
MAIS TEM QUE CRIAR)
(Leminski, 1997: 65-66)

É importante notar aqui, no processo de construção identitária, dois importantes elementos: o primeiro é o de transcender uma certa dicotomia entre uma produção poética dita ‘engajada’ e outra, mais severa, que se pressupõe além das ‘questiúnculas’ de ordem política e social. Na verdade, no desafio lançado ao espelho, é impossível que se desconsidere elementos eventualmente negativos, como eventuais ‘atraso’ e ‘pobreza’ que possam ser vistos em seu próprio contexto (a autocrítica, aqui, não se limita ao território das musas). O segundo elemento é a percepção

*Márcio Roberto do Prado
Universidade Estadual
de Maringá-UEM
Maringá, Paraná
Brasil*

de que o processo se dá a partir de um tripé que une criação, crítica e tradução. Na verdade, esse último elemento ganha mais destaque no decorrer do texto:

TRADUZIR

(os campos e pignatari
e principalmente haroldo de campos)
é criar
(as reflexões de haroldo de campos sobre
a tradução
são as mais profundas
amplas
e sólidas
que podemos desejar)
criar
uma co-realidade de um original
que como disse haroldo de campos
passa a ser a tradução de sua tradução

TRADUÇÃO

a forma mais espetacular
de recuperação da informação
signo de signo
mensagem de mensagem
linguagem
de linguagem

TRADUÇÃO

aproximações (contemporâneas)
a um possível (passado)
(Leminski, 1997: 67)

A visão do ato tradutório como um meio de aproximar o hoje de um ontem possível, através da 'forma mais espetacular' de recuperação informacional, dá uma ideia de como o ato em si é pleno de importância na própria visão de Leminski, reverberando o que se nota em termos de lírica moderna (ou mesmo de toda literatura moderna, pode-se dizer). Os tributos são pagos, seja em função dos antepassados distantes, como um Bashô ou um Pound, seja em função de ancestrais mais diretos e familiares, como um Sôndrade ou um Haroldo de Campos. E, assim, Leminski se alinha na mais vivificante tradição da lírica moderna, sendo, ele mesmo, um exemplo cabal desse artista que condensa em si o crítico e o poético, de modo que sua definição ética se dá por meio dessa palavra forjada no âmago de um diálogo com o outro e com a invenção

(E)ventos

RIAS VOL. 9, SRPING-SUMMER Nº 1/2016

de si. Não que semelhante situação implique em pobreza pessoal ou falta de discurso próprio, ameaçado pelo próprio ato de silenciar. Afinal, essa palavra poética não teme sequer seu próprio silêncio, uma vez que até mesmo em situações nas quais o silêncio pudesse ser uma imperiosidade (como impossibilidade de se dizer algo após a barbárie de Auschwitz) a Arte encontra um caminho e, nele, encontra justificativa:

Mais ce qu'on ne voit pas, alors, c'est que l'innommable est précisément la chance du langage comme dire, c'est-à-dire comme éthique. L'innommable, et ce n'est pas un paradoxe, est l'exacte condition du dicible, de l'infiniment dicible. C'est quand il n'y a pas de nom, qu'il y a du dire. C'est quand le langage ne s'épuise pas dans l'impossible nomination de l'être, qu'il a devant lui l'infini empirique du dire. C'est dans l'échec même du nom, du nom comme échec fondamental, que se tient le poème. (Dessons, 2004, p. 11)²

Assim como o poema nasce da impossibilidade do dizer e, assim, continua sua vocação para o inefável, o Eu pode nascer do Outro e, assim, dar vazão a sua natureza dialógica e a suas possibilidades de transformação, sua identidade de devir, NO devir. Que isso possa ser encontrado em um autor como Paulo Leminski, nos precursores da Poesia Concreta, no titânico Pound e mesmo em antecessores que remontem ao primeiro Romantismo alemão, passando por Baudelaire e Poe, não é algo que deva causar surpresa. A rautos da literatura, esses artistas, ao contrário de seus homens empíricos, consubstanciam-se com suas obras, de modo que suas poéticas fazem surgir suas propostas e seus anseios, sua historicidade e sua identidade. Que essa identidade, que a identidade desse poeta moderno, possa ser encontrada no lugar-outro e mesmo no tempo-outro, não afeta em nada sua afirmação ética. Afinal, como luminosamente percebeu Joyce, através de seu alter ego Stephen Dedalus, na famosa cena da biblioteca em *Ulysses* (1922):

2 'Mas o que não vemos, então, é que o inominável é precisamente a possibilidade da linguagem como ato de dizer, ou seja, como ética. O inominável, e isso não é um paradoxo, é a condição exata do dizível, o infinitamente dizível. É quando não há nenhum nome que se tem o que dizer. É quando a linguagem não se esgota na nomeação impossível do ser, que ela tem diante de si o infinito empírico do dizer. É na própria falha do nome, do nome como falha fundamental, que se tem o poema.' Tradução 'de serviço' de nossa autoria.

Márcio Roberto do Prado
Universidade Estadual
de Maringá-UEM
Maringá, Paraná
Brasil

(E)ventos

RIAS VOL. 9, SRPING-SUMMER Nº 1/2016

‘Cada vida são muitos dias, dia após dia. Caminhamos através de nós mesmos, encontrando ladrões, fantasmas, gigantes, velhos, jovens, esposas, viúvas, irmãos do amor. Mas sempre encontrando-nos a nós mesmos’ (Joyce, 1998: 278-279). E, na tradução desse Outro, encontramos a tradução do EU. Encontramos a tradução do mais profundo sentido do humano.

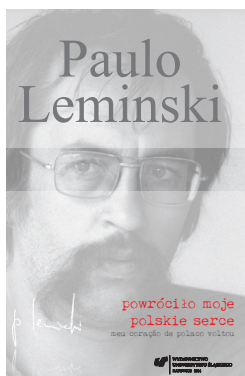
REFERÊNCIAS

- Campos, Augusto, Campos, Haroldo. (1962). *Panorama do Finnegans Wake*. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura.
- Campos, Haroldo. (1969). *A arte no horizonte do provável*. São Paulo: Perspectiva. (Debates, 16)
- (1977). 'Ideograma, anagrama, diagrama: uma leitura de Fenollosa'. In Campos, Haroldo (Org.). *Ideograma: lógica, poesia, linguagem*. São Paulo: Cultrix; Edusp.
- Dessons, Gérard. (2004). *L'art et la manière. Art, littérature, langage*. Paris: Campion.
- Fenollosa, Ernest. (1977). 'Os caracteres da escrita chinesa como instrumento para a poesia'. In Campos, Haroldo (Org.). *Ideograma: lógica, poesia, linguagem*. São Paulo: Cultrix; Edusp. pp. 115-162.
- Friedrich, Hugo. (1991). *Estrutura da lírica moderna*. São Paulo: Duas Cidades.
- Joyce, James. (1999). *Finnegans Wake*. New York: Penguin Books.
- (1998). *Ulisses*. Tradução Antônio Houaiss. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Leminski, Paulo. (1975). *Catatu*. Curitiba: Grafipar.
- (1977). *Ensaios e anseios crípticos*. Curitiba: Polo Editorial do Paraná.
- (2013). *Toda poesia*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Paz, Octavio. (1984). *Os filhos do barro: do Romantismo à vanguarda*. Trad. Olga Savary. Rio de Janeiro: Nova Fronteira (Logos).
- Poe, Edgar Allan. (1987). *Poemas e ensaios*. Rio de Janeiro: Globo.
- Schlegel, Friedrich. (1994). *Conversa sobre a poesia e outros fragmentos*. Tradução de Victor-Pierre Stirnimann. São Paulo: Iluminuras (Biblioteca Pólen).

Márcio Roberto do Prado
 Universidade Estadual
 de Maringá-UEM
 Maringá, Paraná
 Brasil



NOTAS SOBRE LIVROS NOTES ON BOOKS



Paulo Leminski, *Powróciło moje polskie serce* / *Meu coração de polaco voltou*, Katowice: Editora da Universidade da Silésia, 2014.

(E)ventos
RIAS vol. 9,
Spring-Summer,
Nº 1/2016

Publicada com a chancela da Editora da Universidade da Silésia e da Casa da Cultura Polônia Brasil, a edição bilíngue *Powróciło moje polskie serce* / *Meu coração de polaco voltou* é uma coleção de poesias do poeta curitibano Paulo Leminski. A seleção contém as versões originais em português e traduções polonesas de poemas em que Leminski homenageia a Polônia, a terra de suas origens. O volume inclui também recordações de Piotr Kilanowski, cujas traduções aparecem no livro, e de Henryk Siewierski, um dos muitos tradutores da poesia de Leminski.

STANISŁAW BARAŃCZAK



Stanisław Barańczak, *Nawet język umie układać się w ustach* / *Even the Tongue Knows How to Curl in Your Mouth*, Katowice: Gnome, 2014.

Stanisław Barańczak foi professor da Universidade Harvard, crítico literário e poeta, mas, além dessas atividades, foi um tradutor prolífico de poesias inglesa, americana e polonesa. A coleção *Nawet język umie*

układać się w ustach (Até mesmo a língua sabe se formar em boca) contém poesias polonesas do período comunista da história da Polônia, traduzidas por Stanisław Barańczak e Claire Cavanagh para o inglês, como ilustração do bem conhecido aforismo de Barańczak 'Não há poemas intraduzíveis; só há tradutores preguiçosos'. ('Nie ma wierszy nieprzekładalnych; są tylko leniwi tłumacze'). A coleção é fruto de colaboração entre a Escola da Língua e Cultura Polonesas da Universidade da Silésia e a Northwestern University Press e foi publicada em 2015, no 20. aniversário do doutorado honoris causa conferido a Barańczak pela Universidade da Silésia.
 [Konrad Szcześniak, University of Silesia in Katowice, Poland]



Helena Bonito Pereira (Organizadora), *Novas leituras da ficção brasileira do século XXI*, São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2011

'Em *Novas leituras da ficção brasileira no século XXI*, reúnem-se textos críticos sobre produções contemporâneas de uma seleção de escritores brasileiros que receberam indicações ou premiações em importantes concursos literários no Brasil e no exterior, como é o caso do Prêmio Jabuti e do Prêmio Portugal Telecom, para citar dois deles.

As leituras críticas desenvolvidas nesta obra dirigem-se não somente aos estudiosos da literatura, mas também a todos os leitores interessados em compreender o contraditório mundo em que vivemos. Todos os ensaios apresentam uma mesma perspectiva – a de que a ficção literária, verdadeira interpretação metafórica da vida, existe para reinventar o mundo. Ao projetar realidades imaginárias, a narrativa ficcional suscita incontáveis reflexões, como as que se encontram neste livro. Dessa forma, pretendemos que os interessados pela reflexão acerca das inquietações de nosso tempo encontrem nesta obra um ponto de ancoragem'.

[Publicado na contra-capa do livro]

(E)ventos

RIAS VOL. 9, SRPING-SUMMER Nº 1/2016



RESUMOS / ABSTRACTS

ALICE ÁUREA PENTEADO MARTHA

**Mistérios da Água:
O Remorso Em Guimarães Rosa E Autran Dourado**

Em 'A terceira margem do rio' (*Primeiras estórias*, 1962), de Guimarães Rosa, e em *O risco do bordado* (1970), especialmente no episódio 'Assunto de família', de Autran Dourado, é possível apontar a presença de um fio condutor das narrativas, o sentimento de remorso experimentado pelas personagens. Neste trabalho, procuramos levantar relações intertextuais na produção dos dois grandes escritores mineiros, observando como cada um inseriu em seus textos os mistérios da água, fonte de vida e tensão para o ser humano, palco para dramáticas relações entre pai e filho.

Palavras-chave: Guimarães Rosa; Autran Dourado; 'A terceira margem do rio'; 'Assunto de família'; intertextualidade.

**Mysteries of the Water:
Guimarães Rosa and Autran Dourado—
Remorse According to an Intertextual Approach**

The characters' experience of remorse underlies, as a leitmotif, the narratives in Guimarães Rosa's 'The Third Bank of the River', (*First Stories*, 1962) and Autran Dourado's episode called 'A Family Affair' (1970). The analysis offered in this article focuses upon intertextuality in the literary output of the writers of Minas Gerais. More specifically, the author studies the manner in which each of the writers incorporates in their texts the tropes of manifestation—and expiation—of blame against the backdrop of a river. The river, the space of ambivalence, the master of life and death, carries out its creative and destructive functions within the relationships among the characters of each narrative.

Keywords: Guimarães Rosa; Autran Dourado; 'A terceira margem do rio' ['The Third Bank of the River']; 'Assunto de família' ['A Family Affair']; intertextuality.

(E)ventos,
RIAS vol. 9,
Spring–Summer,
Nº 1/2016

ELIZABETE SANCHES ROCHA

Visões De Além-Mar: A compreensão das identidades culturais latino-americana e brasileira pela literatura e pelo teatro

Para compreender o processo de formação da identidade latino-americana (pós-colombiana), fruto de um violento contato com o Outro europeu, é preciso recorrer às origens mitológicas – muitas delas vinculadas ao misterioso e encantador oceano – que sustentaram grande parte do imaginário daqueles que se aventuraram a enfrentar os desafios marítimos, a fim de conquistar novas terras e seus tesouros. A literatura suscita importantes reflexões acerca da identidade latino-americana, bem como revela os discursos de subalternidade construídos ao longo dos séculos e que permanecem atualmente nas desiguais relações entre os países do Norte e os do Sul. A peça teatral *Calabar*, de Chico Buarque e Ruy Guerra, é um exemplo de um empreendimento estético capaz de fotografar um Brasil sob o domínio de novos conquistadores – os ditadores do Regime Civil-Militar de 1964 no Brasil e o domínio cultural e político estadunidense sobre a América Latina. O fato é que a obra revela permanências históricas capazes de remontar às origens coloniais de um determinado paradigma de exploração e de comportamento político-cultural. Pretende-se abordar a contribuição dada pela ficção literária no processo de reflexão sobre o enfrentamento entre este Eu e este Outro, tendo o oceano como caminho de encontros e de desencontros culturais.

Palavras-chave: Oceano; identidade cultural; o Outro; Latino América

Overseas Visions: Understanding Latin American and Brazilian Cultural Identities Through Literature and Theater

In order to fully understand the complexity of the paths of Latin American (post-Columbian) identity formation—a process born out of the first violent encounter with the European Other—it is indispensable to resort to mythologized narratives of origin, most of which are linked to the mysterious, enchanting sea. Such myths have always been the source of inspiration: they would feed the imaginations of those who, well aware of the hazards, would still choose to face the challenge of the sea in order to conquer new lands in search of new treasures. Literature evokes an important reflection about the Latin American identity. Among others, it reveals the importance—and persistence—of the discourse of the ‘subaltern’. Fostered throughout centuries, the ‘subaltern’s’ perseverance manifests itself even today in the unequal relations between the countries of the North and those of the South. *Calabar*, a drama by Chico Buarque and Ruy Guerra’s, is an example of an aesthetic enterprise to photograph Brazil through the lense of the new conquests: the dictatorship of the Civil-Military Regime of 1964 in Brazil and of the cultural and political dominance of the US over Latin America. The text of the play reveals historical entanglements dating back to the colonial origins of the dominant paradigm of exploitation and thereto related political and cultural scripts. This article attempts to examine the contribution of literary fiction to the process of reflection over the confrontation between the Self

(E)ventos

RIAS VOL. 9, SPRING-SUMMER Nº 1/2016

and the Other with the ocean as the in-between-space of cultural encounters and dis-counters.

Keywords: Sea; cultural identity; the Other; Latin American

PICARDO PORTELLA DE AGUIAR

Peregrinações Transcibernéticas

O modelo de comunicação adotado nos dias de hoje difere radicalmente do praticado nos séculos passados. Atualmente, a necessidade de interação social tem sido suprida pelo uso e abuso de um espaço disponível a todos que conseguem uma forma de acessar um computador ligado à Grande Rede. Este espaço é composto por inúmeros Territórios Virtuais – *Ciberterritórios* – povoados por diversas Comunidades igualmente Virtuais dispersas geograficamente, mas interligadas por um poderoso sistema de comunicações, formando o Mundo Virtual. Nesse mundo – viabilizado pela Tecnologia da Informação, pelas redes de telecomunicações e pelos computadores – são praticadas inúmeras formas de linguagem, nos mais bizarros agrupamentos de pessoas sem identificação ou localização precisa, tendo como pano de fundo uma nova forma de escrita inaugurada na era da cibernética – o Texto Digital. Esse Mundo Virtual – emaranhado binário construído sobre artefatos cibernéticos – abriga boa parte do conhecimento e é objeto de desejo do homem contemporâneo: um espaço fruto da imaginação humana, tornado possível através da rigidez de protocolos e da flexibilidade das linguagens da máquina. Um labirinto no qual o tesouro é a entrada para outros incontáveis labirintos. Às peregrinações transatlânticas e transpácificas se juntou a peregrinação virtual. Através dos infinitos oceanos voamos e nos perdemos; vagamos desorientados pelos caminhos vertiginosos mantidos pela Linguagem e pela Tecnologia. Diante de cada um dos territórios possíveis na vastidão do Mundo Virtual, perplexos e indecisos por tantas escolhas possíveis, nos fazemos passivos diante da imensidão dos oceanos binários. Esta comunicação é sobre a peregrinação por territórios onde não há limites e não se reconhece o sujeito, porque tudo, lá, é metamorfose.

Palavras-chave: Internet; Virtual; Cibercultura

Transcybernetic Pilgrimages

The communicational model adopted today is radically different from that practiced in the past centuries. The essential human need for social interaction has been transformed by the use and abuse of the space available to all those who have access to a computer linked to the 'Big Net'. This space, composed of many Virtual Territories, or *Cyberterritories*, has been called into existence by diverse, and equally virtual, Communities. Geographically disperse, but interlinked within a powerful system of communications, they all make up the Virtual World. In this world—owing to the development of Information Technology that gave birth to telecommunication networks that connect countless individual devices—multiple forms of language develop among the most astounding groupings of people, often without precise identification or precise

location, against the backdrop of a new form of writing inaugurated at the onset of the Cybernetic Era—the Digital Text. The Virtual World—a binary tangle built on cyber artifacts—is home to much knowledge and, at the same time, an object of desire of modern man: simultaneously a figment of human imagination and a space made possible by both the rigidity of protocols and the flexibility of machine languages. A maze hiding a treasure which, in itself, is a portal leading us into other, countless, labyrinths. With the birth of the Virtual World, the familiar, albeit uncanny, experiences of the trans-Atlantic and trans-Pacific peregrinations have become complemented by the experience of the virtual peregrination. We sail the infinite seas—and therein we become lost; bewildered wanderers, we follow vertiginous trails of Language and Technology. Enchroaching upon each of these possible territories within the vast space of the Virtual World, hesitant, perplexed by the plethora of possible choices, we become passive in the face of the immensity of the binary seas. This article addresses the issue of the peregrinations in the boundless territories recognizing no limitations and no subjectivity: territories in which everything that exists—is a metamorphosis.

Keywords: the Internet; Virtual Space; cyberculture

VIRNA LIGIA FERNANDES BRAGA

O Estado de Minas Gerais e a Pobreza (1898–1920)

O artigo analisa as propostas de assistência à pobreza, de âmbito público e privado em Minas Gerais, entre os anos de 1898 e 1920. O recorte temporal abarca uma série documental produzida pela Secretaria do Interior do estado de Minas Gerais – Brasil, e que apresenta valiosas informações sobre a assistência pública desde o pós-abolição até os anos iniciais do século XX. De forma mais específica, trata das alternativas encontradas pelo Estado e sociedade para enfrentar os problemas advindos da chamada ‘questão social’ em Minas Gerais, com ênfase nas políticas sociais do governo. As fontes utilizadas são os Relatórios dos Presidentes da Província de Minas Gerais e, principalmente, o fundo documental da Secretaria do Interior, que se encontra no Arquivo Público Mineiro – APM em Belo Horizonte, MG. Neste fundo documental, série 10 ‘Saúde e Assistência Pública’, foram selecionadas requisições referentes às subvenções concedidas a hospitais, hospícios, casa de caridade, bem como seus relatórios de manutenção. Na maioria das santas casas funcionavam asilos, orfanatos, hospitais, que pediam o auxílio, mediante apresentação do número de enfermos, asilados, órfãos, o que permite traçar o perfil da assistência pública e privada em Minas Gerais.

Palavras-chave: Pobreza; Minas Gerais; documentação

The State of Minas Gerais and Poverty (1898–1920)

This article raises the question of the assistance to the poor delivered both in public and in private contexts in Minas Gerais, during the years 1898–1920. The phenomena of this period have been addressed by the authors of a documentary series produced by the Secretary of the Interior of the State of Minas Gerais, who present valuable informa-

(E)ventos

RIAS VOL. 9, SPRING-SUMMER Nº 1/2016

tion about the public assistance from the proclamation of abolition until the first decades of the 20th century. More specifically, the series deals with the alternatives the state and society sought and found to tackle the problems arising from the so-called 'social question' in Minas Gerais, and it places an emphasis on social policies implemented by the government. The sources upon which the documentary is based are the official Reports of the Presidents of the Province of Minas Gerais, and especially the repository of the Secretary of the Interior, held in the Minas Public Archives - APM in Belo Horizonte, MG. In series 10 of the documentary, titled 'Health and Public Assistance', one finds information related to subventions granted to hospitals, asylums and charity shelters, as well as data concerning their maintenance reports. Most church-based organizations running nursing homes, orphanages and hospitals, would be granted assistance upon presentation of the number of the sick, asylees, or orphans in their care. Such data allows one to trace and reconstruct the profile of public and private assistance in Minas Gerais.

Keywords: Poverty; Minas Gerais; documentary series

MÁRCIO ROBERTO DO PRADO

Nos Mares Das Traduções, Nos Mares Das Traições: Leminski, os diálogos com a cultura estrangeira e questões de poética e identidade

Quando pensamos em Paulo Leminski (1944–1989), um dos aspectos que se destacam é sua relação com línguas e culturas estrangeiras, seja por meio de traduções especificamente concebidas e praticadas no âmbito literário, seja por conta de um diálogo cultural mais amplo que determinou rumos e possibilidades em sua produção artística e que contribuiu para o estabelecimento de uma persona literária que se confundia perigosa e provocativamente com o homem empírico. Deste modo, o presente artigo pretende, por meio de uma visão panorâmica de algumas de suas obras e de seu diálogo com a Poesia Concreta brasileira, tecer algumas considerações a respeito das propostas e das consequências desse projeto de Leminski, percebido ao longo de sua carreira. Ao fim, o que se verá é a (re)afirmação de uma obra viva que, por meio de traduções e traições de e para o Outro, ajuda-nos a compreender a natureza e a herança da literatura brasileira na segunda metade do século XX (especialmente no caso da lírica), com consequências e lições que continuam válidas para os dias de hoje.

Palavras-chave: Leminski; poesia concreta; tradução; cultura brasileira.

In the seas of translations, in the seas of betrayals: Leminski, the dialogues with a foreign culture and questions about poetics and identity

When we think of Paulo Leminski (1944–1989) and of his artistic 'signature', it is his peculiar relation with the foreign languages and cultures that comes to the fore as one of the most important aspects of his work: an aspect determining his uniqueness. It manifests itself in his originally

conceived translations and in his literary work in general—and, arguably, is traceable back to the wide cultural dialogue, to which Leminski was profoundly committed. His participation in that dialogue would both determine the directions of his development and open new possibilities affecting his artistic production, thus contributing to the establishment of his literary persona that would often, dangerously and provocatively, be confused with his empirical self. This paper aims to offer a panoramic view of some of Leminski's works in the context of his dialogue with Brazilian Concrete Poetry in order to shed some light upon his lifelong project in terms of his intellectual propositions and their consequences, or, less specifically, his expressive experiences collected throughout his career. In conclusion, the argument underlying this article leads to the (re)affirmation of Leminski's living art, that, through translations/betrayals *of* the Other and *for* the Other, grants one an insight into the nature of Brazilian literature (and especially Brazilian lyrical poetry) of the first half of the 20th century. Leminski's work provides his reader with an ideal point of departure to understand the cultural legacy of Brazil, whose turbulent history offers lessons that never lose validity.

Keywords: Concrete poetry; translation; Brazilian culture, Paulo Leminski



NOTAS BIOGRÁFICAS NOTES ON CONTRIBUTORS

ALICE ÁUREA PENTEADO MARTHA

Universidade Estadual de Maringá/Brasil

Alice Áurea Penteado Martha possui graduação em Letras pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Penápolis (1969), mestrado em Letras pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1988), doutorado em Letras Assis pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1995) e pós-doutorado pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Com o cargo de Professor(a) Associado(a) da Universidade Estadual de Maringá, tem experiência na área de Letras, com ênfase em Literatura Brasileira, atuando principalmente nos seguintes temas: sociologia e história da leitura; literatura infantil e juvenil: história, crítica e ensino; literatura brasileira: história e crítica. É votante, desde 2005, da Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil – FNLIJ, Coordenadora do Centro de Estudos de Literatura, leitura e escrita: história e ensino – CELLE, certificado pelo CNPq/UEM; participa do Grupo de Pesquisa Leitura e Literatura na Escola, que congrega professores de diversas universidades do país e coordenou, de 2012 a 2014, o Grupo de Trabalho ‘Leitura e Literatura Infantil e Juvenil’, da Associação Nacional de Pós-Graduação em Letras e Linguística (ANPOLL).

(<http://lattes.cnpq.br/6609188672656392>)

Alice Áurea Penteado Martha holds a BA in Literature granted by the Faculty of Philosophy, Science and Literature of Penápolis (1969), MA in Literature (1968) and a PhD in Literature by the Universidade Estadual Paulista ‘Júlio de Mesquita Filho’–UNESP (1995), and a post-doctoral degree granted by the Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). She is an Associate Professor of the Maringá State University [Universidade Estadual de Maringá–UEM]. In her work, Alice Áurea Penteado Martha concentrates upon Brazilian literature and realizes projects related to the following topics: Sociology and History of Reading; Literature for Children and Young Adults: History, Criticism and Education; Brazilian Literature: Criticism and Teaching. She serves as a member of the board of the National Foundation of Literature for Children and Young Adult

(E)ventos
RIAS vol. 9,
Spring–Summer,
Nº 1/2016

(FNLJ), and as Coordinator of the Literature Studies, Reading and Writing Centre [Centro de Estudos de Literatura, leitura e escrita: história e ensino - CELLE], certified by CNPq/UEM. She also is a member of the Reading and Literature at School Research Group, that brings together professors representing a number of Brazilian universities. Between 2010 and 2014, Alice Áurea Penteado Martha coordinated the work group 'Reading and Literature for Children and Young Adults' at the National Association of Postgraduates in Linguistics and Letters (ANPOLL).

ELIZABETE SANCHES ROCHA

Universidade Estadual Paulista UNESP, Brasil

A Prof^a Dr^a Elizabete Sanches Rocha possui graduação em Letras pela Universidade de Franca (1991), mestrado (1998) e doutorado (2003) em Estudos Literários pela Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista «Júlio de Mesquita Filho»-UNESP, campus de Araraquara, e pós-doutorado em História das Relações Internacionais pela Universidade de Brasília (2008/2009). Foi professora e pesquisadora da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da UNESP de Bauru. É professora efetiva da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da UNESP de Franca, ministrando disciplinas para o curso de Relações Internacionais. É líder do Grupo de Estudos e de Pesquisa UNESP/CNPq *Núcleo de Estudos Linguísticos e Culturais*. Está credenciada no Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários da FCL-UNESP-Araraquara, onde oferece a disciplina *Estéticas teatrais: literatura dramática e poder* e orienta pós-graduandos.

Professor Elizabete Sanches Rocha holds a BA in Literature granted by the Universidade de Franca (1991), MA (1998) and a PhD (2003) in Literary Studies by the Faculty of Science and Literature of the Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP, campus de Araraquara), as well as a post-doctoral degree in the History of International Affairs granted by the Universidade de Brasília (2008/2009). Formely a professor and researcher at the Architecture, Arts and Communication Faculty at Bauru's UNESP, Elizabete Sanches Rocha is now professor of the Human Sciences and Social Studies of the UNESP de Franca, where she teachers courses in International Affairs. She is a Study and Research Group Leader UNESP/CNPq of the Núcleo de Estudos Linguísticos e Culturais and teaches courses in 'Theater Esthetics: Dramatic Literature and Power', serving, at the same time, as an advisor to post-doctoral students.

RICARDO PORTELLA DE AGUIAR

Universidade Federal Fluminense, UFF

Doutor em Letras - Universidade Federal Fluminense (Conceito CAPES: 5). Mestre em Informática - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (Conceito CAPES: 7), Graduado em Engenharia Elétrica - Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (1982) e em Psicologia (2005). Professor concursado do Instituto Superior de Tecnologia em Ciências da Computação do Rio de Janeiro (IST-RIO / FAETEC). Editor e Membro do Conselho Editorial das revistas (QUALIS B - CAPES):

Edu.tec - Revista científica digital da FAETEC (ISSN 1984-2007); *Artefactum - Estudos de linguagem e tecnologia* (ISSN 1984-3852); *Revista da Associação Brasileira de Tecnologia Educacional - ABT* (ISSN 0102-5503). Faz parte dos grupos de pesquisa: 'Estéticas de Fim-de-Século' (UFRJ/CNPQ), 'Literatura e Outras Artes' (UFF/CNPQ), 'Diálogos Inter- e Transdisciplinares da Arte e Suas Diferentes Linguagens' (FAETEC/ISERJ) e 'O Passado no Presente: Releituras da Modernidade' (UFF/CNPQ).

Ricardo Portella de Aguiar holds a PhD in Literature, granted by the Universidade Federal Fluminense (Conceito CAPES: 5), as well as a Master's degree in IT by the Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (Conceito CAPES: 7). He also holds a degree in Electric Engineering from the Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (1982) and a BA in Psychology (2005). Ricardo Portella de Aguiar is a professor at the Instituto Superior de Tecnologia em Ciências da Computação do Rio de Janeiro (IST-RIO / FAETEC). Editor and Member of the Editorial Council of the magazines: *QUALIS B - CAPES; Edu.tec - Revista científica digital da FAETEC* (ISSN 1984-2007); *Artefactum - Estudos de linguagem e tecnologia* (ISSN 1984-3852); *Revista da Associação Brasileira de Tecnologia Educacional - ABT* (ISSN 0102-5503). He is an active member of the following research groups: 'Estéticas de Fim-de-Século' (UFRJ/CNPQ), 'Literatura e Outras Artes' (UFF/CNPQ), 'Diálogos Inter- e Transdisciplinares da Arte e Suas Diferentes Linguagens' (FAETEC/ISERJ) e 'O Passado no Presente: Releituras da Modernidade' (UFF/CNPQ).

VIRNA LIGIA FERNANDES BRAGA

Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil

Virna Ligia Fernandes Braga possui bacharelado e mestrado em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF - e doutorado em História pela mesma instituição. Possui experiência na área de História e Políticas Sociais, com ênfase no período republicano brasileiro. Sua pesquisa foca nos seguintes temas: sindicatos, trabalhadores, saúde e pobreza. Além disso, ela trabalha como professora da educação básica e superior.

Virna Ligia Fernandes Braga holds the BA and MA degrees in History from the Universidade Federal de Juiz de Fora-UFJF and a PhD in History from the Universidade Federal de Juiz de Fora UFJF. She specializes in the area of History and Social Policy, with emphasis on the period Republic of Brazil. Her research focuses on the following subject areas: unions, workers, health and poverty. She works as a teacher in elementary and higher education.

MÁRCIO ROBERTO DO PRADO

Universidade Estadual de Maringá-UEM, Maringá, Paraná, Brasil

Márcio Roberto do Prado possui doutorado em Estudos Literários pela Universidade Estadual Paulista «Júlio de Mesquita Filho»-UNESP, campus de Araraquara, e graduação em Letras, com Licenciatura e Bacharelado em Português e Francês (2002) e Bacharelado em Italiano (2004) pela

mesma instituição. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Filosofia da Literatura, atuando principalmente nos seguintes temas: gênio, diabo, teoria e crítica. Recentemente, vem desenvolvendo pesquisas no âmbito do ciberespaço e da cibercultura, enfocando sobretudo a possibilidade de um poética do ciberespaço. É Professor Adjunto do Departamento de Teorias Linguísticas e Literárias da Universidade Estadual de Maringá–UEM e professor do Programa de Pós-Graduação em Letras da mesma instituição

Márcio Roberto do Prado holds a PhD in Literary Studies granted by the Universidade Estadual Paulista «Julio de Mesquita Filho»–UNESP and the BA degree in Portuguese, French and Italian Literatures. Apart from literary studies, his research interests also include philosophy, literary criticism and literary theory. Currently, his research focuses upon cyberspace, cyberculture and upon the exploration of the possibility of a cyberpoetics. Márcio Roberto do Prado teaches at the Maringá State University [Universidade Estadual de Maringá – UEM].



RIAS EDITORIAL POLICY AND RIAS STYLE

RIAS EDITORIAL POLICY

- *RIAS* is an electronic, print-on-demand, open-access, peer-reviewed journal.
- *RIAS* appears twice a year, in Spring/Summer and Fall/Winter. Copy deadlines for unsolicited submissions are, mid-November, and mid-February respectively. While calls for papers are not always disseminated for upcoming issues, when made, such calls will be announced at least 9 months prior to the scheduled publication date for each issue.
- *RIAS* welcomes submissions from all disciplines and approaches and from all parts of the world, provided that they pertain to the study of 'America' in the broadest implications of that term.
- Please, send your submissions via our OJS system at rias-journal.org. Please, log in as 'Author' and follow the instructions provided by the system.
- *RIAS* seeks articles (up to 5,000 words) of general interest to the international American Studies community. If you have a proposal for an article, please contact the editor-in-chief with a brief synopsis (200 words). Suggestions for special issues, position papers, or similar initiatives should also be addressed to the editor-in-chief.
- Every submission should be accompanied by the author's name, institutional affiliation, and brief author bio, in addition to an abstract of up to 200 words and an attachment bibliography.

(E)ventos
RIAS vol. 9,
Spring–Summer,
Nº 1/2016

- In principle, we accept contributions in all 'American' languages (i.e., English, French, Spanish, Portuguese, etc.). Accompanying abstracts should be in English (and, if appropriate, in the language of the article's composition).
- *RIAS* will publish short position papers (approximately 1,000 to 2,000 words) that deal with topical issues in the international arena of American Studies. Only four or more position papers, submitted together, will be considered. These papers will typically be derived from conference panels, colloquia or other kinds of scholarly activity. They should be gathered and edited by one contributor, who will arrange for them to be peer-reviewed prior to submission. The submitting contributor will obtain and submit all author information, and will submit along with the papers a brief explanation or synopsis of the debate that is treated, for the purposes of orienting the reader with regard to the questions or problems to be discussed. The submitting contributor will also obtain and provide a brief (100 words) abstract for each paper submitted.
- Authors retain the copyright to their contributions. This means that the authors are free to republish their texts elsewhere on the condition that acknowledgment is made to *RIAS*. Authors who wish to reproduce materials already published elsewhere must obtain permission from the copyright holder(s) and provide such permission along with their submission. This includes all photographs or other illustrations accompanying a submission.

STYLESHEET FOR CONTRIBUTORS

Please observe the following editorial guidelines when sending in a text for publication in *RIAS*:

- Send your document in RTF format.
- Start with your name, followed by your affiliation between brackets, and the full title on the next line.
- Pre-format your text in Times New Roman or Unicode font typeface, 12 point and 1.5 line spacing.
- For emphasis, use italics only. Do *not* underline words, do *not* use boldface.
- All text should be justified with last line aligned left, without kerning or any special text formatting.
- For page setup, use borders of 2.5 cm or one inch at all sides, format A4.
- Minimum resolution for images is 300 dpi.
- Keep titles, subtitles and section headers as short as possible to conform to the technical requirements of the new *RIAS* template.
- Keep in mind that many readers will want to read your text from the screen. Write economically, and use indents, not blank lines between paragraphs.
- Those writing in English should use American spelling (but quotations should remain as they are in the original spelling).
- Those writing in languages other than English should observe the stylistic conventions (capitalization, alphabetical listing of personal names, etc.) linked to these languages.
- Quotations from other languages should be either in translation or appear both in the original and in translation.
- Cited publications are referred to in parenthetical references in the text as follows: '[...]' (Surname, date: page reference).
- Use single quotations marks. Use double quotation marks for quotations within quotations.
- Longer quotations exceeding three lines should be indented and single-spaced.

- Use single quotation marks around words used in a special sense.
- All punctuation marks that do not appear in the original text should appear outside the quotation marks.
- As to abbreviations, use neither periods nor spaces after and between letters (the US), except for initials of personal names (T. S. Eliot).
- Use em dashes without spaces before and after.
- Footnotes should be numbered automatically 1, 2, 3, etc.
- List your references in alphabetical order of authors' names (type: Works Cited) at the end of your document and format them as follows:

BOOK

- Surname, Initials and Surname, Initials (year) *Title: Subtitle*. Place of publication: Publisher.

ARTICLE IN BOOK

- Surname, Initials (year) 'Title of Chapter', in Initials Surname and Initials Surname (eds) *Title of Book*. Place: Publisher, page number(s) of contribution.

ARTICLE IN JOURNAL

- Surname, Initials (year) 'Title of Article', *Title of Journal* volume number (issue number): page number(s) of contribution.

(E)ventos

RIAS VOL. 9, SRPING-SUMMER Nº 1/2016

WEBSITE

- Surname, Initials (year) *Title*. Place of publication, Publisher (if ascertainable). <http://xxx.xxx/xxx>, mailbase and retrieval date.

ARTICLE IN E-JOURNAL

- Surname, Initials (year) 'Title of Article', *Name of Journal* volume number (issue number) <http://xxx.xxxx.xx/xxx>, retrieval date.

MAILBASE LIST

- Surname, Initials (day month year). 'Subject of Message', Discussion List `LISTSERVE@xxx.xxx`, retrieval date.



UNIVERSITY OF SILESIA PRESS
IN KATOWICE



Review of International American Studies
Revue d'Études Américaines Internationales
RIAS Vol. 9, Spring-Summer № 1/2016
ISSN 1991-2773
PRICE: 30 EUR/43 USD/40 CAD/26 GBP